



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**ARQUEOLOGIA**

DIÓGENES SANTOS SALDANHA

**REVISITANDO A ARQUEOLOGIA POTIGUAR: A CERÂMICA DO SÍTIO LAGOA  
DE GUARAÍRAS, SENADOR GEORGINO AVELINO, RIO GRANDE DO NORTE**

**RECIFE**

**2025**

**DIÓGENES SANTOS SALDANHA**

**REVISITANDO A ARQUEOLOGIA POTIGUAR: A CERÂMICA DO SÍTIO LAGOA  
DE GUARAÍRAS, SENADOR GEORGINO AVELINO, RIO GRANDE DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arqueologia, com área de concentração em Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Cláudia Alves de Oliveira.

Coorientador: Prof. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva.

**RECIFE**

**2025**

## AGRADECIMENTOS

Honestamente sinto que não sou bom em palavras o suficiente para demonstrar o quanto eu sou grato a todos que estão e estiveram a minha volta no processo de construção dessa dissertação, por todo o apoio e ajuda que tive durante essa caminhada. Confesso que não foi fácil, por mais vezes do que posso contar pensei em desistir, mas um sentimento de desapontamento tomava conta de mim, principalmente por aqueles que se esforçaram para me ajudar a chegar onde eu cheguei, então para vocês o meu mais sincero Obrigado.

Queria deixar meus agradecimentos especial, a toda equipe do LAS (Laboratório de Arqueologia do Seridó), sem a ajuda de vocês essa dissertação não seria possível, ao Prof. Fábio Mafrá Borges por ter me apresentado a Arqueologia e ao Prof. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva por ter me “adotado”, pegado na minha mão e nunca mais ter soltado mesmo, até hoje, o encho de trabalho e não menos importante ao Professor Luís Rocha, por ter me abrigando durante o período que cursava as disciplinas em sua casa, meus mais sinceros, obrigado.

Também gostaria de agradecer aos meus amigos por sempre escutarem meus lamentos e estarem sempre ao meu lado em todos os momentos bons e ruins, podemos dizer que é quase um casamento, uma vez que você se torna meu amigo, é até que a morte nos separe (risos). Entre eles gostaria de deixar o nome de cinco que sempre me deram a força para seguir em frente, para vocês Thuane, Virginia, Duda, Vanessinha e Igor, do fundo do meu coração obrigado por tudo.

A minha orientadora, professora Cláudia que sempre se mostrou prestativa comigo, sempre entendendo minhas aflições e os motivos que me fizeram precisar dá uma pausa na minha pesquisa.

E por fim, mais não menos importante obrigado aos professores do Programa Pós-Graduação em Arqueologia, pelo aprendizado durante as disciplinas cursadas.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa, que contribuiu para que a experiência na pós-graduação fosse menos aperreada.

## RESUMO

O sítio arqueológico da Lagoa de Guaraíras, localizado em Senador Georgino Avelino, Rio Grande do Norte é um importante testemunho de práticas de disposição e mobilidade dos povos originários do território, bem como seus aspectos tecnológicos e cotidianos. Apesar das diversas pesquisas realizadas nos sítios arqueológicos dessa região, ainda não existe um consenso sobre a filiação cultural da tecnologia cerâmica utilizada por esses grupos, assim como sobre a cronologia de ocupação nessa área. Nesse sentido, questiona-se quem produziu a cerâmica Papeba, foram os grupos filiados a Tradição Aratu ou grupos diferentes, ainda não pesquisado pelos arqueólogos da região. Quais os marcadores que poderiam ser indicados para estabelecer as distintas tecnologias nessa área? Trabalha-se com a hipótese de que a referida cerâmica poderia pertencer a povos originários ainda não caracterizados pelas pesquisas arqueológicas. Desta forma, o objetivo dessa pesquisa é caracterizar o perfil técnico cerâmico do sítio Lagoa de Guaraíras e identificar os seus marcadores tecnopológicos. Considerando seu contexto arqueológico, histórico e ambiental. Verifica-se uma predominância de artefatos utilitários, com técnicas de manufatura acordelada e um foco na funcionalidade, em detrimento da estética. A pesquisa identificou características que se aproximam da cerâmica da fase Papeba e Tradição Aratu, embora a ausência de elementos diagnósticos típicos da segunda tradição sugira a associação com a fase referida. A cerâmica da Lagoa de Guaraíras reflete uma complexidade cultural, evidenciando a interação entre diferentes grupos indígenas e suas práticas. A pesquisa ressalta a importância de novas investigações e comparações mais amplas para aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais e culturais das populações originárias do Rio Grande do Norte, reconhecendo que a arqueologia é um campo em constante evolução, repleto de lacunas e desafios.

**Palavras-chave:** Cerâmica Arqueológica; Lagoa de Guaraíra; Papeba; Tecnologia; Populações Originárias.

## ABSTRACT

The archaeological site of Lagoa de Guaraíras, located in Senador Georgino Avelino, Rio Grande do Norte, is an important testimony to the disposal and mobility practices of the indigenous peoples of the territory, as well as their technological and everyday aspects. Despite the various studies conducted at the archaeological sites in this region, there is still no consensus on the cultural affiliation of the ceramic technology used by these groups, nor on the chronology of occupation in this area. In this sense, questions arise about who produced the Papeba ceramics: were they groups affiliated with the Aratu Tradition or different groups that have not yet been researched by archaeologists in the region? What markers could be indicated to establish the distinct technologies in this area? The hypothesis posits that the aforementioned ceramics could belong to indigenous peoples not yet characterized by archaeological research. In this way, the objective of this research is to characterize the technical ceramic profile of the Lagoa de Guaraíras site and identify its techno-typological markers, considering its archaeological, historical, and environmental context. A predominance of utilitarian artifacts is observed, with cord-marked manufacturing techniques and a focus on functionality over aesthetics. The research identified characteristics that approximate the ceramics of the Papeba phase and the Aratu Tradition, although the absence of typical diagnostic elements from the latter tradition suggests an association with the former phase. The ceramics of Lagoa de Guaraíras reflect a cultural complexity, evidencing interactions between different indigenous groups and their practices. The research underscores the importance of new investigations and broader comparisons to deepen the understanding of the social and cultural dynamics of the indigenous populations of Rio Grande do Norte, recognizing that archaeology is a constantly evolving field, full of gaps and challenges.

**Keywords:** Archaeological Ceramics; Lagoa de Guaraíras; Papeba; Technology; Indigenous Populations.

## Lista de figuras

Figura 1: Localização do sítio arqueológico Papeba em Senador Georgino Avelino	11
Figura 2: Decoração plástica e pintada dos Tupi-Guarani do baixo Tocantins	32
Figura 3: Morfologia cerâmica da Tradição Tupiguarani	33
Figura 4: Cerâmica Tupi no norte, pintura com preenchimento.	34
Figura 5: Cerâmica Tupi no norte, borda angular	35
Figura 6: Cerâmica Tupi no norte, cambuchi	36
Figura 7: Buracos nº 2 e 2A, sítio Papeba	39
Figura 8: Buracos de Postes de Sustentação de Casa; sítio Papeba	40
Figura 9: Casa indígena de um grupo de língua Macro Gê do Centro Oeste.	41
Figura 10: Ficha de atributos.	68
Figura 11: Tipo de borda.	73
Figura 12: Tipo de lábio.	73
Figura 13: Tipo de base.	73
Figura 14: Cor do núcleo.	74
Figura 15: Gráfico referente aos tipos de classe da amostra	75
Figura 16: Gráfico referente aos modos de produção da amostra	76
Figura 17: Gráfico referente ao tratamento de superfície da amostra	77
Figura 18: Gráfico referente às técnicas de decoração plástica da amostra.	78
Figura 19: Gráfico referente ao polimento da amostra	79
Figura 20: Gráfico referente aos sinais e marcas de uso da amostra	80
Figura 21: Gráfico referente às bordas da amostra	81
Figura 22: Gráfico referente aos lábios da amostra	82
Figura 23: Gráfico referente aos antiplásticos da amostra	83
Figura 24: Gráfico referente à espessura da amostra	84
Figura 25: Gráfico referente à queima da amostra	85
Figura 26: Imagem de fragmento com alisamento na face externa	86
Figura 27: Fragmento com alisamento na face interna e possível resquício de pintura em tinta vermelha	87
Figura 28: Fragmento com decoração ungulada na face externa	88
Figura 29: Fragmento com marca de queima na face interna	89
Figura 30: Fragmento com marca de furo	89
Figura 31: Fragmento com vestígios de raspagem na face externa	90
Figura 32: Fragmento com lábio arredondado	91
Figura 33: Fragmento com lábio plano	91
Figura 34: Fragmento com antiplástico composto por quartzo visível	92
Figura 35: Comparativo entre bojo de duas peças da amostra	93
Figura 36: Segundo comparativo entre bojo de duas peças da amostra	93
Figura 37: Fragmento com queima incompleta	94
Figura 38: Segundo fragmento de possível borda Tupiguarani com queima incompleta	94
Figura 39: Fragmento com face interna de cor escura	95
Figura 40: Fragmento com face externa de cor escura representando queima incompleta	95
Figura 41: Fragmento com núcleo escuro na queima	96

Figura 42: Segundo fragmento com núcleo escuro na queima	96
Figura 43: Face externa de fragmento de possível panela com presença de brunido	99
Figura 44: Face interna de fragmento de possível panela	99

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	10
<b>1.0 Capitania do Rio Grande: Conflitos e conquista</b> .....	16
<b>1.1 Os primórdios da Capitania do Rio Grande</b> .....	16
<b>1.2 O surgimento das vilas e povoações</b> .....	18
<b>1.3 A distribuição de sesmarias e os missioneiros na capitania</b> .....	19
<b>1.4 A ocupação do sertão</b> .....	24
<b>1.5 Entre territórios e cerâmica: A presença indígena na capitania do Rio Grande</b> .....	25
<b>1.6 Vestígios do passado: Arqueologia em terras potiguares</b> .....	43
<b>2.0 Fundamentos Teóricos para a Análise cerâmica: Cultura material, atributos e classificação</b> .....	50
<b>2.1 Conceitos e classificações</b> .....	50
<b>2.2 Procedimentos metodológicos para a caracterização tecnológica e morfológica da cerâmica</b> .....	66
<b>3.0 Caracterização da cerâmica arqueológica da Lagoa de Guaraíras</b> .....	75
<b>3.1 Fragmentos do cotidiano: Reflexão sobre a cerâmica da Lagoa de Guaraíras</b> .....	85
<b>Considerações finais</b> .....	101
<b>Referências bibliográficas</b> .....	103

## **Introdução**

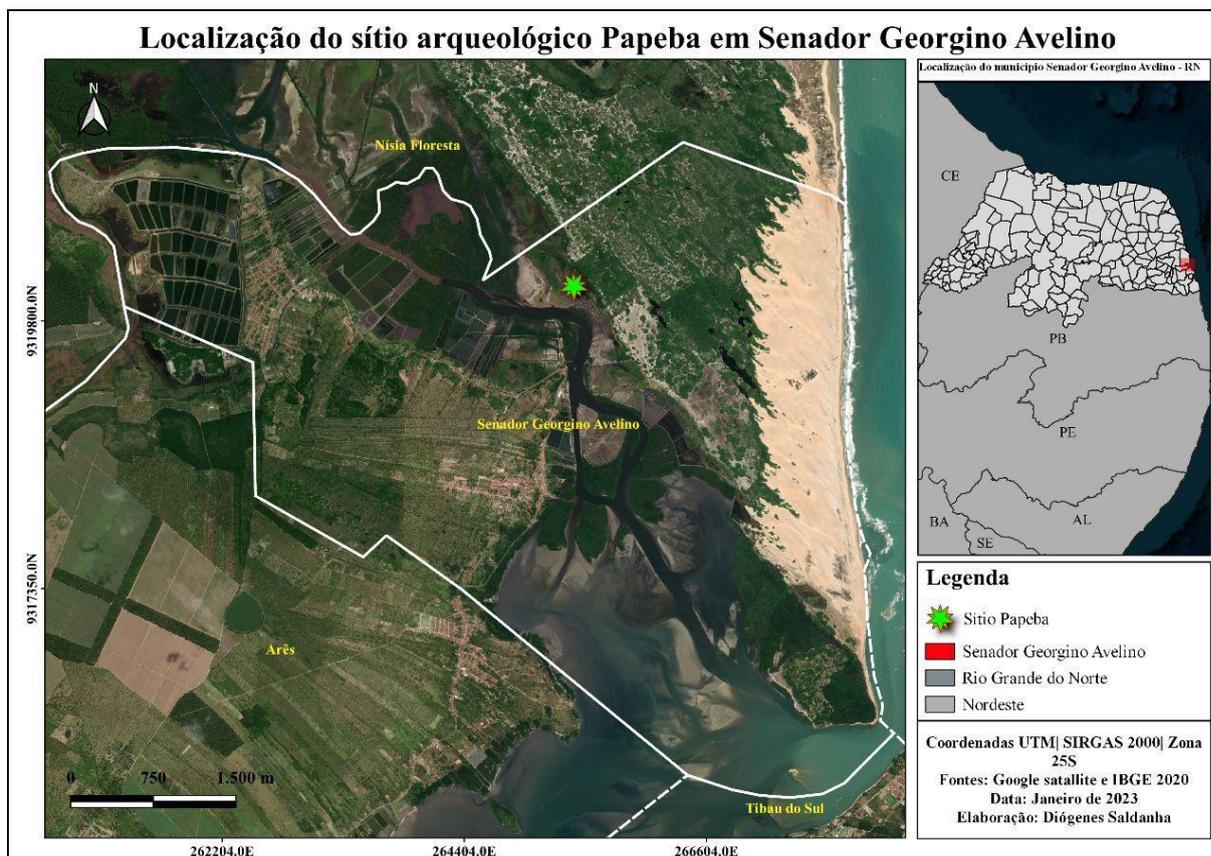
A cerâmica arqueológica se configura como um dos principais vestígios a serem analisados para que haja uma interpretação sobre as sociedades pretéritas. O estudo desses materiais permite não apenas a compreensão de aspectos tecnológicos de produção de artefatos, mas também permite a identificação de práticas culturais, hábitos alimentares e um pouco sobre o cotidiano de determinados grupos humanos. Nesse sentido, elencamos o estudo da tecnologia cerâmica como um viés fundamental no entendimento do modo de vida de populações pré-coloniais, assim como a sua ocupação territorial.

As pesquisas arqueológicas no Rio Grande do Norte, iniciaram em meados da segunda metade da década de 1960, mesmo período em que se caracteriza, no Brasil, um marco importante para a arqueologia brasileira: a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). O programa foi o primeiro passo para implementar uma sistemática de trabalho de campo, coleta de informações, análise e classificação dos vestígios arqueológicos no contexto brasileiro (Alves, 1990; Nascimento e Luna, 1996; Silva, Oliveira, 2000; 2008).

No Nordeste brasileiro, os pesquisadores do Programa identificaram várias tradições, fases e tipos cerâmicos das ocupações pré-coloniais. As tradições registradas neste espaço geográfico, incluem: Aratu, que se espalha pela costa e interior da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco; Periperi, restrita ao recôncavo e litoral sul da Bahia; e a Tupiguarani, presente em todos os estados do Nordeste, tanto no litoral quanto em áreas semiáridas do sertão.

Além dessas tradições, outros tipos cerâmicos, chegaram a ser definidos como fase, porém não foram relacionadas a nenhuma tradição, como é o caso da cerâmica encontrada no sítio arqueológico Pedra do Caboclo, em Bom Jardim/PE; e da cerâmica de fase Papeba, cujo sítio arqueológico, onde ela foi originalmente encontrada, está localizado no município de Senador Georgino Avelino (Figura 1), litoral sul do Rio Grande do Norte (Alves, 1990; Nascimento; Luna, 1996; Oliveira, 2000; Silva, 2008).

Figura 1: Localização do sítio arqueológico Papeba em Senador Georgino Avelino



Silva (2008) aponta que os grupos humanos ocupantes dos assentamentos, então estabelecidos para cerâmica Papeba, caracterizam-se por atividades de grupos horticultores ceramistas, contudo, este, ainda adverte que não há um maior aprofundamento no estudo relacionado à presença de caçadores-coletores em tais sítios. No entanto, ao nos debruçarmos sobre o trabalho de Sousa (2011) vemos que este autor afirma que a forma de subsistência dos grupos relacionados a cerâmica Papeba estaria também associada à prática da caça de pequenos animais e coleta de moluscos, sem indicações de uso agrícola.

Não obstante as mudanças e avanços nos conhecimentos sobre as ocupações ceramistas e, também, acerca da pré-história no Brasil, o principal quadro que caracteriza a cerâmica Papeba ainda é o que foi produzido por Nássaro Nasser, no último quartel do século XX. Após os trabalhos realizados por Nássaro Nasser, e já nos anos 1980, a partir de novas escavações arqueológicas na mesma região (a primeira campanha foi realizada em 1982 e uma segunda em 1983), o arqueólogo Tom Miller Jr., produziu interpretações que seguem um rumo totalmente diferente daquelas propostas até então. Miller (2012)

aponta que o “sítio Papeba” apresenta um padrão de assentamento em forma de ferradura, semelhante ao de aldeias Gê, com os detritos localizados na parte de fora da ferradura e uma área central limpa. Outra afirmação feita por este autor, é a de “que a cerâmica característica do sítio é da tradição Aratu, em que tem a mesma distribuição geográfica que a das línguas do tronco Macro-Gê” (Miller, 2012: 330). A hipótese de Tom Miller Jr., então, é a de que o sítio arqueológico Papeba teria sido ocupado por grupos Tapuia que já em tempos históricos travaram contato com os holandeses, por ocasião da ocupação holandesa na Capitania do Rio Grande, época em que as etnias genericamente chamadas de Tapuia lutaram ao lado dos batavos, contra as tropas portuguesas (Miller, 2012).

Nesse sentido, vemos que a teoria que Miller elaborou envolve a ocupação do sítio Lagoa de Guaraíras por grupos considerados Tapuia. De acordo com Nasser (1969), o Município Senador Georgino Avelino é composto por formações geológicas com vegetação do tipo savana onde predominam a mangabeira (*Hancornia speciosa*), o batiputá (*Chrysobalanus icaco*), o cajueiro brabo (*Anacardium occidentale* var. *microcarpum*), a angélica do tabuleiro (*Tanaecium nocturnum*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*) e o araçá (*Psidium cattleianum*), todas com diferentes usos tradicionais e ecológicos. O clima do local é quente e úmido, com período chuvoso indo de fevereiro a julho. No que se refere ao solo, ele é predominantemente arenoso-argiloso, pouco humoso com apenas a primeira camada sofrendo influência da matéria orgânica provinda da vegetação. Quanto aos recursos hídricos, além da própria Lagoa de Guaraíras, existem outras duas nas imediações, a de Papeba e de Papari que ajudam na subsistência da atual população servindo para pesca de peixes e coleta de moluscos, além das aves que buscam alimento também no local.

O arqueólogo também identifica o sítio arqueológico como de habitação a céu aberto, cujo principal material cultural é a cerâmica, sem vestígios de enterramentos no local.

O sítio Lagoa de Guaraíras está situado em uma colina com altura de 40 metros, em uma distância de 250 metros de distância da lagoa (Figura 1). Foram identificadas duas fases: a fase Curimataú e a fase Papeba, sendo a última a mais antiga. O sítio ocupa uma área de 18.400m<sup>2</sup>, com contorno elíptico. Os materiais estavam concentrados nas proximidades de manchas escuras que estavam em formato de ferradura com abertura para o sudeste. As manchas sugeriam habitação em formato de aldeia cujo refugio chegou à profundidade de 40m, sem intervalos estéreis até esse nível e sem a presença de

enterramentos. As pesquisas desenvolvidas na área indicam a presença de duas fases arqueológicas: a fase Curimataú e a fase Papeba, sendo a última a mais antiga. De acordo Násser (1969), o sítio apresentava poucos materiais da fase Curimataú, sendo essa a razão da designação de fase Papeba. Como veremos posteriormente, esse sítio arqueológico sofreu com outras intervenções arqueológicas ao longo do tempo.

Entretanto, apesar das diferentes explorações realizadas no sítio, ainda não existe uma informação concreta sobre a cronologia e a associação cultural sobre o material coletado. Dito isso, nosso trabalho tem como foco a análise desse material que possui um forte potencial arqueológico. Ao desenvolver as primeiras ideias sobre a pesquisa, identificamos a necessidade de uma caracterização mais profunda do material, especialmente diante da hipótese que ele esteja associado aos ceramistas Papeba ou à Tradição Aratu. O cenário de escassez sobre os estudos em torno das cerâmicas Papeba no estado do Rio Grande do Norte fazem com que seja urgente a emergência de novas análises que possam contribuir para esse contexto.

Nesse sentido, diante da falta de consenso, questionamos sobre a tecnologia da cerâmica da Lagoa de Guaraíras. Quem produziu a cerâmica foram os grupos filiados a Tradição Aratu ou grupos diferentes, ainda não estudados pelos arqueólogos da região. Quais os marcadores que poderiam ser indicados para estabelecer as distintas tecnologias nessa área? Trabalhamos com a hipótese de que a referida cerâmica poderia pertencer a povos originários ainda não caracterizados pelas pesquisas arqueológicas.

Desta forma, nossos objetivos é caracterizar o perfil técnico cerâmico do sítio Lagoa de Guaraíras, identificar marcadores tecnotipológicos. Para isso, adotamos uma metodologia baseada na análise dos fragmentos cerâmicos com registros sistemáticos de características técnicas, morfológicas, funcionais e do design. A pesquisa se voltou também para referenciais teóricos que pudessem fornecer informações sobre conjuntos cerâmicos da fase Papeba e da Tradição Aratu, com o intuito principal de identificar

Através dessa pesquisa, buscamos contribuir para o maior entendimento sobre as populações originárias que habitaram o Rio Grande do Norte, reconhecendo sobretudo que as informações são parciais e somente com novas intervenções arqueológicas, aliadas a estudos comparativos, poderemos nos aproximar de uma conclusão sobre a Lagoa de Guaraíras e sua inserção cultural.

Optamos por incluir a história da Capitania do Rio Grande como forma de contextualizar a ocupação indígena e os conflitos coloniais que moldaram o território onde se localiza o sítio da nossa pesquisa. O panorama histórico é essencial para compreender as dinâmicas de contato, resistência e transformação cultural que influenciaram a presença de vestígios na região. Trabalhamos com fontes primárias (Cartas de missionários jesuítas; Registros administrativos da Capitania do Rio Grande; Documentos da Coroa Portuguesa, como cartas régias e relatórios; Relatos de cronistas coloniais, como o Padre Fernão Cardim e o Padre Simão de Vasconcelos) as quais tivemos acesso de forma indireta por meio de fontes secundárias como Silva (2010), Lopes (2003) e Morais (2025), não havendo uma consulta direta aos documentos originais.

Não nos comprometemos a realizar um estudo etnográfico de fato, mas utilizamos dados etnográficos e históricos, especialmente ao descrever as populações indígenas e sua organização que são fundamentais para a interpretação dos contextos arqueológicos. Este trabalho está organizado em três capítulos, que buscam contextualizar, fundamentar e analisar a cerâmica arqueológica do sítio Lagoa de Guaraíras, no Rio Grande do Norte, com ênfase em seu significado tecnológico, cultural e histórico.

O primeiro capítulo, intitulado "Capitania do Rio Grande: Conflitos e Conquista", traça um panorama histórico da ocupação colonial e da resistência indígena na região. Aborda os primeiros contatos entre colonizadores e nativos, como os Potiguara e os Tarairiús, além de explorar as dinâmicas de ocupação territorial, a presença jesuítica e os conflitos que marcaram a formação do território potiguar. Esse contexto histórico fornece subsídios para compreender a inserção do sítio arqueológico em questão no cenário mais amplo da colonização e das interações culturais na região, principalmente no contexto dos primeiros contatos e das missões.

O segundo capítulo, "Fundamentos Teóricos para a Análise Cerâmica", discute os referenciais conceituais e metodológicos que embasam o estudo da cultura material, com ênfase em tipologias cerâmicas e abordagens arqueológicas. São abordados temas como tradições e fases cerâmicas, estilo tecnológico, perfil cerâmico, variabilidade artefactual e cadeias operatórias, além de análises comparativas com classificações propostas por estudos anteriores, como as tradições Tupiguarani, Aratu e Papeba.

Por fim, o último capítulo, "Caracterização da Cerâmica Arqueológica da Lagoa de Guaraíras", apresenta a análise macroscópica da cerâmica coletada, examinando atributos como técnicas de manufatura, tratamentos de superfície, decoração e evidências de uso. Os resultados são discutidos a partir do estabelecimento de semelhanças e diferenças em relação à Tradição Aratu, levantando hipóteses sobre a identidade cultural dos grupos que ocuparam a região, que, de acordo com Stuart Hall (2006) pode ser compreendida como um conjunto de significados, representações e práticas que são associados a grupos culturais. Esses grupos culturais podem ser relacionados por etnias, língua, religião ou nação.

## **1.0 Capitania do Rio Grande: Conflitos e conquista**

### **1.1 Os primórdios da Capitania do Rio Grande**

A capitania do Rio Grande tem seu marco inicial no ano de 1501, quando Américo Vespúcio instaura no litoral do atual município de Pedra Grande, uma coluna feita de pedra que simbolizava a ocupação ultramarina no território. Mas a exploração da capitania começa mais tarde, no ano de 1534, quando o "Feitor da Casa da Índia e da Mina" e "Historiador dos Feitos Portugueses nas Índias", João de Barros, recebe a capitania do Rio Grande para descobrir e colonizar utilizando seus próprios recursos, como recompensa, poderia usufruir das riquezas e dos nativos. Para dar início à empreitada, João de Barros uniu forças com outros donatários em uma expedição conjunta que encontrou o fracasso frente à resistência nativa. A primeira expedição foi comandada por Aires da Cunha, no ano de 1535 e seguiu em direção ao litoral norte, onde se perdeu no litoral do estado do Maranhão (Silva, 2010). Mais tarde, no ano de 1555, os filhos de João de Barros organizaram uma expedição na tentativa de barrar a entrada de naus francesas naquela região, partindo em direção à foz do rio Potengi. De acordo com Silva (2010), a missão contava com dez embarcações e 900 homens, foi organizada pelo referido donatário da capitania, mas não obteve êxito em virtude da forte resistência indígena na região.

A resistência dos Potiguara do tronco linguístico Tupi-Guarani, protagonistas na oposição à colonização portuguesa, intensificou-se após as tentativas frustradas de ocupação, como a expedição de 1555. Essa resistência não apenas desafiou os portugueses, mas também foi moldada pelas alianças estabelecidas com outros europeus, especialmente os franceses, que já interagiam com os nativos antes mesmo da consolidação da presença portuguesa no litoral do Rio Grande. Através dos relatos de Américo Vespúcio e Gabriel Soares de Souza é possível obter informações sobre esses nativos já que os registros são escassos. Com o passar do processo colonizador, os Potiguara foram diminuindo. Primeiramente em virtude das mortes causadas por doenças e pela própria guerra, mas além disso, muitos migraram para o interior com medo da escravização, principalmente na rota do Ceará. As alianças iniciais com os indígenas forneciam aos portugueses alguns soldados a mais durante sua empreitada colonizadora. O medo crescente da escravização fez com que os colonizadores passassem de aliados para inimigos, ocasionando os diversos conflitos que ocorreram em seguida, entre as diversas populações nativas e as forças colonizadoras.

Antes mesmo das expedições organizadas por João de Barros e seus aliados, o litoral do Rio Grande já era palco de contatos entre indígenas e europeus, especialmente franceses, que estabeleceram relações comerciais com os Potiguara. Essas interações iniciais, centradas na extração do pau-brasil, criaram um cenário complexo de alianças e rivalidades que influenciariam as estratégias portuguesas de ocupação a partir de 1534. As visitas europeias por comerciantes aconteciam ao longo dos primeiros anos que seguiram a descoberta. Os franceses, principalmente, desenvolveram um sistema de troca com os nativos locais. Interessados na abundância do pau-brasil, produto valorizado na Europa, as alianças foram sendo cada vez mais aproveitadas para fins comerciais, dentre eles a extração da referida planta. Os franceses, entretanto, também despertaram interesse em ocupar as terras a partir de 1555, sem muitos sucessos. A amizade estabelecida com os nativos também foi útil durante os confrontos com os portugueses que tentavam expulsá-los do território para que houvesse uma consolidação da posse de terras (Andrade, 2007).

Para além dos interesses que envolviam as riquezas do novo mundo, os europeus tinham interesse em manter as relações amigáveis com os nativos para que a ocupação do território pudesse ocorrer sem muitos problemas. Como método para fortalecer as alianças e introduzir a cultura cristã, muitos colonos passaram a estudar línguas nativas e estabelecer métodos de comunicação. As alianças eram benéficas aos dois lados, ambos satisfazendo seus próprios interesses.

As alianças entre nativos e franceses era um empecilho para os planos de colonização portuguesa, tanto para seu estabelecimento quanto para o crescimento da sociedade colonial. O conflito se estendia para as capitanias vizinhas que sofriam também constantes ameaças dos grupos Potiguara, era necessário o fim do conflito para que pudesse ser estabelecida uma fonte de subsistência para os colonos, já que a necessidade de proteção dos aglomerados demandava a força de homens, deixando as lavouras com pouca mão-de-obra. Além dos ataques que chegavam a destruir as plantações e construções. Os conflitos se acirraram ao passo em que ficavam mais violentos para ambos os lados (Lopes, 2003).

Os sucessivos fracassos das expedições portuguesas, agravados pela resistência dos Potiguara e pela presença francesa, revelaram a dificuldade de consolidar a ocupação da Capitania do Rio Grande sob administração local. Em resposta a essas adversidades, a Coroa Portuguesa assumiu o controle direto da capitania em 1582, buscando centralizar

as decisões e fortalecer a colonização frente às ameaças internas e externas. Isso significa que as decisões sobre a capitania, incluindo questões de governança, economia e defesa, passaram a ser tomadas por representantes da Coroa. Em virtude das escassas atividades de posse e ocupação ao longo do século XVI, a capitania era conhecida como ser uma terra vazia, possivelmente ocupada apenas pelos nativos. A ocupação efetiva do território foi tardia em relação às demais porções territoriais do resto do Brasil (Silva, 2010).

Devido aos fracassos iniciais de ocupação, aos finais do século XVI a capitania se encontrava abandonada, sendo apenas em 1597 que uma expedição para a efetiva ocupação é organizada pelo capitão-mor de Pernambuco Mascarenhas Homem, contando com participação do capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho, do comandante de esquadra Francisco de Barros Rego, dos irmãos Jerônimo, Antônio e Jorge Albuquerque, o Frei Bernardino das Neves, um franciscano e os membros da companhia de Jesus padre Francisco Lemos e padre Gaspar de Samperes (Morais, 2025). A expedição, segundo Silva (2010), seguiu as frentes marítimas e terrestres, utilizando artificios como a cavalaria. De acordo com Lopes (2003), o principal ponto e marco da conquista da capitania do Rio Grande foi a consolidação do Forte dos Reis Magos no final do século XVI. Além da fortaleza, foi realizada também a instauração da “Povoação dos Reis”, aos 25 de dezembro de 1599. A povoação foi instalada numa distância de três quilômetros da fortaleza e paulatinamente se tornou a sede do domínio português naquela região (Silva, 2010).

## **1.2 O surgimento das vilas e povoações**

A Povoação dos Reis, até meados do século XVII, foi o único centro urbano do império português no litoral do Rio Grande. Havendo também pequenas manchas populacionais em Macau e Mossoró, além dos aldeamentos da Missão de São Miguel de Guajiru e da Missão de Guaraíras ou Groaíras, ambas nas proximidades da referida povoação. A instalação do centro urbano foi um verdadeiro marco de posse das terras para Portugal. A partir da instauração desses elementos, a capitania começa a ser moldada e ganhar limites territoriais. Com o estabelecimento de um ponto de defesa e de soldados, os conflitos com os nativos e os franceses foram sendo vencidos pelos colonos portugueses (Silva, 2010; Morais, 2025).

Para além dos núcleos anteriormente citados, também foram instaurados dois engenhos no século XVII, ambos ao sul da primeira povoação. O engenho Cunhaú e o engenho Potengi foram as únicas instalações desse tipo até o final do mesmo século. Ainda nesse período são iniciadas as primeiras doações de sesmarias na povoação. De acordo com Silva (2010), o processo de formação do atual Rio Grande do Norte seguiu três fases, a primeira de 1601 até 1614 foi o período de efetivação da ocupação no território com as primeiras concessões de terras, instalação de centros urbanos e “pacificação” dos indígenas.

A ocupação holandesa, entre 1633 e 1654, marcou a segunda fase de ocupação (Silva, 2010). Ela interrompeu temporariamente o projeto colonizador português na Capitania do Rio Grande, limitando a atuação jesuítica e as atividades econômicas locais. Com a expulsão dos holandeses, a retomada portuguesa trouxe um novo fôlego à colonização, com a restauração do Senado da Câmara de Natal, a redistribuição de sesmarias e a consolidação das missões jesuíticas, que buscavam integrar os indígenas remanescentes ao sistema colonial.

### **1.3 A distribuição de sesmarias e os missioneiros na capitania**

Segundo Silva (2010), existiam quatro situações em que uma pessoa poderia receber uma sesmaria: a primeira situação envolvia o descobrimento de terras, a segunda referia-se a uma compensação por serviços prestados à Coroa nas guerras com os nativos, a terceira situação referia-se a um indivíduo que se fixava na terra para depois solicitar a doação. Na última situação, as terras eram doadas para as Missões de Aldeamento realizadas pela Companhia de Jesus que esteve presente desde os primórdios da ocupação, dessa forma:

Segundo o padre provincial Pero Rodrigues, em 1599, os padres Gaspar de Samperes e Francisco Lemos fizeram entradas pelo rio Potengi para converter os índios e formar alianças com os Principais das aldeias. Estes padres erigiram cruzeiros onde os índios queriam reunir novamente seus membros, pois estavam dispersos devido aos conflitos com os portugueses, a chamada Guerra da Conquista (LEITE, S., 2004, Tombo V, p. 361–363 *apud* Moraes, 2025, p. 5).

A atuação da Companhia de Jesus no Brasil começa a partir de 1549. Os jesuítas foram indivíduos fundamentais para a formação do império português. Eles ofereciam suporte espiritual à colonização. Atuavam na conversão dos indígenas à sociedade cristã,

além de reforçar a doutrina aos colonos. Essas atividades eram fundamentais no processo de fixação dos colonos nas novas terras (Morais, 2025). No ano de 1600 se iniciava a doação de sesmarias, concedidas pelo capitão-mor da capitania João Rodrigues Colaço. As terras eram distribuídas na intenção de que fossem cultivadas, dependendo inteiramente do trabalho dos sesmeiros que poderiam gerar perdas quando não cumpriam com suas obrigações. Em virtude das eventuais falhas, é lançado um alvará no ano de 1612 que solicitava um levantamento sobre as terras doadas. Aquelas onde se constasse o abandono, eram riscadas dos livros de concessões e, a partir daí, poderiam receber novos donos. Para a Companhia de Jesus havia cinco sesmarias doadas dispostas da seguinte forma:

A primeira data localizava-se entre as ribeiras Arapapuhu e Itaorassutuba, com légua e meia de comprimento e uma de largura. No ato de realização de averiguação das terras, a Companhia cultivava nesta área roçarias e mantimentos, mas já havia criado gado *vacum* no local. A segunda data tratava-se de “uns chãos” de terra na cidade do Natal. A terceira data tratava-se de um sítio de salinas cercado que iniciava no estreito do rio Jaguarari (ou Jaguaribe) em direção ao sudoeste até chegar ao rio Aguape, também chamado de Obure, o qual se encontrava cercado pela ribeira do Potengi, com meia légua em quadra (TRANSLADO..., 1909, p. 19, 20 e 25 *apud* Moraes, 2025, p. 5).

As sesmarias doadas aos jesuítas garantiam seu sustento, sobretudo durante as missões volantes. Mas também, segundo Moraes (2025), é possível que os jesuítas visassem o crescimento territorial da Companhia. Considerando as localizações das terras, elas poderiam estar associadas a produção de alimentos, criação de gado e outros animais, além da pesca e da exploração do sal e do âmbar, adequando-se às condições do ambiente da capitania:

Não há muitas informações acerca da atuação jesuítica na capitania do Rio Grande no período da ocupação holandesa (1633–1654). É sabido que até 1634, entretanto, os missionários visitaram algumas aldeias, mas após esta data, não há registro dos inicianos atuando na capitania (PORTO, 2000, p. 91). Com a expulsão dos holandeses, retomou-se o processo de colonização portuguesa na capitania: o Senado da Câmara de Natal foi restabelecido; as sesmarias passaram a ser doadas novamente; e posteriormente os jesuítas retornaram à capitania (Morais, 2025, p. 8).

Com o tempo, as missões volantes não pareciam ser tão eficazes. Nesse sentido, os jesuítas pensavam que o cenário ideal de catequização seria o abandono por parte dos indígenas de sua cultura e costumes. Em consequência desse pensamento, começaram as chamadas missões que tinham como objetivo aldear os indígenas, aproximando-os de seu

ambiente natural e os afastando dos focos de colonização (Morais, 2025). No nordeste brasileiro, as missões começaram após a saída dos holandeses e na capitania do Rio Grande se consolidaram juntamente com a política de povoamento da capitania novamente (Lopes, 2003).

Uma das razões pelas quais as missões foram assumidas tão tardiamente foram os conflitos de interesses voltados para a mão-de-obra indígena que estava sob a administração dos capitães-mores. A liberação deles acontecia apenas para pesca e o trabalho nas suas próprias terras. Dias (2017) aponta que os capitães temiam que as regras estabelecidas pela Junta das Missões de Pernambuco fossem utilizadas pelos missionários, dificultando o acesso ao trabalho indígena, nesse sentido:

Na representação de 31 de outubro de 1681, a Câmara fez ressalvas afirmando que, para os “brancos da capitania”, os religiosos deveriam ficar só com a responsabilidade espiritual e que os “índios muy domesticos” ficassem sob a administração temporal dos capitães-mores, podendo os inacianos se dedicarem à catequese dos índios dos sertões (Dias, 2017, p. 95).

Devido aos recorrentes conflitos envolvendo os indígenas, os colonos e os missionários, o Conselho Ultramarino propôs que os jesuítas ficassem responsáveis pelos nativos aldeados, visando apaziguá-los e protegê-los da exploração dos colonos. Nos aldeamentos sob a responsabilidade dos religiosos, os nativos recebiam obrigações de trabalho, como a agricultura e passavam a frequentar a igreja. Com a expulsão dos holandeses e os conflitos entre colonos e indígenas se estendendo para o sertão, as missões ganhavam o objetivo também de “apaziguar” os nativos, livrando-os do caminho da expansão para o sertão. De acordo com Moraes (2025), os jesuítas fixaram duas missões efetivas na capitania do Rio Grande:

Ambos os aldeamentos eram de remanescentes Potiguara, entre outras etnias: São Miguel de Guajiru e São João Batista das Guaráiras. O aldeamento de Guajiru estava localizado na margem da lagoa de mesmo nome (atual lagoa de Extremoz), a duas léguas da cidade do Natal, e foi relatada sua existência desde 1641, por um emissário holandês. Tal aldeamento, portanto, localizava-se na sesmaria de enorme extensão de 14 léguas concedida no início do século XVII à Companhia de Jesus (Morais, 2025, p. 9).

Com os aldeamentos de Guajiru e Guaráiras foi possível que a Companhia de Jesus exercesse suas atividades de forma mais ampla, fundando fazendas que produziam mantimentos e serviam de criadouro para animais, garantindo sustento dos membros e

dos nativos. O alvará de 23 de novembro de 1700 garantia uma légua de terra em quadra para as missões, fazendo com que Guajiru e Guaraíras obtivessem sua primeira demarcação de terras nesse mesmo século (Morais, 2025).

A implantação dessas missões, todavia, foi realizada em meio a uma série de conflitos que envolviam os moradores da capitania e os religiosos que eram acusados de usurpação de jurisdição e de terem intenções de sobrepor a autoridade do capitão-mor, aponta Dias (2017). Ainda de acordo com o autor, os missionários ainda eram reclamados por não fornecerem mão-de-obra nativa para o trabalho nas fazendas, regra estabelecida pela Junta das Missões.

Foram escritas diversas reclamações por parte dos inacianos que envolviam a atuação das autoridades. Essas reclamações recebiam apoio da Câmara ou da Coroa em situações diferentes. Os seus argumentos giravam em torno da perspectiva de que o poder espiritual e temporal deveria ser de responsabilidade dos missionários. Sabe-se que diversos conflitos se seguiram durante a permanência das missões na capitania do Rio Grande. Dias (2017) aponta a existência de uma carta enviada do superior da Missão de Guajiru, onde o missionário aponta enfraquecimento do capitão-mor e solicita o poder de decisão sobre o envio dos nativos para o trabalho de pesca nas Salinas.

O padre João Guedes realizou uma denúncia afirmando que os indígenas liberados para o trabalho fora dos aldeamentos não recebiam o pagamento que lhes era prometido, deixando suas famílias em má situação. No referido documento, o padre também rebateu acusações que afirmavam o acolhimento de “tapuias foragidos das bandeiras” (Dias, 2017). As tensões estão presentes em formas de denúncias feitas de ambos os lados, com cada grupo tentando legitimar sua posição e proteger seus interesses. A troca de acusações e denúncias demonstra não apenas os conflitos interpessoais, mas também a luta mais ampla entre diferentes interesses sobre a exploração e a mão-de-obra das populações indígenas, evidenciando a complexidade das relações sociais e políticas da época.

As missões permaneceram sob o controle dos missionários jesuítas e do Regimento das Missões até o início de 1760 quando o Marquês de Pombal expulsou os missionários das terras da Coroa Portuguesa (Lopes, 2003):

A administração dos índios aldeados passou ao poder laico dos Diretores de Índios por força do Alvará de 18 de agosto de 1758, que confirmou para todo o Brasil o Diretório dos Índios, novo regulamento para as antigas Missões religiosas que, agora, deveriam ser transformadas em Vilas (Lopes, 2003, p. 25).

Esse processo de expulsão começa a se desenhar na segunda metade do século XVIII, quando a Igreja passa a ser uma ameaça ao Estado português. Em um panorama inicial, a instituição se submete ao estado em virtude de interesses mútuos. Era de interesse da Igreja a manutenção de seu status, enquanto o Estado buscava a consolidação da política que combinava o absolutismo com ideais do iluminismo. Na busca de satisfazer seus interesses, os membros estatais buscavam meios de reformar a Companhia de Jesus, “o ponto de convergência entre Estado e Santa Sé foi materializado na Lei de 3 de setembro de 1759, que considerou a Companhia de Jesus expulsa de Portugal e de todo o domínio português” (Dias, 2017, p. 101).

A Igreja foi uma aliada do Estado nessa empreitada. Necessitada do apoio político e econômico do governo para se afirmar frente às investidas protestantes nos lugares não católicos, a Igreja une forças com o Estado que passa a nomear bispos que estavam alinhados à administração do Marquês de Pombal como forma de “nacionalizar” o clero regular, transformando-o em um século secular e nacional. Dessa forma, paulatinamente vilas foram sendo fundadas nos lugares das missões, com presença de padres diocesanos. A Companhia de Jesus, como apontado anteriormente, assume um lugar de oposição diante do Estado, passando a ser uma ameaça para a Igreja. As medidas utilizadas foram diversas para fortalecer o clero secular, foram feitos panfletos, pedidos de dissimulação, influência sobre cardeais e bispos, o que resultou no enfraquecimento das Ordens Religiosas (Dias, 2017).

Para concluir, a história da capitania do Rio Grande revela um complexo entrelaçamento entre resistência indígena e esforços colonizadores, refletindo as dinâmicas de poder e os impactos sociais e culturais gerados pela chegada dos colonizadores em um território já habitado e rico em diferentes culturas e vivências. A resistência indígena, suas práticas sociais e a luta por suas terras ilustram a tenacidade de uma população que resistiu durante muito tempo frente às tentativas de apagamento e extermínio. A atuação dos jesuítas, inicialmente focada na conversão e integração dos nativos, transformou-se em uma estratégia de controle que enfrenta diretamente os interesses das autoridades colonizadoras. A história da capitania do Rio Grande, marcada por alianças e tensões, revela desafios enfrentados pelos colonizadores, luta das comunidades indígenas em preservar suas tradições e modos de vida diante de um cenário

em constante transformação. O contexto fornecido pela história nos permite entender o sítio arqueológico por nós trabalhado de maneira mais efetiva.

#### **1.4 A ocupação do sertão**

A terceira fase da ocupação é marcada por novas concessões de terras que agora é impulsionada pelo vasto conhecimento acerca do território da capitania, pela conclusão do processo de formação territorial e pelo desbravamento do espaço sertanejo (Silva, 2010). Dessa forma, foi elaborado um projeto de interiorização da capitania através da pecuária o que proporcionou o contato dos colonos com os indígenas “tapuia” que habitavam o interior da capitania. A forma de aproximação com essas populações seguiu como no caso do litoral, inicialmente se estabelecia uma convivência pacífica que era seguida de conflitos violentos em virtude dos choques de interesses entre nativos e colonos (Lopes, 2003).

Ambos os lados do confronto já “se conheciam” em virtude dos conflitos no litoral, o que agravou ainda mais as relações que eram baseadas no medo mútuo. Inicialmente o era evitado com a “fuga” dos indígenas para outras áreas, no entanto, a interiorização dos colonos ameaçava o modo de vida sazonal dessas populações que se encontravam cada vez mais sem recursos devido à presença portuguesa nas ribeiras. Os conflitos foram acontecendo com mais frequência até que a tentativa fracassada de um acordo culminou na chamada Guerra dos Bárbaros. De acordo com Lopes (2003), os primeiros registros de levantes indígenas datam de 1685, quando os tapuias começaram a organizar ataques contra os colonos. Em 1687, o capitão-mor Paschoal Gonçalves de Carvalho escreveu ao Governo Geral do Brasil relatando os assaltos dos "gentios" na ribeira do Ceará-Mirim. Ele destacou a dificuldade de defesa devido à insuficiência das fortificações coloniais e à escassez de recursos, o que colocava os colonos em desvantagem frente às táticas indígenas (R. Silva, 2010 apud Lemos, 1912).

A superioridade inicial dos nativos nas batalhas era pautada principalmente no seu profundo conhecimento do terreno e ao uso de táticas de guerrilha, que incluíam emboscadas e ataques rápidos, gerando receio entre os portugueses (Lopes, 2013; M. Macedo, 2005).

Em 1686, Paschoal Gonçalves de Carvalho enviou um contingente militar para a ribeira do Açú com o objetivo de conter os tapuias, mas a operação foi malsucedida, e as

vitórias indígenas continuaram a se acumular. A situação escalonou até que, no início de 1687, a Câmara de Natal enviou um vereador ao Governador Geral, na Bahia, solicitando ajuda urgente. A justificativa para a solicitação era que os conflitos no Açu já haviam causado morte de muitos moradores, além da destruição de gado, comprometendo a economia colonial local (Lopes, 2003). Em resposta, o Governador Geral Mathias da Cunha ordenou que o Coronel Antônio de Albuquerque da Câmara assumisse a liderança das tropas, com autorização para recrutar soldados, oficiais e cabos, além de confiscar munições, mantimentos e gado para sustentar o esforço militar. Ele também prometeu apoio das capitanias vizinhas, mobilizando pessoas para finalizar o conflito (Lopes, 2003).

Para enfrentar os indígenas, os colonos contaram com estruturas defensivas e forças militares organizadas. Além disso, os portugueses organizaram terços militares, compostos por contingentes de várias capitanias e, posteriormente, por paulistas, que desempenharam um papel central na repressão às populações indígenas (H. Macedo, 2007).

Apesar dos esforços, as vitórias indígenas persistiram até 1688. No entanto, o cenário começou a mudar em 1689, quando Domingos Jorge Velho liderou uma ofensiva contra os Canindé na serra da Acauã (atual serra da Rajada), na ribeira do Seridó. Esse confronto, descrito como uma “renhida peleja”, resultou na morte de muitos guerreiros indígenas e na captura de mulheres, crianças e líderes, que foram levados como prisioneiros ao Recife (Lopes, 2003). Os homens do bandeirante ficaram na região por um período de três anos até que a guerra encontrasse seu fim. Com a derrota nativa, muitos indivíduos foram exterminados ou incorporados no sistema colonizador como escravizados (Lopes, 2003).

### **1.5 Entre territórios e cerâmica: A presença indígena na capitania do Rio Grande**

Nesse contexto, o território era formado por diversas populações que habitavam a região, cada um com suas próprias práticas culturais e sociais. Segundo o pesquisador Muirakytan Macedo (2005), no Rio Grande do Norte, existiam os Potiguaras, Tarairiús (Janduí) e cariris, sendo os dois últimos no interior. Para além disso, Cavignac e Alveal (2020) também nomeiam os indígenas dos grupos paiacu, canindé, tarairiú, pega, janduí, javó, jenipapo, cariri e icó que formavam duas nações: os Tarairiú e os Cariri. As autoras ainda chamam atenção para a presença indígena em Ceará-Mirim (Panacu-açu), Cunhaú

(Canindé), Goianinha (Potiguara), Potengi (Curema) e Sibaúma (Paiacu). Os grupos indígenas foram divididos pelos colonos europeus em dois grandes grupos: Tupis e Tapuias. Os últimos referidos abarcavam uma grande quantidade de populações, citadas anteriormente, sendo nomeados genericamente em virtude do seu tronco linguístico distinto do Tupi. Nesse grupo estão populações cujo tronco é o Macro Gê e outros povos cujas línguas são independentes. A divisão é confirmada por alguns pesquisadores, como Olavo Medeiros Filho:

Os estudos do historiador Olavo de Medeiros Filho, entretanto, desmistificaram tal visão ao proporem uma classificação para os grupos indígenas que habitavam as antigas Capitâneas do Rio Grande e Paraíba, utilizando-se das informações prestadas pelos cronistas coloniais e dos estudos contemporâneos sobre a língua e cultura indígena, especialmente os de Tomás Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho. Segundo Olavo de Medeiros Filho, duas grandes “nações” tapuia habitariam o sertão das capitâneas referidas, a Tarairiu e a Cariri (além dos Potiguara, no litoral). Os Tarairiu, que a documentação colonial aponta como tendo habitado, além do sertão do Rio Grande, outras capitâneas limítrofes, estariam representados pelos Janduí, Canindé, Pega (comumente chamados, também, de Ariá, Ariú ou Uriú), Javó, Paiacu, Jenipapo, Sucuru (chamados também de Xucuru ou Zucuru), Panati, Camaçu, Tucuriçu, Arariú e Curema, enquanto os Cariri estariam localizados espacialmente no sertão da Paraíba (Macedo, 2007, p. 52).

Para uma melhor compreensão, apresentaremos um panorama de três populações que frequentemente aparecem na bibliografia sobre o Rio Grande do Norte: Potiguara, Trarairiús e Cariri. Embora reconheçamos a diversidade e a complexidade das diferentes comunidades indígenas que habitaram a região, nosso foco nesses grupos específicos visa facilitar a comparação e a análise para alcançar nossos objetivos. No entanto, é fundamental ressaltar os riscos de generalizações sobre as populações indígenas, dada a rica variedade cultural e histórica que compõem o amplo cenário regional.

O território dos Potiguara era o litoral, mais especificamente da margem norte do rio Paraíba até a Serra da Ibiapaba, no Ceará (Medeiros Filho, 1988). De acordo com Lopes (2003), os homens Potiguara perfuravam o lábio inferior na puberdade, utilizando pedras, madeira ou ossos como adornos. As suas faces e orelhas muitas vezes também recebiam esses mesmos acessórios. Além disso, também faziam pinturas corporais com cores diversas, predominando a cor escura do suco de jenipapo e a cor avermelhada do extrato de urucum. Ainda como adornos corporais, utilizavam plumas coloridas, cordões de contas e braceletes. Ainda segundo a autora, as características físicas desses indivíduos

apareciam com frequência nos relatos que ressaltam a disposição física, vivacidade e longevidade de crianças, homens e mulheres.

Suas habitações estavam localizadas nas proximidades do litoral e das margens dos rios, onde fabricavam canoas e viviam da pesca que também realizavam através de flechas e pequenos anzóis:

Moravam em aldeias, sua principal unidade da organização social, cuja localização era escolhida num lugar alto, ventilado, próximo a água e adequado às plantações que se faziam ao seu redor. Suas habitações, feitas com toras de madeira, cobertura de folhas e sem divisões internas, tinham duas ou três entradas apenas, e eram compridas e arrumadas em volta de um terreiro quadrado que ficava vazio. Num lugar permaneciam apenas três ou quatro anos, quando, por desfazerem-se as casas, tinham que mudar. Em cada casa moravam cerca de duzentas pessoas aparentadas entre si (Lopes, 2003, p. 50).

Essa migração era feita porque, segundo Lopes (2003), populações Tupi viviam em constante mobilidade em busca de novas terras para o plantio. Ainda segundo com a autora, a constante busca por novas moradias também era impulsionada pela crença em um “paraíso”, uma terra sem males onde haveria alimentação e vida eterna, sem doenças ou sofrimento, ideia que ganhou força conforme a colonização avançava.

Essa mobilidade poderia ser facilitada em virtude da independência das populações entre si, havendo um líder político cuja autoridade era fortalecida apenas em períodos de guerra, além disso:

[...] eram nas reuniões do conselho de indígenas, composto pelo seu principal e pelos mais velhos e conceituados da aldeia, que se resolviam os assuntos de importância coletiva, sendo costume, também, os chefes determinarem à madrugada, o trabalho a ser feito e a distribuição do tempo de serviço. Era também obrigação dos principais o estabelecimento dos tratados de paz e a orientação de seu grupo nesse sentido. No Rio Grande vemos a importância dos principais na sua atuação quando do processo de conquista portuguesa (Lopes, 2003, p. 53).

No início a relação parecia pacífica. Lopes (2003) chama atenção para alguns relatos realizados no período da conquista aos finais do século XVI. Nesses relatos, o Principal Ilha Grande é instruído a mandar um convite por parte dos portugueses para outros líderes. O convite destaca que é necessária a paz entre colonos e nativos, além da adoção de práticas católicas em troca de uma proteção:

Assim, os principais Zorobabé e Pau-Seco e também o Camarão Grande (Potiguaçu) entre outros, fizeram a "paz" no Forte, sendo a mesma ratificada, juntamente com os Potiguar da Paraíba, em 11 de Junho de 1599 na cidade de

Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa), em cerimônia que além das autoridades coloniais das três capitanias (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande), compareceram os chefes indígenas da ba, Braço de Peixe (Piragibe), Braço Preto e Pedra Verde, e os Potiguara Pau-Seco e Mar Grande. Após o acordo de paz na Paraíba, o Padre Pinto retornou ao Rio Grande para confirmar as pazes e logo erigiu uma cruz em uma aldeia indígena potiguara da Capitania (Lopes, 2003, p. 54-5).

O convencimento da aliança foi dificultado em virtude do funcionamento das populações, sendo elas independentes, cabia a cada líder aceitar ou não o acordo. A cruz atuava como um símbolo dessa paz e da proteção, no entanto, as alianças também funcionavam com acordos de troca e colaboração.

No que se refere ao cotidiano, o trabalho era dividido por idade e gênero. Os homens se dedicavam à caça e à pesca, além da preparação da terra para o plantio, construção das moradias, canoas, armas, também se encarregavam da lenha para as fogueiras e ficavam responsáveis pelas guerras contra inimigos. Para as mulheres ficavam as atividades desde o plantio até a colheita, também cuidavam do preparo dos alimentos. Os trabalhos artesanais como a tecelagem e a cerâmica também eram suas funções, além da coleta de alimentos e da função de carregar os utensílios durante as mudanças de localidade. Às mulheres também ficava delegado a função da perpetuação da sociedade, seja através do aspecto biológico ou aspectos sociais como casamentos, dessa forma:

[...] as alianças estabelecidas através dos casamentos das filhas com os europeus, poderia garantir ao sogro e cunhados uma "importância" social maior através do aumento do número de guerreiros sobre os quais ascenderiam. Pela perspectiva indígena o genro deveria servir ao sogro, o que era feito pelos europeus através do municiamento para a guerra contra os inimigos tradicionais e mesmo com a participação nelas (Lopes, 2003, p. 58).

De maneira geral, a sociedade indígena Tupi funcionava como uma comuna, o trabalho era para todos e apesar de existir posse de utensílios, não parecia existir a noção de propriedade privada. No sentido dos recursos, eram partilhados para toda a comunidade, sem necessariamente existir acúmulo ou posse privada dos excedentes. No que se refere às guerras, utilizavam as armas como arco e flechas e viajavam longas distâncias (utilizando também a navegação) em busca dos inimigos que costumavam ser pegos de surpresa. Os inimigos eram capturados e sacrificados nos rituais de antropofagia, gerando um ciclo de sentimento de vingança que moviam os atos de guerra entre essas

populações. As relações entre indígenas e portugueses foram iniciadas com base na troca de interesses mútuos entre as duas partes:

Para os portugueses a obtenção da água, alimentos e força de trabalho para extração de produtos naturais, como o pau-brasil e o âmbar, e na produção nas roças de açúcar, em troca de utensílios europeus era extremamente lucrativo (Lopes, 2003, p. 60).

No que se refere aos indígenas Tarairiús, Medeiros Filho (1988) aponta seu território como espalhados pelo Ceará. A população Janduí ficava localizada nas proximidades do rio Açu. Medeiros Filho realiza um apanhado sobre essas populações, descrevendo suas características físicas e seu cotidiano de acordo com cronistas. Segundo o autor, as populações Tarairiús eram robustas e possuíam exímia força física, seus cabelos eram de cor preta, andavam sem roupas, apenas com um tecido em torno dos quadris. Assim como as populações Tupi, utilizavam o jenipapo e o urucum para pintar suas peles e utilizavam adornos de penas, ossos, pedras e madeira.

Quando as mulheres apresentavam os primeiros sinais de que estavam aptas a se casar, elas passavam a ser confinadas nas casas dos pais até que recebessem a permissão do matrimônio que era dada pelo líder. Nas populações Tarairiús era presente a poligamia, quanto maior o número de esposas, maior era o prestígio para um indivíduo.

No que se refere às guerras, também adotavam práticas de emboscadas, na tentativa de surpreender e encurralar o inimigo. Não utilizavam arco, suas armas eram dardos que eram impulsionados por um objeto que atuava como propulsor que se assemelhava a um canudo. Além disso, alguns relatos também destacam a presença de uma clava e de machados de pedra com longos cabos (Medeiros Filho, 1988).

Trinta anos após a expulsão dos holandeses da capitania do Rio Grande, ocorreu a chamada Guerra dos Bárbaros que durou entre 1683 e 1697. É possível que “a motivação colonial para a guerra contra os tapuias era a defesa das propriedades coloniais, a conquista do território para a expansão da pecuária, mas também a busca de cativos que deveriam ser vendidos nas áreas coloniais já ocupadas e mesmo no próprio Rio Grande” (Lopes, 2003, p. 300). O conflito foi marcado por batalhas violentas cujas vitórias eram em sua maioria dos grupos indígenas em virtude das suas variadas técnicas de guerra e o vasto conhecimento sobre o território, por outro lado, os colonos enfrentavam cada vez mais escassez de recursos (Lopes, 2003; Macedo, 2005).

Em consequência da própria formação do sertão, as populações viviam em constante mudança, geralmente ocorridas durante a noite. Os acampamentos abandonados durante esse processo eram incendiados. Os homens ficavam responsáveis pela estrutura dos acampamentos, além da caça, pesca e coleta de mel, enquanto as mulheres cuidavam da preparação dos alimentos, que era baseada em carne de caça, mel e frutos (Medeiros Filho, 1988).

Algumas populações nomeadas Cariri, no Rio Grande do Norte, ocupavam grandes áreas desde Pernambuco até a Bahia e o Piauí. De acordo com Valdeci Santos Junior (2008), inicialmente eles teriam ocupado as áreas litorâneas, sendo expulsos pelos Tupiniquins e Tupinambás para o interior, onde se dispersaram. De acordo com Santos Junior (2008), os Cariri teriam surgido na Microrregião do Seridó e fugido para a capitania do Ceará após a deflagração da Guerra dos Bárbaros.

Dentre as populações consideradas Cariris estavam a população Caicó, Corema ou Curema que poderiam estar situados no boqueirão dos Coremas, atual município de Caicó/RN. A partir desse local, teriam se dispersado para os atuais municípios de Ipueira, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte, Florínia e Cruzeta, além do vale do Piancó. Também havia Ícó pequeno (Quincu Pequeno ou Icosinho) que teriam se fixado nos municípios de Gomes, José da Penha, Marcelino Vieira, Pilões e Alexandria, no alto oeste potiguar. Além disso, também podem ter estado presentes no Vale do Açu no século XVIII, na atual cidade de Sousa/PB, nas margens do rio Salgado, além dos registros de Icó aldeados na missão em Juazeiro e no Crato, no Ceará. Os Monxoró ou Mouxoró teriam seu território estabelecido nas margens dos rios Mossoró-Apodi e Upanema, sendo aldeados no século XVIII na serra dos dormentes e posteriormente levados para a serra de Cepilhada. O grupo Caboré teria habitado nos territórios correspondentes aos municípios de Apodi, Itaú, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Tabuleiro Grande. No século XVII teriam sido aldeados entre Mossoró e Apodi, sendo levados no século seguinte para o engenho do Ferreiro Torto, no atual município de Macaíba (Santos Junior, 2008).

As práticas culturais e a mobilidade territorial das populações indígenas deixaram marcas duradouras no Rio Grande do Norte, não apenas em suas interações com os colonizadores, mas também nos vestígios materiais que evidenciam suas formas de vida. Entre esses vestígios, as cerâmicas destacam-se como fontes essenciais para compreender a organização social, as técnicas de produção e as dinâmicas de ocupação dessas

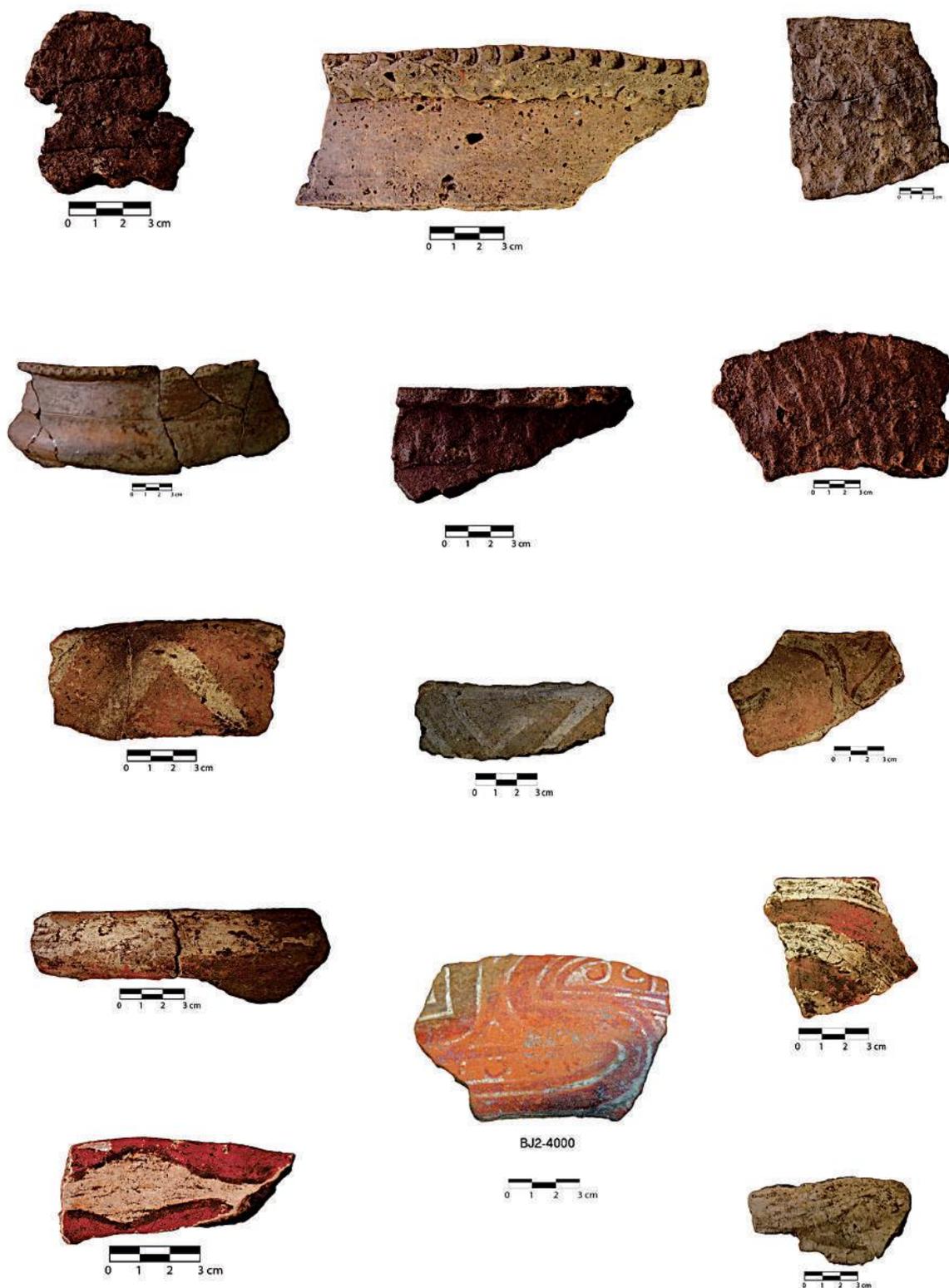
comunidades. No caso das produções do Rio Grande do Norte, não há um mapeamento feito para o estado dos estilos e tipos cerâmicos. Nesse sentido, faremos um apanhado com trabalhos realizados por pesquisadores que caracterizam as diferentes cerâmicas presentes no contexto potiguar (Oliveira, 2000, Corrêa, 2014).

Segundo Cláudia Oliveira (2000), vários grupos ceramistas foram observados em paleodunas, onde existiam antigos córregos e paleolagoas, nos atuais municípios de Rio do Fogo, Baía Formosa, Nísia Floresta, Maxaranguape, São Bento e Touros. No sítio arqueológico Zumbi, em Rio do Fogo foram identificadas nove manchas em formato de ferradura que se repetem em um padrão de sítios entre os municípios de Ceará-Mirim e Maxaranguape. A cerâmica encontrada no referido sítio foi identificada como pertencente à tradição Tupiguarani. Em um sítio arqueológico nomeado como Fim do Mundo, em Genipabu, foram encontrados fragmentos dessa mesma tradição, pertencente à subtradição pintada que possui formas abertas grandes e rasas, além de outra cerâmica que pode ser local e possui bojos de espessura fina e bordas inclinadas para a parte externa.

A tradição Tupiguarani ocorre em diversos sítios dunares em todo o estado, além da cerâmica cuja tradição é indeterminada. A cerâmica Tupiguarani é caracterizada por uma pasta feita de cacos triturados, bolos de argila e areia. Realizada através do acordelamento, as cerâmicas podem não conter decorações ou podem ser corrugadas, unguladas, escovadas, entalhadas na borda, ponteadas, serrunguladas, incisadas, acanaladas, estampadas, ditadas, marcadas com corda, redes ou tecidos, noduladas, pinçadas, roletadas e pintadas com diferentes motivos (ver Figura 2). Internamente e externamente são pintadas de vermelho sobre o engobo branco. Suas bordas possuem reforço externo e são diretas com lábios arredondados, os referidos podem possuir decorações entalhadas ou unguladas. Podem apresentar formas variadas, podendo ser abertas com bojos baixos, retos ou carenados (ver Figura 3). Possuem bases planas ou curvas com bocas circulares, quadrangulares ou retangulares (Oliveira, 2000; Oliveira, 2002):

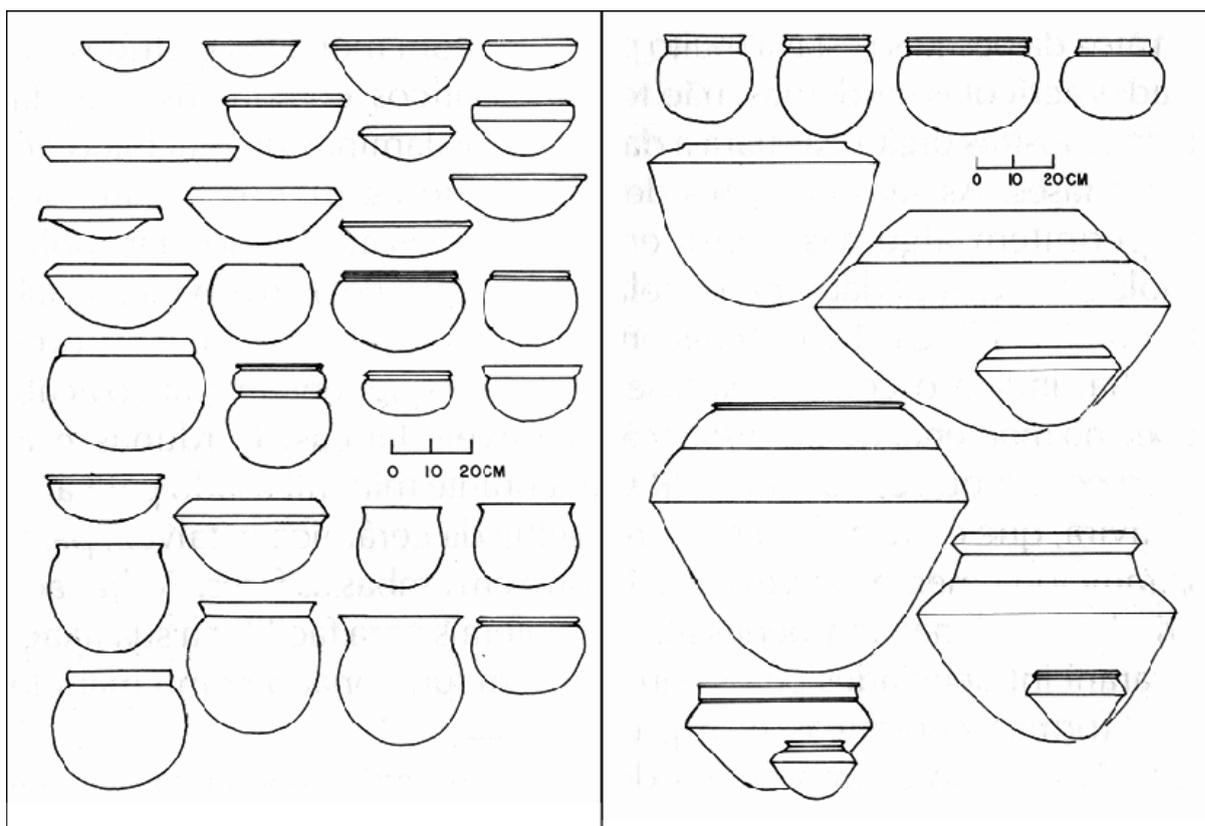
Na região nordestina pertencem a tradição Tupiguarani, as fases Itapicuru, Coribe, Cabrobó, Curimataú, Itapacurá, Tejucupapo, Cangaça, Capibaribe, Quipapá, Croatá e Araripe (subtradições pintada e corrugada), localizadas nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco (Oliveira, 2002, p. 205).

Figura 2: Decoração plástica e pintada dos Tupi-Guarani do baixo Tocantins



Fonte: Almeida, 2016

Figura 3: Morfologia cerâmica da Tradição Tupiguarani



Fonte: Chmyz, 1995

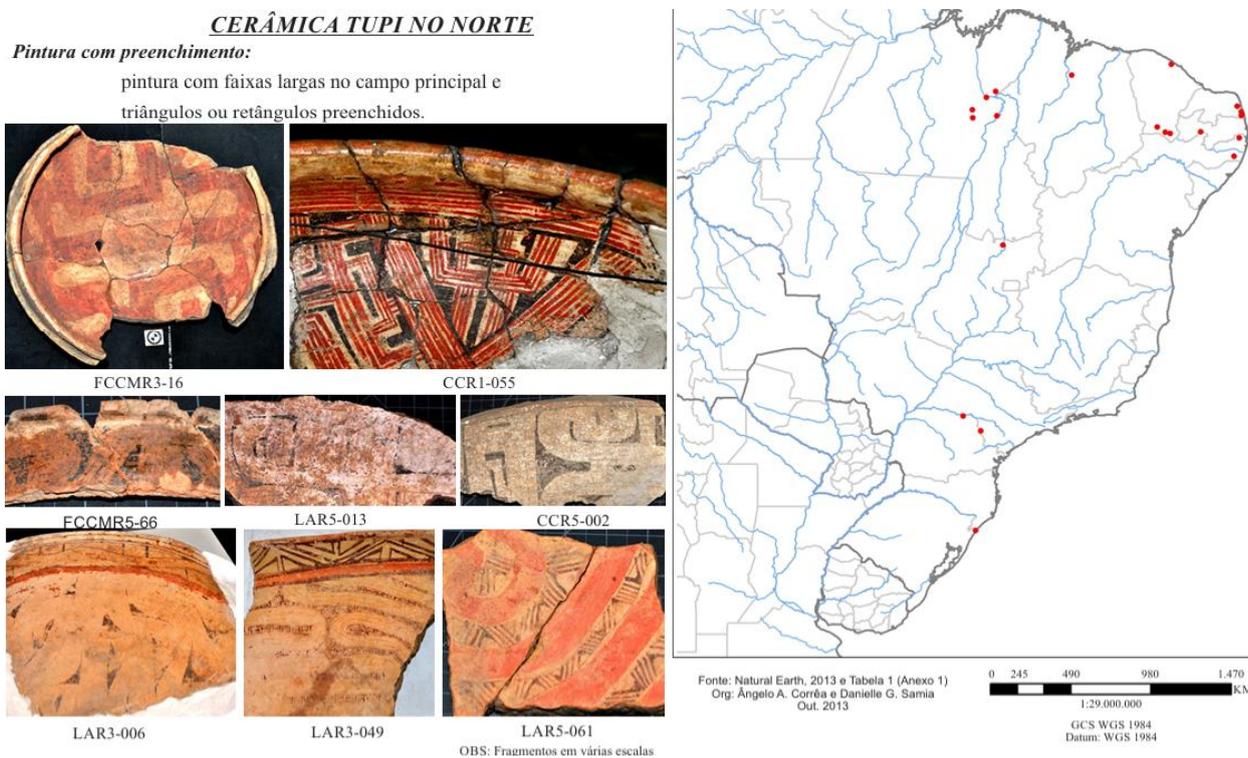
A fase cerâmica Curimataú estaria localizada na bacia do rio Curimataú, entre os municípios de Vila Flor e Serra de São Bento. Foi localizada através de escavações sistemáticas que tinham como objetivo investigar os processos de migração dos grupos cerâmicos, as pesquisas foram iniciadas por Nássaro Nasser em 1965 (Silva *et al.*, 2019). Os sítios que dão lugar a essa tradição são locais habitacionais em formatos circulares a céu aberto, contando com presença de sepultamentos secundários.

A referida fase é caracterizada por cerâmicas compostas por cacos triturados, bolos de argila e grãos, além da presença do feldspato e da hematita. Eram produzidas através da técnica acordelada ou modelada. Possuíam bojos espessos, contando com até 4,5cm de espessura. No entanto, também conta com fragmentos produzidos com areia fina e bojo pouco espessos, com superfície polida e aplicação de banho vermelho. Nessa fase também existe a presença de pinturas feitas em vermelho e preto sobre o engobo branco, geralmente presentes na parte externa da borda. As pinturas possuem linhas e curvas com desenhos abstratos. Também há presença de entalhes feitos na borda, bem

como o acanalado e o corrugado. Os recipientes são feitos em diferentes dimensões e formas, as bordas também possuem variação entre lábios planos, arredondados, apontados, biselados e dentados e bordas diretas, extrovertidas, verticais e inclinadas. Além disso, também foram observados bolos de argila queimados, asas e rodela de fusos (Oliveira, 2000).

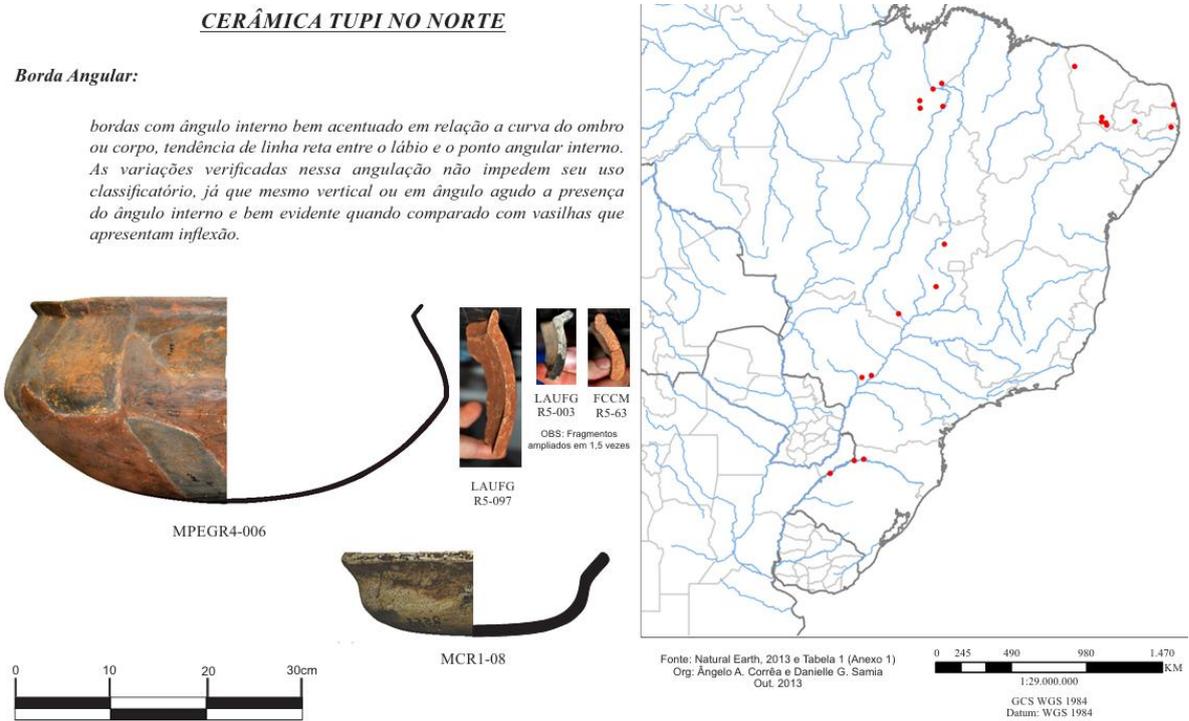
Angelo Corrêa (2014) fez ainda um mapeamento de alguns tipos de cerâmica, designando às cerâmicas Tupi no Norte aos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás. As cerâmicas mapeadas pelo autor apresentam o acabamento de superfície alisado, além do acabamento pintado de cores pretas e vermelhas sobre o engobo ou superfície alisada. Ele chama atenção para a presença de linhas mais grossas com presença de formas geométricas como triângulos e retângulos ou com faixas vermelhas (ver Figura 4). As formas são semelhantes às apresentadas por Oliveira (2002) (ver Figura 5 e Figura 6).

Figura 4: Cerâmica Tupi no norte, pintura com preenchimento.



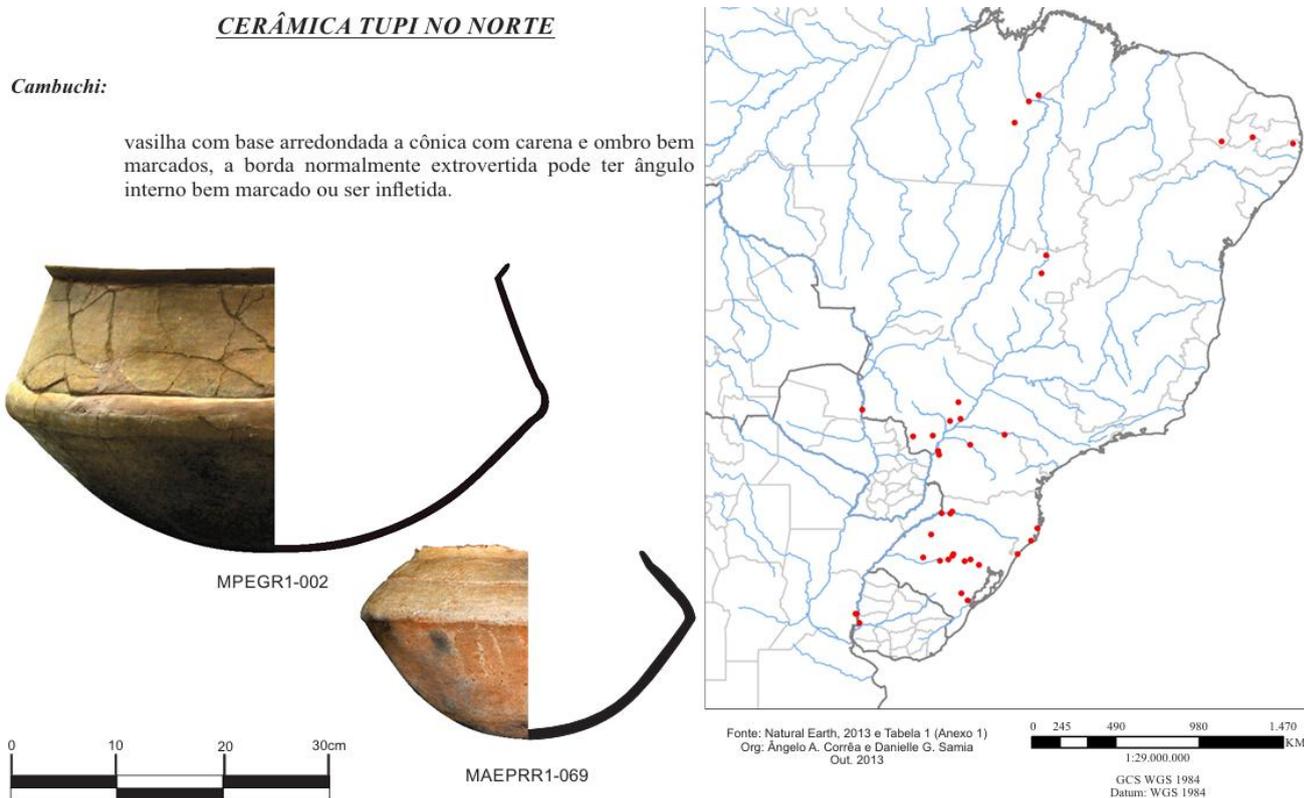
Fonte: Corrêa, 2014

Figura 5: Cerâmica Tupi no norte, borda angular



Fonte: Corrêa, 2014

Figura 6: Cerâmica Tupi no norte, cambuchi



Ainda existe no Rio Grande do Norte a fase Papeba, identificada como uma fase isolada. Essa fase foi identificada por Nássaro Nasser, em uma colina na Lagoa de Guaraíras, em Senador George Avelino. A escavação evidenciou diversos vestígios arqueológicos que correspondiam a duas ocupações diferentes. A cerâmica Papeba seria a ocupação mais antiga, seguida da fase Curimataú. O que os estudos apontam é que pode ter existido um contato e uma troca entre as duas fases, de modo que alguns sítios da fase Curimataú tinham vestígios caracterizados como pertencentes à fase Papeba. É possível que o aparecimento dos grupos da segunda fase tenha influenciado modificações feitas na cerâmica Papeba, como o aumento da espessura das paredes dos artefatos (Oliveira, 2000).

Entre os anos de 1960 e 1970 Nássaro Nasser realizou uma publicação sobre um sítio arqueológico nas proximidades das lagoas Guaraíras e Papeba, sendo a segunda designada como nome do local. O pesquisador encontrou vestígios arqueológicos que foram descritos como uma fase. Posteriormente outros sítios com vestígios semelhantes foram classificados como essa mesma fase (Miller, 2012).

A fase Papeba foi analisada por Tom Miller como parte da Tradição Aratu, presente na Bahia e correspondente às populações do tronco linguístico Macro Gê. No entanto, Nasser ainda considerava que nos vestígios encontrados no sítio Papeba poderia existir indícios de contato com grupos da Tradição Tupiguarani, configurando duas possíveis ocupações no local. O sítio arqueológico em questão fica próximo do município de Arês, onde há registros das presenças das missões jesuíticas e dos holandeses. De acordo com Miller (2012), a região é mapeada como território da população Tarairiú, podendo também ter sido território dos Potiguara que teriam expulsado essas primeiras populações que passaram a viver no interior até depois da invasão holandesa.

Entre 1982 e 1983 o Museu Câmara Cascudo (MCC) ofereceu um Curso de Especialização em Arqueologia, no curso a equipe do pesquisador Tom Miller realizou uma primeira campanha no ano de 1982. Nessa investida foram encontrados resíduos em formato de ferradura com abertura a sul ou sudeste do que poderia vir a ser uma nascente da Lagoa Guaraíras. De acordo com Miller (2012), os resíduos indicavam presença de ocupações habitacionais. O local recebeu o nome inicial de sítio Guaraíras, mais tarde sendo designado como o sítio descrito por Násser:

Durante o referido trabalho, notamos material de amazonita, que não procede do litoral, e de uma bola esférica de pedra que não mostra nenhum sinal de uso como martelo, e que pelo tamanho sugere uma bola de boleadeira, instrumento bem conhecido no Sul, mas, até aí, desconhecido no Nordeste. Tal instrumento de caça é útil em terras de vegetação aberta (campos, caatinga ou cerrado) para caça de aves de grande porte (ema, seriema) e de animais como cervos, mas não teria nenhuma utilidade na Floresta Atlântica do litoral. De fato, os holandeses encorajaram a caça de emas, pois comerciavam as plumas das mesmas para enfeites de chapéu na Europa. Até que a ema figurava no brasão da Capitania do Rio Grande do Norte (Miller, 2012, p. 321-2).

A cerâmica identificada pertencia à Tradição Aratu, com presença de adornos em formas de asas. Foram encontrados lascas e fragmentos de sílex. De acordo com o autor anteriormente citado, a técnica utilizada para as ferramentas encontradas era semelhante aos vestígios de outros locais que teriam sido caracterizados como raladores de mandioca. Também foram identificadas rodas de fuso, o que aponta para o uso de trançados de fibra. No ano seguinte foi realizada uma outra campanha, onde dessa vez foram planejadas aberturas de trincheiras no centro da ferradura e foram encontrados mais vestígios.

Ainda segundo Miller (2012), o padrão encontrado corresponde às populações do tronco Macro Gê, moradias organizadas em um semicírculo nas proximidades de recursos

hídricos, correspondendo também às descrições abordadas por Olavo de Medeiros Filho que menciona a ida desses povos para o litoral na época de amadurecimento de cajus. Os achados ainda concordo com os relatos feitos por holandeses em que apontam os Tarairiús como populações sazonais, modificando seus assentamentos dentro de um território maior conforme as mudanças de época. Quando as populações Potiguara chegam ao litoral, limitam o acesso desses outros grupos ao litoral, fazendo com que passem por tempos difíceis durante a seca que era quando costumavam se aproximar do litoral. Com a aliança entre os “Tapuia” e os holandeses, esses grupos puderam voltar para o litoral.

Na segunda campanha, mencionada anteriormente a equipe decidiu testar uma hipótese que apontava o sítio Papeba como um acampamento que seguia os padrões dos grupos do Macro Gê (ver Figura 7 e Figura 8):

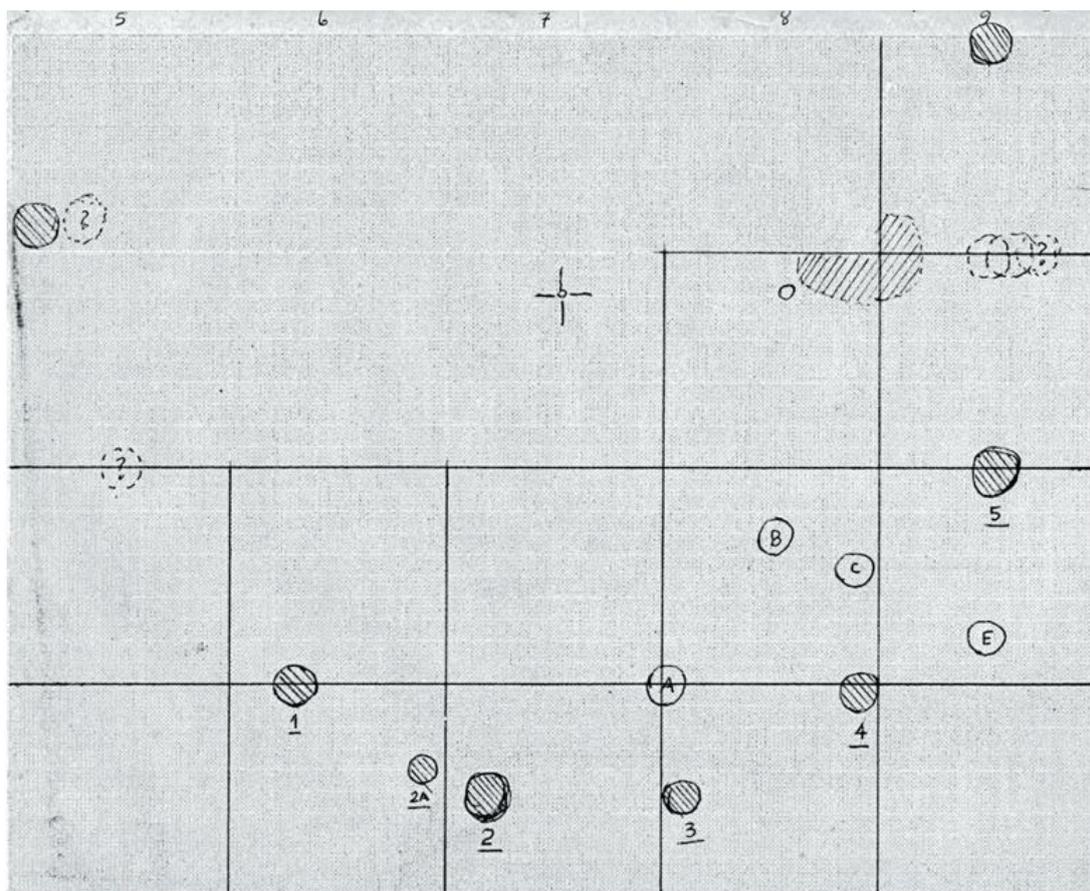
O segmento nordeste da trincheira realmente apresentou uma série de buracos uns 30 cm abaixo da superfície, de uns 25 cm em diâmetro e distando 1,10 m um do outro, e sendo ainda dispostos em forma de arco de círculo. Alguns dos buracos foram calçados no fundo e nos lados com cacos grandes de cerâmica e, num caso, com um fragmento grande de concha ou “búzio” (*Strombus goliath*). Estendendo a escavação até o centro do círculo, não foi encontrada evidência de um poste central de sustentação, só aqueles dispostos em volta, pulando espaço de um, justamente o que estaria aberto (entrada) de frente para a “praça” da aldeia hipotética (Miller, 2012, p. 322).

Figura 7: Buracos nº 2 e 2A, sítio Papeba



Fonte: Miller, 2021

Figura 8: Buracos de Postes de Sustentação de Casa; sítio Papeba



Fonte: Miller, 2021

Miller (2021) afirma que a equipe chegou à conclusão de que uma habitação servia para uma família nuclear. Foi atestada também a ausência de um espaço para um poste central, podendo eles terem sido amarrados para cima em formato de colmeia, como aponta a Figura 9.

Figura 9: Casa indígena de um grupo de língua Macro Gê do Centro Oeste.



Fonte: Lopes da Silva *apud* Miller, 2021.

O material recolhido das campanhas foi analisado no ano de 1987, dentre os vestígios já citados, foram observados entalhes em ossos com formatos de folhas e serpentes o que, de acordo com Miller (2012) seria influência europeia. Além dos entalhes, havia louças esmaltadas e presença de urnas funerárias:

Podemos adiantar que os achados de urnas funerárias e tampas das mesmas foram fora da “ferradura” das habitações e ao lado contrário à “abertura” da mesma. As análises iniciais foram feitas de cacos coletados na superfície, com o intuito de depois aplicar os resultados na análise do material escavado. Partindo de uma abordagem etnoarqueológica, ou seja, do ponto de vista da artesã em vez de o do arqueólogo ou “cacólogo”, desenvolvemos novos procedimentos e técnicas mais adequadas a esta abordagem (Miller, 2012, p. 323).

Apesar de citar a Gabriela Martin como fonte para apontar que as cerâmicas Papeba não são encontradas em conjunto com sepultamentos ou algo que os indique, Miller (2012) afirma que os objetos são filiados à Tradição Aratu, considerando também a ausência de componentes que indicassem presença da Tradição Tupiguarani.

Com a análise realizada através de testes estatísticos, Tom Miller (2012) e sua equipe visavam identificar variações entre atributos “para o estabelecimento de uma definição tipológica da população de cacos de cerâmica do Sítio Papeba, Município de

Georgino Avelino, RN” (Miller, 2012, p. 335). Os resultados da análise apontaram para três diferentes populações que teriam habitado o sítio, o que indicaria uma complexa interação cultural e temporal no local. Essas descobertas oferecem novas perspectivas sobre as dinâmicas de ocupação e as práticas socioculturais das comunidades que ali viveram.

Outros materiais cerâmicos com características similares também foram observados em outros casos, no estado do Ceará. A primeira pesquisa é uma dissertação de mestrado, publicada em 2011 e intitulada *Os grupos pré-históricos ceramistas da praia de Sabiaguaba*. Ela analisa grupos que teriam habitado os sítios arqueológicos Sabiaguaba I (SA I) e Sabiaguaba II (SA II), localizados na praia de Sabiaguaba, em Fortaleza. Foram classificados pela autora como sítios dunares e estudados com foco na tecnologia e cadeia operatória para compreender as escolhas técnicas dos grupos. A cerâmica é caracterizada pela autora como da fase Papeba e suas principais características são o alisado como tratamento de superfície predominante; presença de areia e minerais como antiplástico; formas esféricas e ovóides, com bordas diretas, extrovertidas ou introvertidas; predomínio da queima incompleta; marcas de fuligem; sem decorações plásticas complexas, com presença de banho vermelho e diversidade de tamanho (Sousa, 2011).

A outra publicação é referente à dissertação de Verônica Pontes Viana, intitulada *De Ocupação em Ocupação: Uma Leitura da Dinâmica Ocupacional do Sítio Arqueológico Jericoacoara I, Jijoca de Jericoacoara, CE*, defendida em 2018. A pesquisa tem foco voltado para o sítio Jericoacoara I, localizado em Jijoca de Jericoacoara, no Ceará. A cerâmica é o foco central da análise e é analisada também de acordo com a cadeia operatória. As características apresentadas por Viana (2018) são: alisamento predominante, com presença de polimento, engobe e incisão; formas de ovais e redondas; bordas simples ou inflexionadas; queima predominantemente incompleta; marcas de fuligem; decoração sutil com incisão ou engobes vermelhos ou brancos, com algumas presenças de pintura de cores vermelha, branca ou cinza, por imersão (banho) ou em faixas. A autora não chega a uma conclusão sobre se a cerâmica é de fato pertencente à fase Papeba, mas aponta semelhanças que condizem com características também da nossa amostra.

## 1.6 Vestígios do passado: Arqueologia em terras potiguares

A relevância do Sítio Papeba é ainda mais evidenciada quando consideramos seus antecedentes, que tiveram início em 1960, com trabalhos voltados para geologia, paleontologia e paleoantropologia sob a coordenação de José Nunes Cabral de Carvalho. A empreitada do Instituto de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Norte (atual Museu Câmara Cascudo) visava a investigação em poços permanentes na região do semiárido. Além de vestígios da megafauna pleistocênica, foram encontrados artefatos e lascas também. A partir desses achados, o pesquisador que estava na equipe Nássaro A. S. Nasser nos anos seguintes, juntou-se ao “Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), patrocinado pelo *Smithsonian Institute* e coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans e, no Nordeste, coordenado por Valentin Calderón, da UFBA” (Miller, 2021, p. 16).

A partir do ingresso no Programa, Nasser pesquisou alguns sítios na região. Com isso o pesquisador conseguiu a definição de suas fases: Fase Curimataú, que corresponderia a populações Tupi. Ele designou dezoito sítios como pertencentes a essa fase, localizados entre os municípios de São Bento e Vila Flor. Nasser definiu quatorze como sítios a céu aberto enquanto os outros quatro foram designados como sítios-cemitério. A outra fase definida por Nasser recebeu o nome de Papeba, localizada na Lagoa de Guaraíras, classificada como não Tupi e identificada por Miller como dentro da Tradição Aratu. Estudos posteriores feitos por Tom O. Miller em 1991, foram responsáveis por relacionar a tradição Papeba à população tarairiú de Janduí (Miller, 2021; Santos, 2022).

Mais contribuições foram feitas pelo pesquisador Laroche em 1984, quando dedicou seus estudos à morfologia lítica. Nas publicações, o pesquisador realizou uma revisão sobre as mudanças climáticas, as quais relacionou diretamente à tecnologia lítica por ele estudada. Laroche também deu início aos trabalhos em abrigos rochosos no Rio Grande do Norte, mais especificamente um sítio paleoindígena com depósitos de até 300 cm de profundidade, divididos em 15 camadas de 20 cm cada. No local foi encontrado material lítico, incluindo lascas designadas como "pontas de lança" bifaciais e vestígios de fauna analisados por paleontólogos. A datação do sítio apontou para o Pleistoceno terminal (cerca de 11.000 A.P. para micrólitos), com discussões sobre paleoecologia e comparações com indústrias europeias.

Ainda segundo o referido autor, o Museu Câmara Cascudo (MCC) foi um grande incentivador dos primeiros trabalhos arqueológicos no Rio Grande do Norte, nas décadas posteriores a 1980, foram feitas diversas publicações com materiais variados, destacando-se os trabalhos com líticos e cerâmica:

Alunos e ex-alunos do Curso de Especialização, como bolsistas do MCC ou do CNPq, também publicaram trabalhos (SAMPAIO DE SOUZA; MEDEIROS, 1982). Outros também desenvolveram pesquisas sobre a tecnologia lítica, como as de Osmar Medeiros, sobre técnicas do talhe e os seus produtos, e as de Francisca Miller sobre o estudo de sinais de uso-desgaste de instrumentos experimentais sob baixa magnificação (90-120x), e de Willineide Rocha (MILLER, F.; ROCHA, 19--?.) e outros sobre cerâmica. Dessas pesquisas, poucas foram publicadas (Miller, 2021, p. 26).

Nessa empreitada, é fundado o Curso de Especialização em Arqueologia que realizou estudos em um sítio arqueológico Papeba, no município de Senador Georgino Avelino, também no Museu:

[...] Tom Oliver Miller conseguiu a vinda do especialista em tecnologia lítica J. Jeffrey Flenniken, através do Programa norte-americano Fullbright, para ministrar cursos de tecnologia lítica em diversos centros brasileiros, incluindo o MCC. Mais recentemente, alguns trabalhos feitos em Florânia e Pedro Avelino foram publicados por Luis Dutra de Souza Neto (2005), que também havia participado do Curso de Especialização do MCC (Miller, 2021, p. 26).

A década de 1990 foi marcada pela destruição de pinturas rupestres em áreas de calcário na região do Seridó e no município de Apodi, no interior do estado. O pesquisador Tom Miller chegou a elaborar um projeto depois de avaliar os danos em conjunto com alguns bolsistas. Contudo, a iniciativa não teve resultados. Em paralelo à destruição, na UFRN, o pesquisador Paulo Tadeu de Souza Albuquerque inaugurou o Laboratório de Arqueologia (LARQ). O início do referido laboratório foi marcado pelo trabalho no município de Vila Flor, em um sítio do período colonial que originalmente era uma “redução indígena”, na mesma década:

Em 1996, Walner Spencer, na época atuando no LARQ, publicou um trabalho didático e especulativo (SPENCER, 1996), retomando as observações paleoclimáticas e de rotas hipotéticas de povoamento levantadas anteriormente por Laroche, as quais seguem muito de perto as considerações de Schmitz (1980). Enquanto cita trabalhos de Ab’Saber e outros, Spencer também segue a prática iniciada por Laroche de observações mais hipotéticas (entremeadas com as conclusões) do que fatuais (Miller, 2021, p. 27).

Em meados de 1990, a arqueologia no Rio Grande do Norte recebe o foco da equipe da arqueóloga Gabriela Martin que se voltou para o problema das destruições nas pinturas rupestres no Seridó, o que resultou em uma série de trabalhos arqueológicos e o foco dos trabalhos na pré-história do sertão potiguar. No que concerne às pesquisas no litoral, em 1994 surgiu o projeto Homem das Dunas. Albuquerque e Spencer chamam atenção para a preservação dos sítios dunares e tem como objetivo a compreensão do processo de ocupação desses ambientes. Os sítios a céu aberto pesquisados pelos referidos autores possuem vestígios alimentares e os dados foram complementados com relatos de moradores locais. A pesquisa resultou na definição de duas unidades cerâmicas, a única cuja origem foi identificada foi relacionada à cultura Tupi Guarani (Albuquerque; Spencer, 1994).

Na década de 2000, diversos estudos foram empreendidos no Rio Grande do Norte. O projeto arqueológico na Pedra do Chinelo, em Parelhas, empreendido por Irma Vidal (2002) apontou indícios de duas ocupações no abrigo estudado. A pesquisa foi a primeira a apresentar vestígios que apontassem para grupos ceramistas na região do Seridó. Já em 2003, Mauro Fontes relaciona cerâmicas, artefatos líticos e registros rupestres com a presença de sepultamentos na mesma região. No entanto, a pesquisa apresentou limitações no que se refere à definição de uma tecnologia específica.

Sobre os sepultamentos, em 2008, Sérgio Silva apresentou uma pesquisa com o uso de fontes históricas que buscavam compreender práticas de sepultamentos e o que elas tinham a revelar sobre particularidades culturais. O pesquisador relacionou os sepultamentos a crenças populares. Nesse mesmo ano Gérson Levi da Silva-Méendes (2008) fez uma análise sobre populações caçadoras-coletoras no curso do rio Piranhas-Açu, abordando datações de 3.380 a 980 anos AP em diferentes níveis de ocupação. O que chamou atenção em sua pesquisa foi a destruição dos sítios arqueológicos estudados, chegando à conclusão de que as mudanças e o uso do ambiente afetam diretamente a preservação dos sítios arqueológicos do estado, apresentando-se como empecilhos para algumas pesquisas.

No ano de 2012, Tom Miller realizou uma análise sobre a cerâmica de um sítio Papeba com publicação na revista *Clio Arqueológica*. Entre os materiais encontrados, foram encontrados vestígios de amazonitas (raras no litoral) e uma bola de boleadeira, encontrada apenas no sul do país, de acordo com Miller (2012). No mesmo ano, uma pesquisa sobre a cerâmica Tupinambá foi realizada na Serra de Santana. Mônica Nogueira

(2011) chama atenção para possíveis padrões de ocupação em abrigos sob rocha por populações caçadoras-coletoras. Os resultados trazidos pela pesquisadora chamam atenção para a continuidade de ocupações no local, indicando uma contínua presença humana.

Um importante avanço para os estudos no Rio Grande do Norte foi a publicação do livro “A pré-história do Nordeste”, pela arqueóloga Gabriela Martin (2013). Sobre o estado, a autora menciona os sítios arqueológicos Pedra do Alexandre (Carnaúba dos Dantas) e Mirador, em Parelhas, a riqueza de vestígios presentes no interior do estado. Ainda no sertão, se destacam as pesquisas nos sítios a céu aberto: Sítio do Umbuzeiro, Meggers I e Meggers III. De acordo com Mafra, Martin e Nogueira (2016):

[...] pode-se afirmar que a região foi povoada, desde o início do Holoceno – há  $\pm 10000$  A.P. – por: populações caçadoras-coletores seminômades; que se caracterizavam pela ocupação de abrigos rochosos para a realização de atividades gráficas e práticas funerárias; preferiam assentar seus acampamentos em áreas abertas, próximas aos rios e riachos; eram portadores de tecnologia lítica lascada e polida, que apresentavam pontas de projéteis laminares finamente lascadas; adotaram de tecnologia cerâmica simples, há pelo menos 2.500 anos atrás; utilizavam artefatos em fibra vegetal (traçados e cestarias). (Mafra; Martin; Nogueira, 2016, p. 121).

As pesquisas no sítio Furna do Umbuzeiro, em 2019, apontam para uma quebra de padrão de ocupação na região. Nele foram encontrados vestígios de fauna e de seres humanos. Foram realizadas três campanhas no local, onde foram identificadas fogueiras. O sítio pode apontar para diferentes práticas mortuárias (Campelo *et al.*, 2019).

As pesquisas no sítio Pedra do Alexandre apontaram para uma caracterização de um local persistente e especializado em práticas funerárias, conforme descrito por Fábio Borges (2020), o autor trabalha a ideia de que aquele local era dedicado ao sepultamento de indivíduos com práticas que refletem as estruturas sociais dos grupos ocupantes. Citando Saxe (1970 *apud* Mafra, 2020), a existência de cemitérios formais aponta para uma competição por territórios e recursos, juntamente com formação de grupos hereditários em processo de sedentarização.

As pesquisas realizadas desde 1990 até recentemente como as de Silva e Solari (2020), buscam definir horizontes ocupacionais e culturais, mas enfrentam desafios devido à fragilidade de dados. A degradação de colágeno e outros indicadores, causada por processos diagenéticos, quedas de blocos do abrigo, ação da água e alterações antrópicas, limita análises biomoleculares e datações por radiocarbono (AMS). Essas

condições afetam a interpretação de vestígios arqueológicos, dificultando a construção de um panorama claro.

No ano de 2018, foi realizada uma pesquisa por Luiz Carlos Medeiros, com foco na análise tecnológica da indústria lítica do sítio arqueológico Gado Perdido, onde foram explorados os processos de produção de instrumentos líticos por grupos humanos pré-históricos. A abordagem está voltada para a cadeia operatória, analisando desde a seleção de matérias-primas até a fabricação e reutilização de instrumentos. No mesmo ano foi publicada a dissertação de mestrado de Mizael Santos da Costa que tem como foco o registro e análise das gravuras rupestres de dois sítios arqueológicos no município de Jucurutu, explorando suas características técnicas, morfológicas e contextuais. A pesquisa faz uma descrição detalhada com interpretações preliminares.

Em 2020 foi publicado o livro *A Pré-História do Rio Grande do Norte*, de Valdecir dos Santos Junior. A obra apresenta uma análise ampla do patrimônio arqueológico do Rio Grande do Norte, com ênfase em sítios pré-históricos de gravuras rupestres, artefatos líticos, cerâmicos e com vestígios de megafauna. A obra explora a ocupação humana na região desde o Pleistoceno até períodos mais recentes, utilizando abordagens como arqueologia da paisagem, análise tecnológica e datações. Os temas abordados pelo livro são sobre a canoa monóxila da Lagoa do Extremoz; as gravuras rupestres em Santana do Mato; indústria lítica do sítio Gado Perdido; megafauna e artefatos no sítio Furna dos Ossos, em Santana do Matos; arqueologia da paisagem; datações e sítios cemitério.

No ano de 2023 foi publicado um artigo Monteiro, Luft Neto e Santos Donde que propõe uma análise da tecnologia lítica dos sítios arqueológicos Boqueirão e Complexo Jerusalém I, localizados em Lajes, na microregião de Angicos, Rio Grande do Norte (RN), Brasil. Esses sítios foram designados como oficinas a céu aberto e foram estudados a partir de uma abordagem tecnofuncional, que integra a análise da produção (cadeia operatória) e da utilização (potenciais funcionais) dos artefatos líticos. Também foi publicada a dissertação de Anne Caroline Barbosa dos Passos que analisa a tecnologia lítica do sítio arqueológico Cuó, localizado no Vale do Açú. O sítio caracterizado pela presença de material lítico lascado, foi estudado no contexto de arqueologia preventiva, relacionada à construção da barragem Armando Ribeiro. A pesquisa analisa o material com ênfase na análise da cadeia operatória. No mesmo ano foi defendida a dissertação de Anne Noemi França Miranda que analisa o conjunto lítico do sítio arqueológico

Pendências II, também localizado no Vale do Açu. O principal foco da pesquisa era a tentativa de compreender a cadeia operatória e as etapas de produção dos artefatos.

No que se refere à arqueologia histórica, as pesquisas ainda são poucas, no contexto da arqueologia das casas-forte, existe o trabalho de Roberto Airon Silva (2010) que aborda os períodos iniciais da colonização sob a perspectiva da defesa dos territórios dos nativos e/ou de estrangeiros. Combinando fontes históricas e arqueológicas, o autor aponta para a pouca presença de trabalhos que abordam essa perspectiva de um passado mais recente.

Voltando para o interior, no Seridó existe um projeto de pesquisa organizado pela UFRN e pelo Laboratório de Arqueologia do Seridó que exploram as casas de fazenda relacionadas às primeiras ocupações na região. O estudo empreendido por Silva, Souza e Batista (2020) aponta as estruturas dos espaços de moradia em contextos de independência de recursos. Além disso, mais estudos foram empreendidos em 2021 e 2024 pela pesquisadora Hozana Souza.

A dissertação “Sítio Culumins: um olhar sobre o sertão do Seridó, séculos XVIII – XIX” (Souza, 2021) investiga as louças e utensílios cerâmicos sob a perspectiva das práticas sociais e do consumo, analisando como esses objetos se inserem na sociedade colonial do sertão. A pesquisa destaca que as louças encontradas são de menor valor e simplicidade em comparação a outros artefatos disponíveis no mercado. Além disso, o trabalho contrasta as cerâmicas locais e regionais, enfatizando a continuidade e herança de tradições. Por outro lado, a dissertação “Arqueologia histórica no sertão do Seridó: uma abordagem a partir do sítio arqueológico Oiticica 17” (Souza, 2024) adota uma perspectiva econômica, buscando compreender como as faianças finas chegaram à região do Seridó potiguar através das margens do rio Piranhas.

De maneira geral, a trajetória da arqueologia no Rio Grande do Norte revela um rico panorama de pesquisas e limitações enfrentadas ao longo do tempo. Desde os primeiros esforços em 1960 até as investigações mais recentes, os pesquisadores têm contribuído para a montagem de um cenário de ocupação humana no estado. As descobertas de artefatos e práticas lançam luz à história dos povos que habitaram as terras potiguares e destacam a importância da preservação do patrimônio arqueológico diante das ameaças do mundo contemporâneo. Com o avanço das pesquisas e o olhar voltado

para os desafios oferecidos, esse campo de estudo pode revelar novas narrativas sobre as populações pretéritas e suas relações com o ambiente.

## **2.0 Fundamentos Teóricos para a Análise cerâmica: Cultura material, atributos e classificação**

### **2.1 Conceitos e classificações**

Ao pensar em classificação para a arqueologia, alguns conceitos importantes são artefato e atributo. Artefato é definido por Dunell (2006, p. 154) como: “[...] qualquer ocorrência que exiba qualquer atributo físico que possa ser considerado como resultado da atividade humana. [...]”. Como exemplos de artefatos arqueológicos podemos citar os líticos e as cerâmicas. Enquanto, atributo é definido pelo mesmo autor como “[...] não só qualidades no sentido comum de qualidade, mas também a posição ou localização no mundo tridimensional. [...]” (Dunell, 2006, p. 154). Como exemplos de atributos para o artefato cerâmico, podemos citar aqueles de ordem dimensional como o comprimento, a largura e a espessura.

Ainda segundo Dunell (2006), considerando esses dois conceitos o aspecto mais importante da análise é a observação de padrões. Pois, aqueles atributos que se repetem em um conjunto de artefatos são entendidos pela arqueologia como resultado do compartilhamento de ideias entre os produtores e/ou utilizadores da cultura material, de forma que os artefatos podem funcionar como expressão do mesmo modelo mental. Essa concepção conectaria as dimensões fenomenológica, aquilo que possui existência material e ideativa, que não possui existência material. Considerando essa afirmação, para Dunell é necessário esclarecer: onde se localizam as ideias comuns? por quais meios elas são compartilhadas? qual a escala desse compartilhamento?

Outro conceito importante para a arqueologia é o de cultura, ao qual são atribuídos diversos significados. Dunell (2006) resume e simplifica o mesmo como ideias compartilhadas. A presença de ideias pressupõe o envolvimento humano. Segundo ele, é necessário considerar que:

Os arqueólogos não estudam a "cultura", ou as "sociedades do passado", ou o "passado do homem". Cultura e sociedade são conceitos antropológicos, e o passado do homem é uma metáfora. O único fenômeno tangível que pode servir como dado, com o qual os arqueólogos realmente trabalham e que é suscetível de explicação, é aquele englobado pelo termo artefato. Confundir os meios de explanação (cultura, sociedade etc.) com os fenômenos que devem ser explicados (artefatos) só pode resultar em confusão, incongruência e conclusões não-verificáveis. Isso não significa, evidentemente, que não podemos estudar conceitos, ou quaisquer outras palavras, sejam elas quais

forem; significa apenas que tais estudos não são arqueologia, mas sim filosofia ou lingüística, dependendo da abordagem (Dunell, 2006, p. 158).

Dessa forma, é necessário evitar entender os artefatos como reflexo das culturas. A cerâmica foi e é um dos artefatos mais pesquisados na história da arqueologia brasileira e sobre ela foram pensadas algumas classificações. Acerca dos estudos da cerâmica pré-histórica brasileira Alves et al. (1991) pontua:

O conhecimento de cerâmica pré-histórica no Brasil até os anos cinquenta, restringia-se a caracterização dos aspectos gerais, com referência: 1) nas informações dos cronistas, viajantes e etnólogos dos séculos subsequentes à colonização europeia; 2) nas informações das primeiras expedições; 3) nos resultados de estudos sobre coleções cerâmicas de algumas escavações realizadas nesse período (Alves et al., 1991, p. 16).

As primeiras classificações envolvendo essa classe de material, comportavam os seguintes tipos Cerâmica de Maracá; Cerâmica Santarém; Cerâmica de Mirancanguera; Cerâmica do Cunani; Cerâmica Tupi Guarani e cerâmica de Marajó. Não havia homogeneidade nos parâmetros usados na definição desses tipos. A partir de 1950, o foco de análise das cerâmicas pré-históricas sai das formas dos vasilhames e vai para a tecnologia, abarcando por isso mais componentes, sendo o tratamento de superfície e as técnicas decorativas privilegiados na definição de tipos. Boa parte dos trabalhos desenvolvidos buscava responder sobre a origem das cerâmicas. A proposta metodológica dos americanos Betty Meggers e Clifford Evans, chamada de Ford, para análise de sítios cerâmicos se relacionou com essa pergunta e permitiu diferenciar tradições culturais, produzir cronologias relativas, identificar relações entre grupos étnicos e estágios de desenvolvimento (Alves et al, 1991).

Os referidos pesquisadores coordenavam o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) que iniciou em 1965 e finalizou em 1970. Esse foi pensado com base em um sistema comum de teoria arqueológica, técnicas de campo, análise e interpretação dos dados. A equipe organizava seminários para coordenar os trabalhos e comparar os dados. Durante um desses seminários no ano de 1964 foram estabelecidos os conceitos de tradição e fase. Líticos e cerâmicas foram as classes de artefatos mais trabalhadas. Em sua continuidade, foi realizado o PRONAPABA voltado as pesquisas arqueológicas na Amazônia. Apesar de atualmente ser abertamente criticado, entre outras coisas pelo trabalho histórico-culturalista, o PRONAPA estabeleceu as bases da arqueologia brasileira (Alves et al, 1991).

O estabelecimento de tradições e fases são tentativas de atribuir significado para a variabilidade artefactual.

Na arqueologia brasileira, a elaboração de tipologias serve para ordenar e diferenciar os conjuntos artefatuais. Estes conjuntos, por sua vez, são unidos temporalmente para compor as Tradições e/ou particularizados temporal e espacialmente para compor as Fases. Assim, quando definimos Tradições e Fases estamos, de alguma forma, dando significado à variabilidade artefactual (Silva, 2007, p. 102).

Acerca do conceito de tipo Chmyz (1976, p. 144) define como “Grupo de características comuns que distinguem determinados artefatos, ou seus restos, de outros semelhantes. Para cerâmica usa-se apenas com aqueles que tem descrição formal”. Por sua vez, em relação a tradição Chmyz (1976, p. 145) descreve como “Grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal”. Já sobre o conceito de fase afirma: “Qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios” (Chmyz, 1976, p. 131).

As cerâmicas eram analisadas segundo seus atributos e diferenciadas em tipos. O primeiro atributo era a presença ou ausência de decoração. Outros atributos analisados eram o antiplástico, a coloração da cerâmica, a queima, tratamentos e acabamentos de superfície, forma da borda, espessura do bojo e espessura do corpo etc. A seriação era um método aplicado para datação relativa de material coletado em superfície ou sem informações estratigráficas. Os tipos, fases e tradições relacionam-se as sequências seriadas no método de análise do PRONAPA.

Os métodos e teorias seguida nos trabalhos realizados no Brasil seguem a orientação das arqueologias americana e europeia. A tradição americana de estudos sobre tecnologia explora a variação em artefatos acabados. Já a tradição europeia, mas especificamente a francesa, estuda a variação durante a produção, associando as escolhas tecnológicas com a cognição. Um conceito importante para essa tradição é o de cadeia operatória<sup>1</sup> (Stark, 1999).

Em relação a arqueologia americanista os estudos de cultura material estiveram primeiro associados a antropologia e posteriormente, orientaram o desenvolvimento da

---

<sup>1</sup> “In operational sequences - processes combining materials, tools, agents and skills to a definite purpose - each operation is an indispensable, interdependent link in a chain of events. "The sequence of the steps is logical and predictable... certain options are as though induced or forbidden by others, thus underlining the interdependence of the links and the unity of the sequence" (Balfet 1975: 52). And what goes for operations also goes for the other elements, tools, gestures, products” (Stark, 1999, p. 162).

arqueologia. Os arqueólogos americanos têm publicado estudos descritivos de cultura material desde o século XVIII até o XX. Os antropólogos abandonam o interesse por esse tipo de temática após 1920, mas os arqueólogos o mantem e acabam criando as bases das histórias culturais e cronologias regionais. Esse quadro muda em 1960, com o advento da nova arqueologia. Os novos arqueólogos passam a criticar a associação entre etnicidade e padrões de distribuição no material arqueológico. Além disso, acreditavam que a tecnologia funcionava apenas como ferramenta de adaptação ao meio. Assim, os estudos de cultura material diminuíram. As críticas residiam principalmente no foco em descrição e na falta de uma teoria sólida. Entretanto, o interesse nunca foi apagado e com a Nova arqueologia a variabilidade e a tecnologia passam a ser estudadas a partir das categorias analíticas de estilo e função (Stark, 1999).

Quando a arqueologia francesa, os estudos sobre tecnologia envolvem etnologia e arqueologia. Uma grande contribuição foi feita por Leroi-Gourhan, ao afirmar que o comportamento humano é regulado por cadeias operatórias que estão socialmente estabelecidas e podem ser aplicadas nas mais diversas materialidades. A tradição francesa de estudos sobre tecnologia é marcadamente interdisciplinar e tem buscado entender e descrever todo o processo de produção. As duas escolas trazem pontos que se aproximam e se distanciam mais seu objetivo principal é entender as relações entre o comportamento técnico e as relações sociais (Stark, 1999).

As explicações entorno da variabilidade se alteraram ao longo dos anos. Até meados do século XX, os pesquisadores utilizavam aspectos como mudanças evolutivas ou afiliação cultural para entendê-la. Entretanto, com o surgimento da arqueologia processual (década de 1960), arqueologia comportamental (década de 1970) e das arqueologias evolucionária e pós-processual (década de 1980), isso deixou de ser suficiente. Mesmo com as novas perspectivas teóricas, ainda não existe um consenso, de forma que são formuladas diversas explicações particulares para explicar as semelhanças e diferenças no tempo e espaço presentes no material arqueológico. Entretanto, alguns aspectos que atualmente são entendidos é que a variabilidade tem explicações pluri-semânticas e que não se excluem, podendo ser de ordem prática, social e/ou simbólica.

Diante disso, Schiffer e Skibo (1997) chamam atenção para a necessidade de repensar a natureza e a causa da variabilidade e descartar categorias teóricas e analíticas que funcionam como amarras conceituais, por exemplo: função, estilo, razões utilitárias

ou simbólicas, tecnologia, cultura etc. Os autores propõem uma estrutura teórica comportamental que liga os artefatos, as atividades e as pessoas. Os artefatos variam em quatro dimensões, sendo elas formais, relacionais, quantitativas e espaciais. Para entender essas variações é necessário analisar o ciclo de existência de cada artefato no contexto sistêmico e no contexto arqueológico.

Variabilidade formal diz respeito as características ligadas a forma do artefato, que podem ser observadas e mensuradas como por exemplo dimensões, cor, morfologia etc. Segundo Schiffer e Skibo (1997) essa seria motivada pelas escolhas tecnológicas dos artesãos durante a produção, estando relacionadas com os objetivos de performance, a experiência de cada artesão e com aspectos situacionais ligados ao ambiente, ao comportamento e a sociedade. Variabilidade quantitativa, por sua vez, corresponde a frequência numérica em que os artefatos aparecem no contexto arqueológico. Essa dimensão pode ser associada por exemplo sobre as necessidades daquele tipo de artefato e conseqüentemente informar sobre produção, uso, descarte, reciclagem etc. (Silva, 2007).

A variabilidade espacial e relacional são dimensões relacionadas. A primeira diz respeito a localização do artefato dentro do contexto arqueológico, o que pode informar acerca do seu ciclo de existência e as dinâmicas envolvendo o uso do espaço no que tange as áreas de atividades e organização do grupo social, por exemplo. A segunda, por sua vez, corresponde na associação entre artefatos no contexto arqueológico. Essa pode informar sobre a maior ou menor ocorrência de uma associação material, o que pode ajudar a pensar nas atividades desempenhadas. Entretanto, é necessário ter em mente que o contexto arqueológico não reflete o contexto sistêmico. Nesse sentido, os conceitos de refugio primário, refugio secundário e refugio de fato são importantes no processo analítico (Silva, 2007).

A variabilidade tem sido uma temática abordada nos trabalhos de arqueologia brasileira nos mais diversos contextos temporais e espaciais. Rebellato (2007) estuda o sítio arqueológico Hatahara, em Iranduba (Amapá) através da variabilidade cerâmica e da variabilidade química e física do solo, buscando entender as áreas ocupadas, o tamanho e organização da ocupação no referido sítio que se encontra em frente ao rio Solimões. Dessa forma, a autora objetiva pensar sobre os grupos que ocuparam e exploraram a área. Silva (2015), por sua vez reflete acerca de ocupações indígenas e ceramistas no alto do Rio Madeira objetivando entender seu modo de vida no período pré-colonial. Para isso,

ele revisita trabalhos de arqueologia desenvolvidos em Rondônia e estuda os sítios arqueológicos Ilha de Santo Antônio e Novo Engenho Velho fazendo reflexões entorno da Subtradição Jatuarana. O autor associa a variabilidade às diferentes trajetórias históricas.

Schuster (2018) estuda o sítio Cipó, localizado no município de Piranhas, estado de Alagoas, buscando entender as ocupações indígenas e ceramistas que habitaram aquele espaço. Para isso, ela analisa o material cerâmico de forma intra e entre sítios da região do Xingó e baixo rio São Francisco buscando entender semelhanças e diferenças no tempo e no espaço. A autora argumenta que o significado da variabilidade observada se associa com a ocupação de diferentes grupos étnicos.

Oliveira (2000) estuda 4 sítios arqueológicos localizados na região do Parque Nacional da Serra da Capivara, estado do Piauí, buscando estender as características do sistema técnico dos grupos pré-coloniais. A autora associa a variação da cerâmica aos estilos tecnológicos explicada pela diferença técnica de grupos que ocuparam a área.

Assim, podemos perceber que a variabilidade tem sido uma temática explorada nos trabalhos de arqueologia brasileira, em contextos históricos e pré-coloniais por todo o território, a partir da interdisciplinaridade e juntamente com outras categorias analíticas como por exemplo estilo e função.

Esses são conceitos ou categorias teóricas e analíticas utilizadas como forma de explicar a variabilidade nos artefatos encontrados nos sítios arqueológicos, por isso relacionam-se com discussões envolvendo tipologia e classificação. No Brasil, os trabalhos que aplicam esses conceitos teóricos em uma análise prática adotam as abordagens definidas pela arqueologia europeia e americana.

Assim, esbarram na falta de consenso entre os pesquisadores e nas diferentes perspectivas apontadas. Além disso, lidam com questionamentos como por exemplo: como diferenciar o conceito de estilo do conceito de função?, quais elementos definem o estilo?, em que medida essa categoria analítica contribui para pensar o passado? etc. A seguir, tentaremos apresentar as principais discussões em torno desses conceitos e alguns exemplos de trabalhos de pesquisadores brasileiros que os aplicam.

Apesar das discordâncias, destacamos a aceitação de 3 aspectos em relação ao conceito que são consenso entre os pesquisadores: estilo é um jeito de fazer alguma coisa,

envolve uma escolha dentro de um leque de alternativas e é particular de um tempo e espaço.

Em relação ao estilo, a sua determinação é um elemento que apresenta diferentes perspectivas entre os autores. Como por exemplo, necessidades individuais e ou coletivas e aspectos contextuais. Podemos citar por exemplo as categorias como iconologicismo de Lewis Binford, isocrestismo de James Sackett e o iconografismo-simbólico de Polly Wiessner. Além disso, o conceito de estilo tecnológico.

Binford (1962, 1986, 1989) defende que os objetos apresentam três dimensões de acordo com sua função em relação ao meio, sendo elas: tecnômica, sociotécnica e ideotécnica. A partir disso, ele realiza uma diferenciação entre atributos funcionais e atributos estilísticos, onde os últimos estariam associados com o meio cultural e seriam acessórios. Assim, esse autor não entendia o estilo como elemento capaz de refletir como ocorrem as mudanças, uma vez que se relacionaria com atributos secundários da variação formal. Binford criticava a associação entre o estilo e a etnicidade, considerava que o primeiro era resultado de variações funcionais. Portanto, o estilo iconológico de Binford é definido como ativo, dessa forma:

Changes in the temporal-spatial distribution of style types are believed to be related to changes in the structure of social-cultural systems either brought about through processes of in situ evolution, or by changes in the cultural environment to which local socio-cultural systems are adapted, thereby initiating evolutionary change (Binford, 1962, p 220)<sup>2</sup>.

As ideias de Binford acerca de estilo se inserem na teoria processualista. Por outro lado, segundo ele, as de Sackett seriam histórico-culturalistas. Sackett (1977, 1986, 1991) opta por uma visão indissociável entre estilo e função. Ele considera o estilo como reflexo da etnicidade, onde o resultado da produção (cultura material) é fruto de escolhas conscientes ou inconscientes dentro de um universo de possibilidades que poderiam levar ao mesmo resultado. Portanto, cada grupo étnico ou social apresentaria um estilo próprio, pois a etnicidade estaria contida nas escolhas. O estilo isocréstico de Sackett é caracterizado como passivo:

---

<sup>2</sup> Acredita-se que as mudanças na distribuição temporal-espacial dos tipos de estilo estejam relacionadas a mudanças na estrutura dos sistemas socioculturais, provocadas por processos de evolução in situ ou por mudanças no ambiente cultural ao qual os sistemas socioculturais locais são adaptados, iniciando assim a mudança evolutiva. (Binford, 1962, p 220)

[...] the isochrestic model postulates that style is essentially ubiquitous in formal variation, residing in both its instrumental and adjunct components [...] (Sackett, 1990, p. 34)<sup>3</sup>.

Um exemplo de trabalho da arqueologia brasileira que utiliza esse conceito é o de Azevedo (2019). Estudando as cerâmicas de produção local da senzala do Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro, adota a concepção isocréstica do estilo para entender os aspectos decorativos, formais e técnicos. Constatando, assim a existência de variabilidade no espaço e no tempo. Para isso, a autora utiliza o conceito de *Habitus* de forma a comportar as diversas existências naquele espaço.

Wiessner (1983, 1991) acredita que o estilo reflete a etnicidade, na forma das identidades individuais e sociais, mas diferente do que afirma Sackett, segundo a autora esse processo aconteceria de maneira ativa, tratando-se de uma ação consciente e não-verbal. Ou seja, segundo Sackett o simbolismo étnico do estilo é inerente, podendo ser acessado, enquanto Wiessner acredita que ele seja intencional. Para ela, a função principal do estilo é a comunicação e esse pode estar presente em atributos funcionais e/ou atributos decorativos. Wiessner analisa o estilo a partir das categorias emblemática e assertiva. Sobre a função comunicativa a autora afirma:

Style used here will be limited to that which transmits information about identity, because formal variation in material culture can include stylistic messaging that stems from several behavioral sources and the understanding of stylistic variation depends heavily on understanding the behavior that generates it (Wiessner, 1983, p. 256)<sup>4</sup>.

Ainda segundo ela, pensando referenciais sociais o estilo assertivo corresponderia a uma caracterização vaga, enquanto o estilo emblemático diria respeito a uma caracterização clara. Ou seja, o primeiro se refere a uma ação consciente ou inconsciente relacionada ao indivíduo, já o segundo, corresponde a uma ação consciente durante o processo de produção de um artefato e de construção das particularidades que remetem a uma determinada sociedade. Ambos podem estar presentes no mesmo artefato, mas apresentam uma distribuição diferente, sendo a do primeiro tipo maior que a do segundo.

---

<sup>3</sup> [...] o modelo isocréstico postula que o estilo é essencialmente onipresente na variação formal, residindo tanto em seus componentes instrumentais quanto adjuntos. [...] (Sackett, 1990, p. 34)

<sup>4</sup> O estilo usado aqui será limitado àquele que transmite informações sobre identidade, porque a variação formal na cultura material pode incluir mensagens estilísticas que derivam de várias fontes comportamentais e a compreensão da variação estilística depende muito da compreensão do comportamento que a gera. (Wiessner, 1983, p. 256)

Em suas análises, Wiessner (1983, 1991) separa atributos referentes ao estilo e atributos referentes a função. Acerca da ideia de estilo ativo de Wiessner, Sackett (1985) afirma:

Style enters the equation when it is recognized that the choices artisans make among the range of options potentially available to them tend to be quite specific and consistent, and that these are dictated largely by the craft traditions within which the artisans have been enculturated as member of social group. In other words, there are in material culture highly specific patterns of isochrestic variation that are socially bounded and that therefore may be regarded as idiomatic or diagnostic of ethnicity. And it is these that we perceive as style. This is of course style in the passive voice, not so much a force that acts as a latent quality that can be invoked (Sackett, 1985, p. 157)<sup>5</sup>.

Um quarto conceito que tem aparecido em estudos de arqueologia brasileira é o de estilo tecnológico. A partir desse, os autores descrevem a relação entre a manufatura, o uso e a comunicação de informações sociais a partir da cultura material, percebendo as escolhas tecnológicas em relação as necessidades sociais e ao contexto cronológico e espacial.

Technological style, as the manner of how people carry out their work, includes the choices made by artists regarding materials and techniques of production, and how those choices are related to the appearance and function of the products [...] (C. Reedy e T. Reedy, 1994, p. 304)<sup>6</sup>.

Uma problemática destacada pelos autores que aplicam esse conceito é o foco em atributos visíveis do estilo tecnológico, como a decoração, em detrimento de outros atributos do processo produtivo. Sobre isso, Silva (2007 *apud* Carr, 1995) destaca:

A noção de estilo tecnológico, na realidade, implica numa ampliação da própria noção de estilo, que transcendendo o padrão material passa a englobar, também, os comportamentos e processos causais que determinam o mesmo. Ou seja, o conceito de estilo tecnológico traz em si uma concepção processual de estilo onde a forma e as atividades e os comportamentos que a produziram são considerados aspectos indistinguíveis (Silva, 2007 *apud* Carr, 1995b, p. 156).

---

<sup>5</sup> O estilo entra na equação quando se reconhece que as escolhas que os artesãos fazem entre a gama de opções potencialmente disponíveis a eles tendem a ser bastante específicas e consistentes, e que estas são ditadas em grande parte pelas tradições artesanais dentro das quais os artesãos foram aculturados como membros do grupo social. Em outras palavras, há na cultura material padrões altamente específicos de variação isocrética que são socialmente limitados e que, portanto, podem ser considerados idiomáticos ou diagnósticos de etnia. E são estes que percebemos como estilo. Isto é, claro, estilo na voz passiva, não tanto uma força que atua como uma qualidade latente que pode ser invocada. (Sackett, 1985, p. 157)

<sup>6</sup> O estilo tecnológico, como a maneira como as pessoas realizam seu trabalho, inclui as escolhas feitas pelos artistas em relação aos materiais e técnicas de produção, e como essas escolhas estão relacionadas à aparência e à função dos produtos. [...]” (C. Reedy e T. Reedy, 1994, p. 304)

Em relação a trabalhos de arqueologia brasileira que utilizam esse conceito podem citar Moraes (2007) e Alves (2019). Moraes (2007) estuda os contextos arqueológicos associados a tradição Tupi Guarani no alto e médio vale do Rio Mogi Guaçu. A autora aplica o conceito de estilo tecnológico na análise do material cerâmico montando um quadro acerca das ocupações Tupi no estado. Alves (2019) também utiliza o conceito de estilo tecnológico ao pensar sobre cerâmicas reunidas em museus brasileiros desde o século XIX até o XX, mais especificamente cerâmicas classificadas como pertencentes ao estilo Konduri, encontrado nas proximidades do Rio Amazonas. O autor discute elementos caracterizadores desse estilo a partir das coleções dos museus e levanta hipóteses acerca da existência de redes de trocas e fluxo de pessoas no baixo Amazonas.

Considerando o conceito de estilo, apresentaremos também o de função. As diferenças teóricas e práticas em relação a esses, se fazem através de perspectivas sistêmicas, tecnológicas, evolucionistas etc. Os limites, entretanto, são tênues de forma que essa discussão ocupa ainda muito espaço e é uma das principais razões de dicotomia entre as escolas iconológica e isocrética. Onde o estilo é visto como acessório ou como inerente. A arqueologia evolutiva afirma que a função se liga a processos evolutivos ou adaptativos, enquanto o estilo estaria relacionado com processos aleatórios.

Pensando trabalhos de arqueologia brasileira que adotam o conceito podemos citar Lima (2022). A autora analisa cerâmicas e cachimbos provenientes de escavação no quintal da casa de Chica da Silva, localizada na cidade de Diamantina, Minas Gerais. Em seu trabalho a autora discute a variabilidade formal e artefactual dos referidos materiais, utilizando os conceitos de estilo e função e associando seus significados a ação de grupos marginalizados a partir da produção, uso e descarte.

Em relação a definição de arqueologia e suas preocupações Lima (2011) pontua:

Ao conceituarmos a Arqueologia como a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida, fica implícito que seu interesse primordial é explicar fenômenos de mudança cultural, operando, fundamentalmente, a partir de três dimensões interrelacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo (Lima, 2011, p. 12).

A dimensão formal principalmente recebeu grande foco de estudos com diferentes concepções teórico-metodológicas. Lima (2011) define cultura material como elementos físicos que são produzidos a partir de comportamentos culturalmente determinados.

Segundo a autora, as diferentes correntes teóricas da arqueologia vão propor múltiplas conceituações para a cultura material, considerando seus aspectos social, cultural, funcional, tecnológica e/ou adaptativa. Acerca do conceito de cultura material para o pós-processualismo a autora afirma que:

[...] Assim como a linguagem, a cultura material é um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada como um texto. Nessa analogia textual, os textos materiais devem ser lidos, sua sintaxe desvendada, estando implícito o fato de que as pessoas os leem diferentemente, de tal forma que a cultura material está aberta a múltiplas interpretações. Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força (Lima, 2011, p. 19).

Apesar de ser um debate ainda em andamento, Lima (2011) destaca que um aspecto aceito acerca da cultura material é:

Um aspecto, no entanto, pode ser considerado hoje uma página definitivamente virada no estudo da cultura material: o seu entendimento como um reflexo passivo de sistemas socioculturais. A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (Lima, 2011, p. 22).

Pensando no aspecto ativo da cultura material, o conceito de cadeia operatória foi criado pela tradição francesa de estudos de tecnologia, para a descrição de técnicas tradicionais. Esse guarda semelhança com a definição de cadeia comportamental de Schiffer. Relaciona-se também com os conceitos de memória social e comportamento operatório. Acerca da possibilidade dos estudos sobre tecnologia Leroi-Gourhan (1971) afirma:

[...] A tecnologia constitui um ramo particularmente importante entre as disciplinas etnológicas, pois é a única que evidencia uma continuidade total no tempo, é a única que permite apreender os primeiros atos propriamente humanos e acompanha-los de milênio em milênio até ao limiar dos tempos atuais. [...] A própria arte desaparece bem depressa e para além dos – 50000 anos, só as técnicas permitem subir a corrente humana até às suas origens, a um ou dois milhões de anos de distância do presente (Leroi-Gourhan, 1971, p. 11).

Leroi-Gourhan destaca que o homem é criador de memória social e essa dialoga com sua construção individual. Segundo ele, as tradições presentes na vida cotidiana se inserem nessa memória social, de forma que:

Quando do seu nascimento, o indivíduo encontra-se em presença de um corpo de tradições próprias à sua etnia, e, desde a infância estabelecer-se-á um diálogo a diversos níveis entre ele e o organismo social. A tradição é biologicamente tão indispensável à espécie humana quanto o condicionamento genético o é às sociedades de insetos: a sobrevivência étnica baseia-se na rotina, enquanto que o diálogo que vem a estabelecer-se suscita o equilíbrio entre rotina e progresso, simbolizando a rotina o capital necessário à sobrevivência do grupo, enquanto o progresso representa a intervenção das inovações individuais tendo em vista uma sobrevivência melhorada (Leroi-Gourhan, 1965, p. 22).

A formação das cadeias operatórias, que são associadas com o comportamento operatório humano e se inserem na memória social, acontecem justamente nesse diálogo entre indivíduo e sociedade, nesse sentido:

[...] A constituição das Cadeias operatórias baseia-se no jogo de proporções entre a experiência, que faz eclodir no indivíduo um condicionamento por <<ensaio e erro>> idêntico ao do animal, e a educação, na qual a linguagem ocupa um lugar variável mas sempre determinante. Já vimos mais atrás que podem distinguir-se três planos no domínio do comportamento operatório do homem: o primeiro é um plano profundo respeitante aos comportamentos automáticos diretamente ligados à sua natureza biológica. Este plano apenas intervém como pano de fundo no qual a educação imprime os dados da tradição. As atitudes corporais, o comportamento alimentar ou sexual, assentam neste fundo genético através de modalidades fortemente marcadas pelas variantes étnicas. O segundo plano é o do comportamento maquinal relativo a cadeias operatórias adquiridas pela experiência e pela educação, simultaneamente inscritas no comportamento gestual e na linguagem, mas desenvolvendo-se numa zona de penumbra que não se confunde com o automatismo, visto que toda e qualquer interrupção acidental no desenrolar do processo operatório faz intervir a confrontação ao nível dos símbolos da linguagem, invocando a passagem para o terceiro plano. Este último é o do comportamento lúcido no qual a linguagem intervém de forma preponderante, quer reparando uma ruptura acidental no desenrolar da operação, quer conduzindo à criação de novas cadeias operatórias (Leroi-Gourhan, 1965, p. 24).

Dentro das discussões sobre tecnologia Leroi-Gourhan (1971) destaca também as definições de tendência e fato. Onde a existência de uma tendência pode gerar uma técnica idêntica mesmo que o grupo não tenha associação étnica, enquanto o fato, corresponde a algo único e individual. Tendências são características previsíveis e que alcançam grandes extensões, podendo ser invenção local ou técnica tradicional. O fato, por sua vez é imprevisível se fazendo a partir da relação entre a tendência e as condições do meio.

O conceito de escolhas técnicas se relaciona com o de cadeia operatória, trazendo os aspectos tecnológicos para o âmbito social. Essa mudança é bastante significativa, pois amplia o foco dos trabalhos sobre tecnologia da função puramente adaptativa. Segundo Lemonier (2006):

Technological Choices deals with the adoption or rejection by a society of certain technological innovations and the cultural processes which result in this selection. It demonstrates that in any society, such choices result from cultural values and social relations, rather than inherent benefits in the technology itself. This revolutionary viewpoint has crucial implications for current western societies (Lemonier, 2006, p. 2).<sup>7</sup>

Por esse viés, acredita-se que as escolhas tecnológicas feitas durante o processo produtivo e também as rejeições, possuem significados que estão para além de aspectos funcionais e podem ser fonte de informação sobre os grupos:

[...] Instead, I will argue that not nature but culture is the main constraint of technique. If the potter is truly crucial in bringing it all together, then the potter's knowledge and approach decide how this is done. Thus, analysis of ancient pottery-making should focus on the choices the potter makes, both about the use of his environment and the raw materials it contains, and about the use he makes of tools and of his own technical capabilities. The choices, rather than the materials and tools, are crucial in determining the nature and shape of his product, its effectiveness and its life expectancy (Leeuw, 2006, p. 241)<sup>8</sup>.

Entretanto, trata-se de uma informação que é lida na materialidade resultante da cadeia operatória e não por palavras. Vale destacar também que os autores defendem que nenhum atributo deve ser supervalorizado em relação aos demais, mas que deve ser feita a análise do todo. Sobre isso, Lemonier (2012) afirma:

What these particular artefacts wordlessly evoke deals with basic rules, tensions, or unspeakable aspects of social relations that pervade people's everyday lives, their strategies, material practices, anxieties, and hopes.<sup>1</sup> At the core of this communication stand their material dimensions. It is the very physical characteristics of these particular things and the material way people fabricate them or have contact with them that bring various domains of culture together in a manner that renders tangible that which precisely links diverse aspects of people's shared representations and practices. There is no message to be deciphered in the shape of the decorations on these artefacts; rather, if it happens that some of their component aspects "stand for" something else, that piece of meaning can be perceived only because of what the actors have

---

<sup>7</sup> Escolhas tecnológicas lida com a adoção ou rejeição por uma sociedade de certas inovações tecnológicas e os processos culturais que resultam nessa seleção. Ela demonstra que, em qualquer sociedade, tais escolhas resultam de valores culturais e relações sociais, em vez de benefícios inerentes à tecnologia em si. Esse ponto de vista revolucionário tem implicações cruciais para as sociedades ocidentais atuais. (Lemonier, 2006, p. 2).

<sup>8</sup> Em vez disso, argumentarei que não a natureza, mas a cultura, é a principal limitação da técnica. Se o oleiro é realmente crucial para reunir tudo, então o conhecimento e a abordagem do oleiro decidem como isso é feito. Assim, a análise da produção de cerâmica antiga deve centrar-se nas escolhas que o oleiro faz, tanto sobre o uso do seu ambiente e das matérias-primas que contém, como sobre o uso que faz das ferramentas e das suas próprias capacidades técnicas. As escolhas, e não os materiais e ferramentas, são cruciais para determinar a natureza e a forma do seu produto, a sua eficácia e a sua esperança de vida. (Leeuw, 2006, p. 241)

experienced of their fabrication and material utilisation, and not by merely looking at them (Lemonier, 2012, p. 13)<sup>9</sup>.

Segundo Gosselain (2000) esse tipo de análise é possível, pois os comportamentos técnicos se constroem nas mesmas redes de interação que se produzem as identidades. O autor argumenta que a observação dos comportamentos técnicos pode permite entender desde dimensões superficiais e flutuantes da identidade, até dimensões mais enraizadas. Segundo o autor:

My main argument regarding the production of material culture is that the contexts in which technical behaviors are constructed and reproduced correspond to the same networks of social interaction upon which identities are themselves constructed and reproduced. One learns specific abilities and acquires specific tastes by interacting with relatives, friends, neighbors, or members of any form of social group to which one belongs or with which one interacts, within or across boundaries. This is how individuals come to do things in their own particular ways or to consume particular kinds of goods, all of which may be used subsequently as symbols of differentiation and belonging. As social networks expand, contract, and interconnect according to historical events, people are thus likely to accumulate a wide range of dispositions, including knowledge, skills, tastes, and habits, pertaining to different facets of their identity. This has two important implications. First, technical traditions may incorporate elements of multiple origins, as some are transmitted between people who belong to the same social group, whereas others are borrowed from people belonging to other groups. This articulation constitutes the core of any cultural construct and explains why such constructs are, like identity, heterogeneous and profoundly dynamic phenomena. Second, all cultural elements do not necessarily evolve in the same way. Some, for instance, are more difficult to modify or less consciously invested or both as symbols of group belonging, whereas others may be easier to change or more frequently brandished or both as “ethnic banners.” Depending on the technical behavior taken into consideration, therefore, one may be able to differentiate among conspicuous, fluctuating, and superficial facets of identity on the one hand, and more subtle yet pervasive and rooted ones on the other. As put by Jones (1997, p. 92) in her presentation of Bentley’s theory, one may be able to separate “between surface cultural expressions and deep structural dispositions.” (Gosselain, 2000, p. 210)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O que estes artefatos específicos evocam sem palavras trata de regras básicas, tensões ou aspectos indizíveis das relações sociais que permeiam a vida quotidiana das pessoas, as suas estratégias, práticas materiais, ansiedades e esperanças. No centro desta comunicação estão as suas dimensões materiais. São as próprias características físicas destas coisas específicas e a forma material como as pessoas as fabricam ou têm contacto com elas que unem vários domínios da cultura de uma forma que torna tangível aquilo que liga precisamente diversos aspectos das representações e práticas partilhadas das pessoas. Não há mensagem a ser decifrada no formato das decorações desses artefatos; em vez disso, se acontecer de alguns dos seus aspectos componentes “representarem” alguma outra coisa, esse pedaço de significado só pode ser percebido por causa do que os atores experimentaram na sua fabricação e utilização material, e não meramente olhando para eles. (Lemonier, 2012, p. 13)

<sup>10</sup> Meu principal argumento em relação à produção de cultura material é que os contextos nos quais os comportamentos técnicos são construídos e reproduzidos correspondem às mesmas redes de interação social sobre as quais as identidades são elas próprias construídas e reproduzidas. Aprendemos habilidades específicas e adquirimos gostos específicos interagindo com parentes, amigos, vizinhos ou membros de qualquer forma de grupo social ao qual pertencemos ou com o qual interagimos, dentro ou através de fronteiras. É assim que os indivíduos passam a fazer as coisas de suas próprias maneiras particulares ou a

Acerca dos trabalhos envolvendo etnicidade Barth (1998) é leitura básica. Alguns aspectos para nós fundamentais da obra de Barth são as concepções de que apesar da dinamicidade da cultura os grupos étnicos persistem; sua geração e manutenção estão associadas com as fronteiras étnicas, onde ocorrem processos de autoidentificação e identificação externa acerca da forma como os grupos vivenciam a cultura. Jones (1997) aplica os conceitos de Barth aos estudos arqueológicos, pontuando, entre outras coisas, os problemas em associar cultura material e grupos étnicos como a impossibilidade de autorreconhecimento e a criação de categorias anacrônicas.

O conceito de identidade apresenta diferentes significados, sociais, dinâmicos e dialéticos que se produzem a partir das semelhanças e diferenças. Entretanto, apesar dessa dinamicidade, alguns elementos são persistentes. Além disso, a representação é um aspecto importante, pois relaciona-se com a demarcação coletiva ou individual. Essa representação é material, ou seja, possui signo e significado. Acerca da identidade enquanto representação, Castro (2008) afirma:

A identidade, como representação, tem expressão material e se manifesta também nos objetos que os indivíduos possuem. Os objetos servem para afirmar as identidades. Desta maneira as identidades são formadas e mantidas não apenas por elementos sociais, coletivos e psíquicos, mas por elementos simbólicos e materiais (Castro, 2008, p. 171).

Assim, acreditamos que no campo da arqueologia as identidades podem ser observadas na associação entre os estudos do contexto arqueológico e dos materiais que o compõe, uma vez que a materialidade pode ser influenciada pela produção e pelo uso.

---

consumir tipos específicos de bens, todos os quais podem ser usados posteriormente como símbolos de diferenciação e pertencimento. À medida que as redes sociais se expandem, contraem e se interconectam de acordo com eventos históricos, as pessoas tendem a acumular uma ampla gama de disposições, incluindo conhecimento, habilidades, gostos e hábitos, pertencentes a diferentes facetas de sua identidade. Isso tem duas implicações importantes. Primeiro, as tradições técnicas podem incorporar elementos de múltiplas origens, pois algumas são transmitidas entre pessoas que pertencem ao mesmo grupo social, enquanto outras são emprestadas de pessoas pertencentes a outros grupos. Essa articulação constitui o núcleo de qualquer construção cultural e explica por que tais construções são, como a identidade, fenômenos heterogêneos e profundamente dinâmicos. Segundo, todos os elementos culturais não necessariamente evoluem da mesma maneira. Alguns, por exemplo, são mais difíceis de modificar ou menos conscientemente investidos ou ambos como símbolos de pertencimento ao grupo, enquanto outros podem ser mais fáceis de mudar ou mais frequentemente brandidos ou ambos como "bandeiras étnicas". Dependendo do comportamento técnico levado em consideração, portanto, pode-se ser capaz de diferenciar entre facetas conspícuas, flutuantes e superficiais da identidade, por um lado, e mais sutis, porém, penetrantes e enraizadas, por outro. Conforme colocado por Jones (1997, p. 92) em sua apresentação da teoria de Bentley, pode-se ser capaz de separar "entre expressões culturais superficiais e disposições estruturais profundas". (Gosselain, 200, p. 210)

Pensando as identidades sociais na arqueologia, acerca da relação entre cadeia operatória e identidade, Gosselain (2000) afirma:

An important notion in the emerging field of the cultural biography of things is that objects may acquire a wide range of meanings during their manufacture and use, as they pass through the hands of various individuals, embedded in different social strategies and networks (e.g., Appadurai, 1986; Gosden and Marshall, 1999; Hoskins, 1998). Thus, objects accumulate histories and have the ability to tell multiple stories about people. This concept may be extended easily to chaînes opératoires (Leroi-Gourhan, 1965; Tixier, 1967), or production sequences. For example, in southern Cameroon, potters process clay in a way that makes them unmistakable members of a specific community; fashion vessels with a technique shared by a larger, but nevertheless bounded, group of individuals; use the same ornamental tools and motifs as an even larger group of people; fire the pots in structures and with fuels typically associated with communal or regional traditions; and treat the pots after firing with techniques and materials distributed at still another spatial and social level (Gosselain, 1995, 1998a). In other words, the complex set of feelings and relationships upon which identity is constructed tends to be signified by the spatial distribution of stylistic content and steps of the manufacturing process. Of course, not all individual cases fit into this necessarily idealized picture, but the Cameroonian example suggests the concept of a “technical identity” that incorporates several different facets of the potter’s social identity and corresponds, broadly, to an intricate set of boundaries, or social interaction networks, experienced by individuals. Before launching into the reconstruction of past social boundaries, we should thus carefully assess the salience and scale of individual attributes of technological style (Gosselain, 2000, p. 189)<sup>11</sup>.

Segundo Gosselain (2000) alguns atributos têm mais chance de se alterar durante a transmissão ou prática da cadeia operatória, enquanto outros são mais estáveis. Dessa forma, as mudanças e reproduções do comportamento técnico no tempo e no espaço apresentam diferentes potencialidade de forma que podem indicar dimensões da

---

<sup>11</sup> Uma noção importante no campo emergente da biografia cultural das coisas é que os objetos podem adquirir uma ampla gama de significados durante sua produção e uso, à medida que passam pelas mãos de vários indivíduos, inseridos em diferentes estratégias e redes sociais (por exemplo, Appadurai, 1986; Gosden e Marshall, 1999; Hoskins, 1998). Assim, os objetos acumulam histórias e têm a capacidade de contar várias histórias sobre as pessoas. Este conceito pode ser facilmente estendido para cadeias operatórias (Leroi-Gourhan, 1965; Tixier, 1967), ou sequências de produção. Por exemplo, no sul de Camarões, os oleiros processam argila de uma forma que os torna membros inconfundíveis de uma comunidade específica; moldam vasos com uma técnica compartilhada por um grupo maior, mas ainda assim limitado, de indivíduos; usam as mesmas ferramentas e motivos ornamentais de um grupo ainda maior de pessoas; queimam os potes em estruturas e com combustíveis tipicamente associados a tradições comunitárias ou regionais; e tratam os potes após a queima com técnicas e materiais distribuídos em outro nível espacial e social (Gosselain, 1995, 1998a). Em outras palavras, o conjunto complexo de sentimentos e relacionamentos sobre os quais a identidade é construída tende a ser significado pela distribuição espacial do conteúdo estilístico e etapas do processo de produção. Claro, nem todos os casos individuais se encaixam nessa imagem necessariamente idealizada, mas o exemplo camaronês sugere o conceito de uma “identidade técnica” que incorpora várias facetas diferentes da identidade social do oleiro e corresponde, amplamente, a um conjunto intrincado de limites, ou redes de interação social, experimentadas por indivíduos. Antes de nos lançarmos na reconstrução de limites sociais passados, devemos, portanto, avaliar cuidadosamente a saliência e a escala dos atributos individuais do estilo tecnológico.

identidade. As técnicas que deixam vestígios visíveis no produto como técnicas de queima, decoração, tratamentos de superfície pós-queima, adição de antiplástico etc. podem alcançar ampla variação. A seleção, extração, processamento e queima de argila tem menos chance de variar. O estágio de modelagem é ainda menos variável que o anterior. Assim, os atributos mais variáveis podem estar associados com dimensões amplas e superficiais da identidade, enquanto aquelas mais estáveis podem estar associados com aspectos enraizados e duradouros.

Nesta pesquisa, outro conceito trabalhado se refere ao perfil cerâmico, concebido “como uma estrutura caracterizada por elementos técnicos, morfológicos, funcionais e estilísticos, organizados segundo regras de hierarquia” Nesse sentido no perfil cerâmico, os elementos técnicos são as matérias primas, os instrumentos utilizados, as técnicas de elaboração, de queima, enfim, todas as técnicas de produção do objeto. Os elementos morfológicos são: a forma, o tamanho e todos os atributos ligados a forma dos objetos. Os elementos funcionais caracterizam a finalidade de utilização de cada objeto. Os elementos estilísticos são caracterizados pela escolha e composição das técnicas e a forma de apresentação (técnicas e motivos, associação das técnicas, qualidade de pigmentos e a combinação de cores, etc.). Assim, um perfil técnico cerâmico pode ser entendido como o somatório de elementos produtivos, morfológicos, funcionais e decorativos, organizados hierarquicamente. (Oliveira, 2000, p.99-100).

## **2.2 Procedimentos metodológicos para a caracterização tecnológica e morfológica da cerâmica**

A partir desse ponto descrevemos os atributos observados na análise macroscópica a partir de Chmyz (1976); La Salvia e Brochado (1989); Cruz e Correia (2007) e Panachuk (2010). Para guiar as análises laboratoriais foi elaborada uma ficha alfanumérica baseada em atributos perceptíveis macroscopicamente que permitissem entender as etapas da cadeia operatória postas em prática. A ficha (Figura 10) foi preenchida utilizando o programa Excel que permitiu a elaboração de gráficos ao final.

Nesta etapa, foi possível o reconhecimento das características dos meios materiais e a tecnologia empregada para a confecção dos vasilhames, além de permitir uma remontagem real ou parcial dos fragmentos. Vale salientar que a remontagem real aquela, onde, os fragmentos realmente se encaixam evidenciando a morfologia dos vasilhames e

remontagem parcial quando um conjunto de fragmentos pôde ser considerado de um mesmo vasilhame, mas não permitiram a remontagem (Correa, 2009).



Ao se debruçar sobre a análise cerâmica, deve-se ter em mente a resolução de duas etapas básicas, a primeira quantitativa e uma segunda qualitativa. Para a análise quantitativa toma-se por base a observação de atributos associados à matéria-prima, preparo de pasta, às técnicas de manufatura, queima, às características de contorno formal e tratamentos de superfície. Partindo de tais observações verifica-se a existência de correlações recorrentes que possam indicar certos “modos de fazer” característicos, buscando evidenciar quais escolhas tecnológicas foram feitas em detrimento de outras, tais escolhas são entendidas como responsáveis pela variabilidade artefactual presente nos sítios. Busca-se os elementos tecnológicos e morfológicos dos vestígios encontrados que possibilitem o reconhecimento das características dos meios materiais e das técnicas empregadas para a confecção dos objetos, além de, para os fragmentos mais expressivos, visa-se reconstituir as formas dos vasilhames (Correa, 2009; Moraes, 2007).

Para a análise qualitativa toma-se por base as unidades formadas nas etapas anteriores, baseados nas correlações recorrentes, bem como nas reconstituições gráficas que puderam ser realizadas. Nesta segunda etapa tais unidades são descritas buscando identificar o que lhes conferem similaridades, podendo tanto ser decorrente de uma padronização formal, quanto de uma cadeia operatória comum. É nesta etapa do trabalho desenvolve-se estudos tomando por base as reconstituições gráficas feitas, buscando-se aí entender os elementos técnicos, morfológicos, funcionais e estilísticos, dos fragmentos cerâmicos (Correa, 2009).

De certa forma, o estudo e a análise ceramista busca a observação de alguns atributos como, tipos de pasta, tipos de núcleos, acabamentos de superfície, associação entre as partes da vasilha (borda, bojo e base) e as morfologias dos vasilhames, consideradas relevantes em cada etapa da cadeia operatória. Quando possível, através dos atributos, maneiras de compreender, ainda que de forma preliminar, as características de performance de cada conjunto, apontando dessa forma possíveis usos para os artefatos (Oliveira, 2000).

Deve-se ainda ressaltar que os fragmentos que não possibilitaram, por sua condição de deterioração das superfícies ou tamanho reduzido (menores de dois centímetros), a identificação do tipo de acabamento superficial, estes foram segregados em uma classe residual à parte que não participou da análise descrita acima. Esta classe de peças pode ser utilizada para a obtenção de informações das técnicas produtivas, ao

serem submetidas a análises físico-químicas de caráter destrutivo (Correa, 2009; Oliveira, 2000).

Todo este processo se pôs em prática associado ao preenchimento da ficha com as características dos fragmentos. Após a segregação dos fragmentos em conjuntos cada vez mais restritos iniciamos as tentativas de junção entre aqueles com maior semelhança dentro de cada unidade e entre unidades diferentes. Pois, reconhecemos a existência de vasilhames com acabamentos superficiais setorizados, e pela metodologia aplicada os fragmentos de um mesmo objeto podem ser separados em unidades diferentes (Correa, 2009; Oliveira, 2000). Após a distribuição dos materiais, com a ficha em mãos, examinamos cada peça a olho nu, recorrendo à lupa apenas quando necessário para identificar detalhes macroscópicos.

Com esses aspectos em mente, passemos a descrição dos atributos analisados. O atributo *classe*<sup>12</sup> comporta tanto o tipo de artefato, sua categorização formal mesmo que quebrado, quanto a parte do artefato em relação ao todo. As variações elencadas para esse atributo foram parede; borda; base; apêndice; carena; gargalo; tampa; cachimbo; roda de fuso; adorno; figura; tijolo; telha; sem leitura e outros (especificar).

O *modo de produção* corresponde a técnica empregada para manufatura do artefato, podendo ser apenas manual, apenas com auxílio de instrumentos ou os dois. Esse atributo pode ser observado analisando as trincas e a quebra<sup>13</sup> do fragmento. Em alguns casos, mas de uma técnica é empregada. As variações elencadas para esse atributo foram acordelado; modelado; torneado; moldado; acordelado + modelado; sem leitura. O *Estado de conservação* foi um atributo pensado para observar a preservação do artefato. Podendo ser constatado observando as superfícies interna e externa e também a quebra. As variações elencadas para esse atributo foram não erodido; erodido FI; erodido FE; erodido AF (Chmyz, 1976; La Salvia; Brochado, 1989; Cruz; Correia, 2007; Panachuk, 2010).

O *tratamento de superfície* é o processo aplicado nas paredes do artefato com funções utilitárias, decorativas e/ou de acabamento visando regularizar a mesma de qualquer marca de produção, atribuir aspectos estéticos ou alcançar uma performance específica. As possíveis funções determinam a diferença entre a adoção do conceito de tratamento ou acabamento. Deve ser observado em relação as superfícies interna e

---

<sup>12</sup> Os atributos estão destacados em itálico em relação ao restante do texto.

<sup>13</sup> Seção do fragmento que pode ser observada onde o artefato se parte.

externa. As variações elencadas para esse atributo foram ausente (não alisada); alisamento FI; alisamento FE; alisamento AF; sem leitura. Muito se discute acerca da diferenciação entre o tratamento de superfície e a decoração, uma vez que é difícil mensurar quais elementos são apenas estéticos e quais elementos são apenas funcionais. Voltaremos nessa discussão durante as interpretações, momento em que conseguiremos explicar como isso aparece na coleção de cerâmicas em estudo com base em uma visão geral. O atributo *técnicas de decoração plástica* corresponde ao tipo de decoração que modifica tridimensionalmente a cerâmica. Ela é feita com a argila ainda maleável e antes da queima. As variações elencadas para esse atributo foram ausente; corrugada; escovada; ungulada; roletada; incisa; digitada; sem leitura. Além disso, também podem apresentar banho ou pintura.

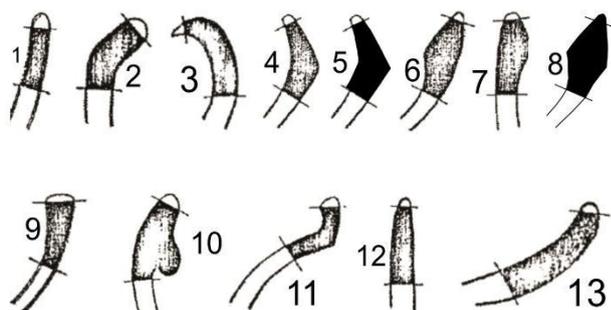
Os elementos de banho ou pintura correspondem para nós a um tipo de decoração cromática. Os pigmentos utilizados podem ter origem mineral ou origem vegetal. O banho corresponde a uma fina camada cromática formada pelo pigmento, pela água e pelo aglutinante. A pintura é uma das últimas etapas da produção cerâmica, pode ocorrer antes ou depois da queima. Dela podem resultar motivos decorativos ou composições gráficas figurativas ou geométricas, ou a cobertura parcial ou total do artefato. Geralmente a pintura é aplicada sobre uma camada que serve de suporte, como forma de destacar os motivos. Essa camada pode cobrir toda a superfície ou apenas parte dela e é chamada de banho ou engobo. A pintura pode ser feita também diretamente sobre a superfície. Algumas técnicas de decoração cromática são a monocromia, bicromia e a policromia. Vale destacar que não eximimos o possível aspecto funcional existente em cada uma dessas técnicas (Chmyz, 1976; La Salvia; Brochado, 1989; Cruz; Correia, 2007; Panachuk, 2010).

O *polimento* corresponde a ação de friccionar repetidamente um objeto na superfície da cerâmica em uma única direção resultando em um brilho devido a compactação, reorientação e redistribuição das partículas argilosas. É feito após o alisamento. Esse atributo foi analisado em relação as superfícies internas e externas. As variações elencadas foram ausente; polimento FI; polimento FE; polimento AF; sem leitura. Não encaixamos o polimento como tratamento de superfície ou decoração plástica, pois acreditamos que a técnica se encaixa em ambas as situações (Chmyz, 1976; La Salvia; Brochado, 1989; Cruz; Correia, 2007; Panachuk, 2010).

O atributo *marcas de uso* comporta os vestígios deixados pela utilização do artefato. Esse pode ser observado analisando as superfícies interna e externa ou a quebra (fratura). As variações elencadas para esse atributo foram ausente (quando no artefato não apresenta um determinado atributo); fuligem interna; fuligem externa; fuligem interna/externa; furo; atrito; raspagem; outras (especificar); sem leitura (quando não é possível identificar ou classificar um atributo, ou seja, há uma dúvida em relação a um ou mais elementos). Esses elementos podem ser observados analisando as superfícies interna e externa ou a quebra ou fratura (Chmyz, 1976; La Salvia; Brochado, 1989; Cruz; Correia, 2007; Panachuk, 2010).

A borda é uma parte do artefato cuja extensão está entre a parede e a abertura do vasilhame. O tipo de borda é uma informação composta por três atributos, sendo eles forma, inclinação e espessura em relação ao corpo. Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** podemos observar as variações elencadas. O atributo ausente diz respeito aos casos em que o fragmento não era uma borda e sem leitura, aos casos em que a análise não pode ser feita por razão de algum dano causado no fragmento que impossibilite a caracterização. A *Borda – forma*, como o próprio nome aponta é uma informação morfológica. As variações elencadas para esse atributo foram ausente; direta; extrovertida; introvertida; cambada; sem leitura. A *Borda – inclinação* é uma informação que pode ser observada a partir da inclinação em relação a parede do fragmento. As variações elencadas para esse atributo foram ausente; vertical; inclinada externa; inclinada interna; sem leitura. *Borda - espessura em relação ao corpo* também se trata de uma informação obtida a partir da relação com as paredes do artefato, observando sua forma. As variações elencadas para esse atributo foram ausente; normal; expandida; reforçada externa; reforçada interna; dobrada; contraída; sem leitura (Chmyz, 1976; La Salvia; Brochado, 1989; Cruz; Correia, 2007; Panachuk, 2010).

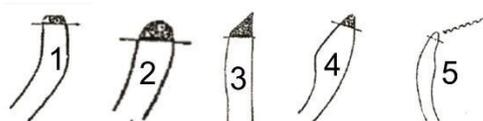
Figura 11: Tipo de borda.



Fonte: Chmyz (1976).

O *lábio* é uma parte do artefato cuja extensão está entre a borda e a abertura do vasilhame. As variações (Figura 12) elencadas para esse atributo foram plano; arredondado; apontado; biselado.

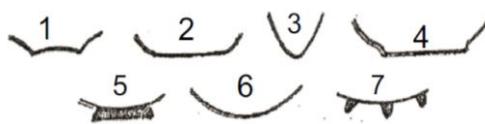
Figura 12: Tipo de lábio.



Fonte: Chmyz (1976).

A base é a parte inferior do vasilhame, aquilo que entra em contato com as superfícies. O atributo *forma da base* corresponde as variações morfológicas desse. As variações elencadas (Figura 13) foram convexas; em pedestal; anelar; cônica; plana.

Figura 13: Tipo de base.



Fonte: Chmyz (1976).

O apêndice é uma parte da cerâmica anexada ao corpo. O atributo *apêndice* abarca as variações morfológicas desse. As variações elencadas para esse atributo foram alça; asa; cabo.

*Antiplástico* corresponde a elementos já presentes na argila e/ou adicionados pelo oleiro. Podem ser de origem mineral, orgânica, animal, ou de origem humana. Outras nomenclaturas utilizadas para esse atributo ao longo do tempo foram desengordurantes, tempero e carga. Uma mesma cerâmica pode conter mais de um tipo de antiplástico

disposto em diferentes proporções. O uso do antiplástico pode estar associado a aspectos funcionais como aumentar a resistência a impactos e a temperatura, melhorar a coesão da pasta e/ou aspectos identitários. Sua proporção e porcentagem podem informar acerca da plasticidade e compactação da pasta. Em nossa análise observamos apenas o tipo. As variações elencadas para esse atributo foram quartzo; hematita; feldspato; quartzo + hematita; bolo de argila; carvão; argila; concha e possíveis combinações entre esses elementos.

A espessura foi um atributo pensado visando a descrição da espessura das paredes dos fragmentos. Todos foram medidos a partir do paquímetro, instrumento para medições com precisão. As variações elencadas para esse atributo foram < 3 mm; de 3 a 5 mm; de 5 a 10 mm; de 10 a 15 mm; de 15 a 20 mm; de 20 a 30 mm.

A *queima* é o processo que transforma a argila em cerâmica, a partir de mudanças físico-químicas. Ocorre geralmente após os acabamentos e decorações. Algumas classificações para o tipo de queima são aberta, fechada, feita em atmosfera oxidante, feita em atmosfera redutora, completa e incompleta. Essas variam quanto a temperatura, método e presença de oxigênio. Esse atributo foi analisado observando a cor do núcleo. As variações (Figura 14) elencadas para foram ausente; completa; incompleta com núcleo – 2 faixas claras; com núcleo – 2 faixas escuras; FI clara – FE escura; FI escura – FE clara; incompleta (escura – sem núcleo) (Chmyz, 1976; La Salvia; Brochado, 1989; Cruz; Correia, 2007; Panachuk, 2010)..

Figura 14: Cor do núcleo.



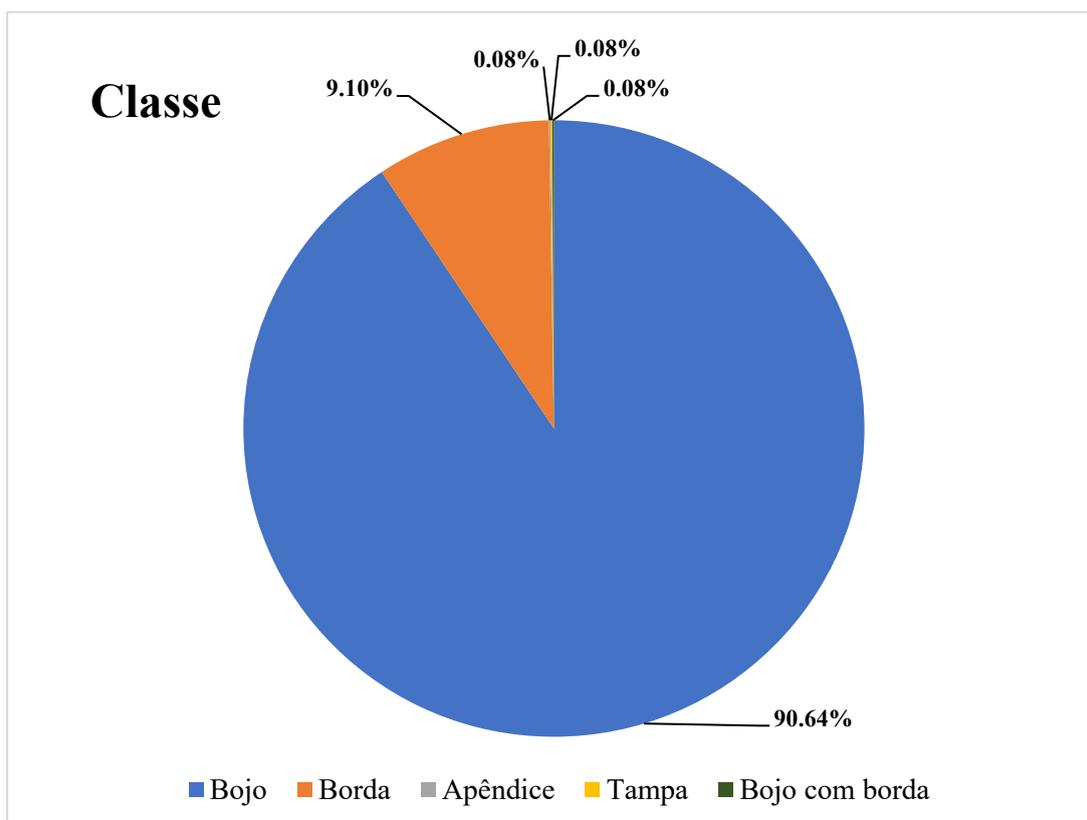
Fonte: Rice (1987).

A abertura está localizada na parte superior da cerâmica, sendo por isso chamada também de boca. O atributo *contorno de abertura* diz respeito a qual forma pode ser observada nessa parte superior. As variações elencadas para esse atributo foram ausente; circular; elíptica; triangular; quadrangular; irregular.

### 3.0 Caracterização da cerâmica arqueológica da Lagoa de Guaraíras

O presente estudo forneceu dados relevantes sobre a cerâmica do sítio arqueológico Lagoa de Guaraíras. Foram analisados 2.371 fragmentos cerâmicos, registrados conforme a ficha de classificação mencionada (Figura 10). A investigação começou com a identificação dos aspectos morfológicos das peças. Observamos inicialmente a morfologia dos fragmentos, constatando que a maioria corresponde a paredes ou bojos, ou seja, partes do corpo do objeto. Em seguida temos um outro número expressivo de bordas, seguido de pequenas quantidades de apêndices (2 fragmentos), tampa (2 fragmentos), rodas de fuso (2 fragmentos), 2 fragmentos com elementos de borda e bojo presentes e 4 fragmentos que não conseguimos classificar. A menor incidência de fragmentos incomuns (apêndices, tampas, rodas de fuso) pode indicar o baixo uso desses materiais no cotidiano, contrastando diretamente com o grande número de bojos que possivelmente indicaria tanto o maior uso de objetos como potes e panelas, quanto a fragmentação ocorrida na parte mais volumosa das peças.

Figura 15: Gráfico referente aos tipos de classe da amostra

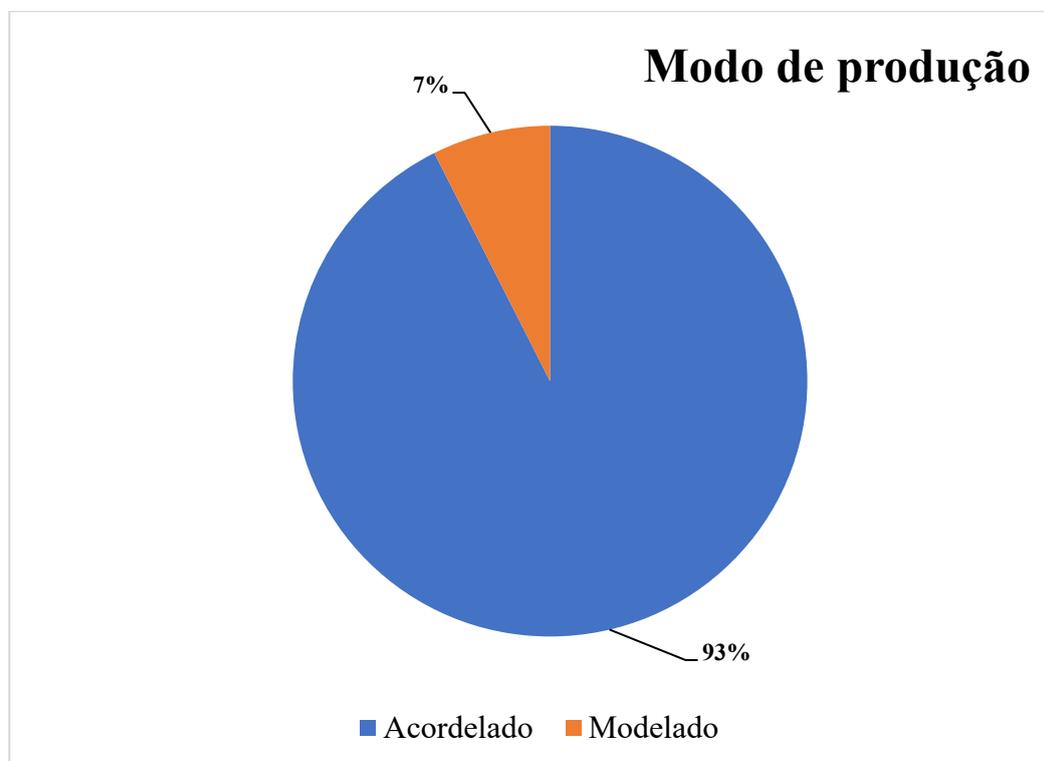


Fonte: Elaboração própria (2025)

Em seguida, procuramos identificar os modos de produção desses objetos. Como pode ser observado na figura mencionada, a maior parte deles foi produzida por

acordelamento, totalizando expressivamente esse tipo de técnica. Apenas 161 fragmentos foram descritos como modelados, enquanto 203 não puderam ser classificados com segurança quanto ao seu modo de produção.

Figura 16: Gráfico referente aos modos de produção da amostra

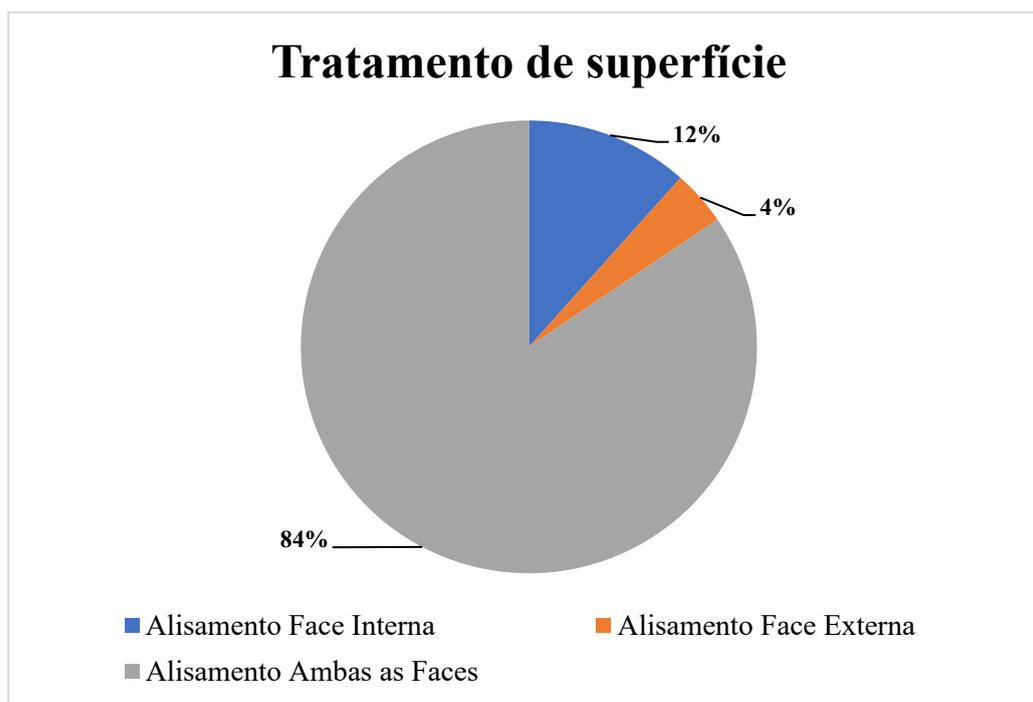


Fonte: Elaboração própria (2025)

A próxima etapa da análise consiste na avaliação do estado de conservação dos fragmentos. A maioria apresentava uma integridade superficial satisfatória, totalizando 1.563 fragmentos sem sinais de erosão. Em seguida, observa-se que 427 fragmentos apresentavam erosão na face externa, enquanto 253 estavam erodidos em ambas as faces. Apenas 128 fragmentos apresentavam erosão restrita à face interna. O expressivo número de fragmentos não erodidos pode indicar um ambiente de deposição estável, com pouca ação de agentes pós-deposicionais. A presença significativa de erosões na face externa dos fragmentos pode estar relacionada ao uso dos objetos, ou seja, um desgaste natural, ou a sua posição durante o processo de formação do registro, podendo a face externa estar mais exposta à agentes ambientais no período pós-deposicional. Por sua vez, a baixa frequência de erosão interna reforça a ideia de uma proteção contra agentes erosivos.

Na sequência, foi realizada a análise dos tratamentos de superfície aplicados aos fragmentos durante seu período de uso. Observou-se que de 2.371 fragmentos, a grande maioria (1.920 fragmentos) apresenta alisamento em ambas as faces, interna e externa. Outros 263 fragmentos exibem alisamento apenas na face interna, enquanto 89 apresentam esse tratamento somente na face externa.

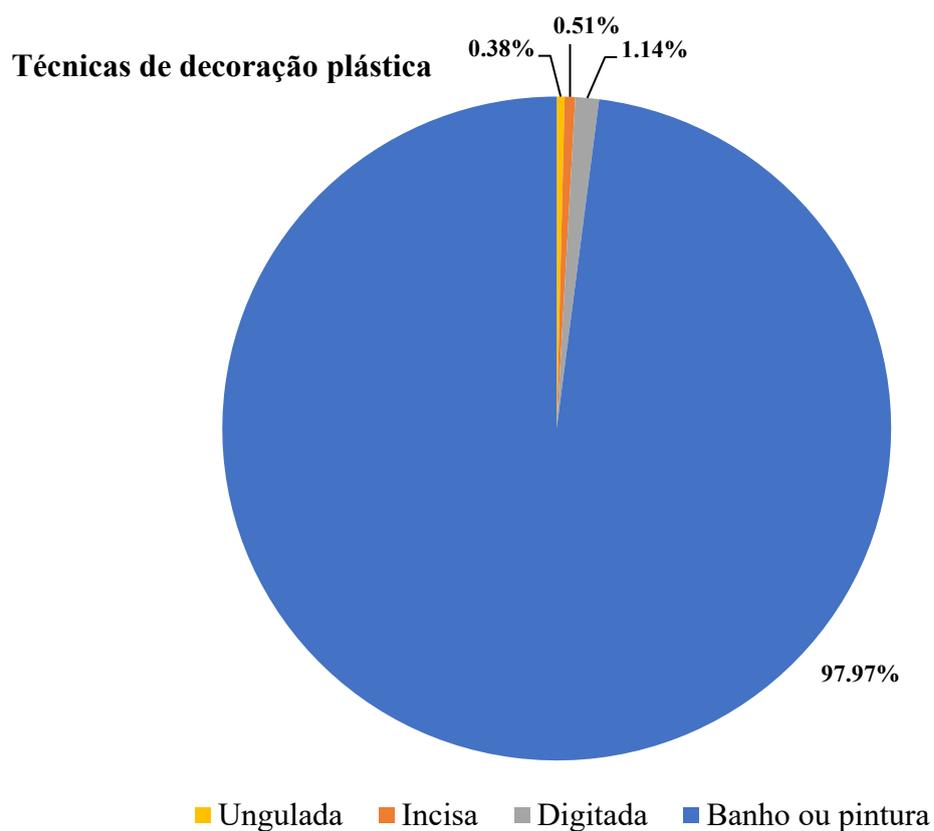
Figura 17: Gráfico referente ao tratamento de superfície da amostra



Fonte: Elaboração própria (2025)

Variações de técnicas de decoração plástica, por sua vez, mostraram-se pouco frequentes na coleção. Dentre os 2.371 fragmentos, foram observados 773 fragmentos com presença de banho ou pintura. Entre os decorados tridimensionalmente, 9 fragmentos apresentavam decoração digitada, 4 possuíam decoração incisa e 3 apresentavam decoração do tipo ungulada.

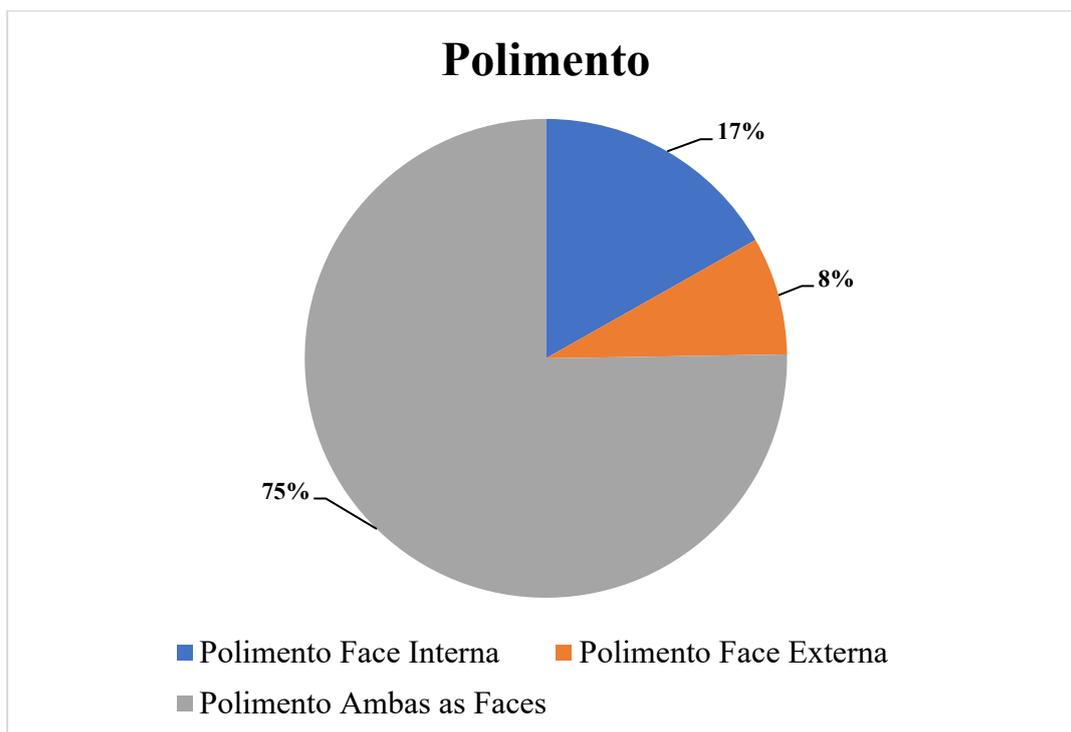
Figura 18: Gráfico referente às técnicas de decoração plástica da amostra.



Fonte: Elaboração própria (2025)

Em seguida, foi analisada a presença ou ausência de polimento nas peças. Dos 2.371 fragmentos, a maior ocorrência corresponde a 718 fragmentos com polimento em ambas as faces. Além disso, foram observados 160 fragmentos com polimento apenas na face interna e 76 apenas na face externa.

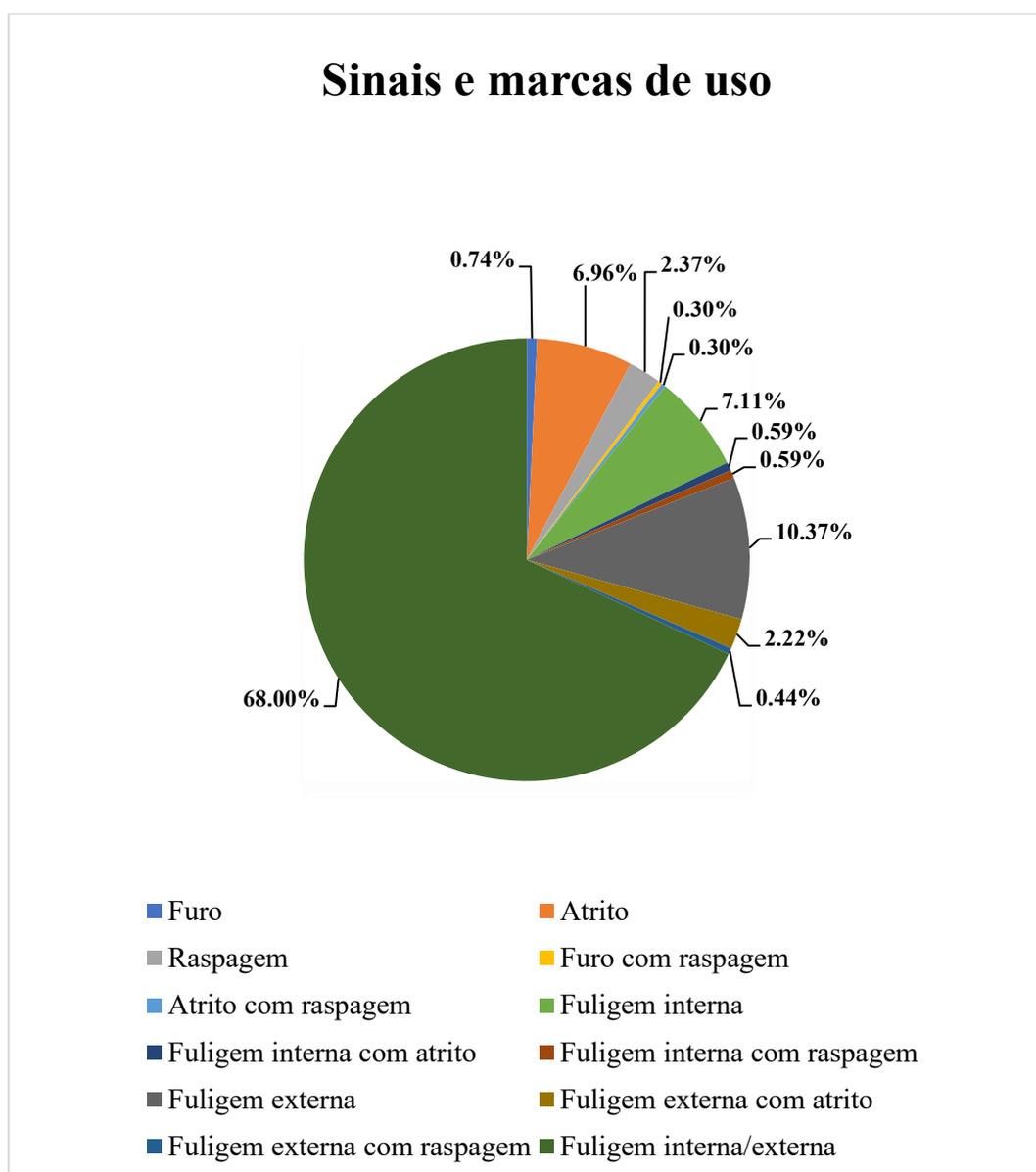
Figura 19: Gráfico referente ao polimento da amostra



Fonte: Elaboração própria (2025)

No que diz respeito aos sinais e marcas de uso, a análise concentrou-se na identificação desses elementos nos 2.371 fragmentos. Em 459 fragmentos, observou-se a presença de fuligem em ambas as faces. Outros 70 fragmentos apresentavam fuligem apenas na face externa, enquanto 48 apresentavam esse traço apenas na face interna. Adicionalmente, foram registrados 15 fragmentos com fuligem externa e atrito, 3 com fuligem externa e raspagem, 4 com fuligem interna e atrito, e 4 com fuligem interna e raspagem. Ainda foram observados atrito (47 fragmentos), raspagem (16 fragmentos), furo (5 fragmentos), atrito com raspagem (2 fragmentos) e furo com raspagem (2 fragmentos).

Figura 20: Gráfico referente aos sinais e marcas de uso da amostra

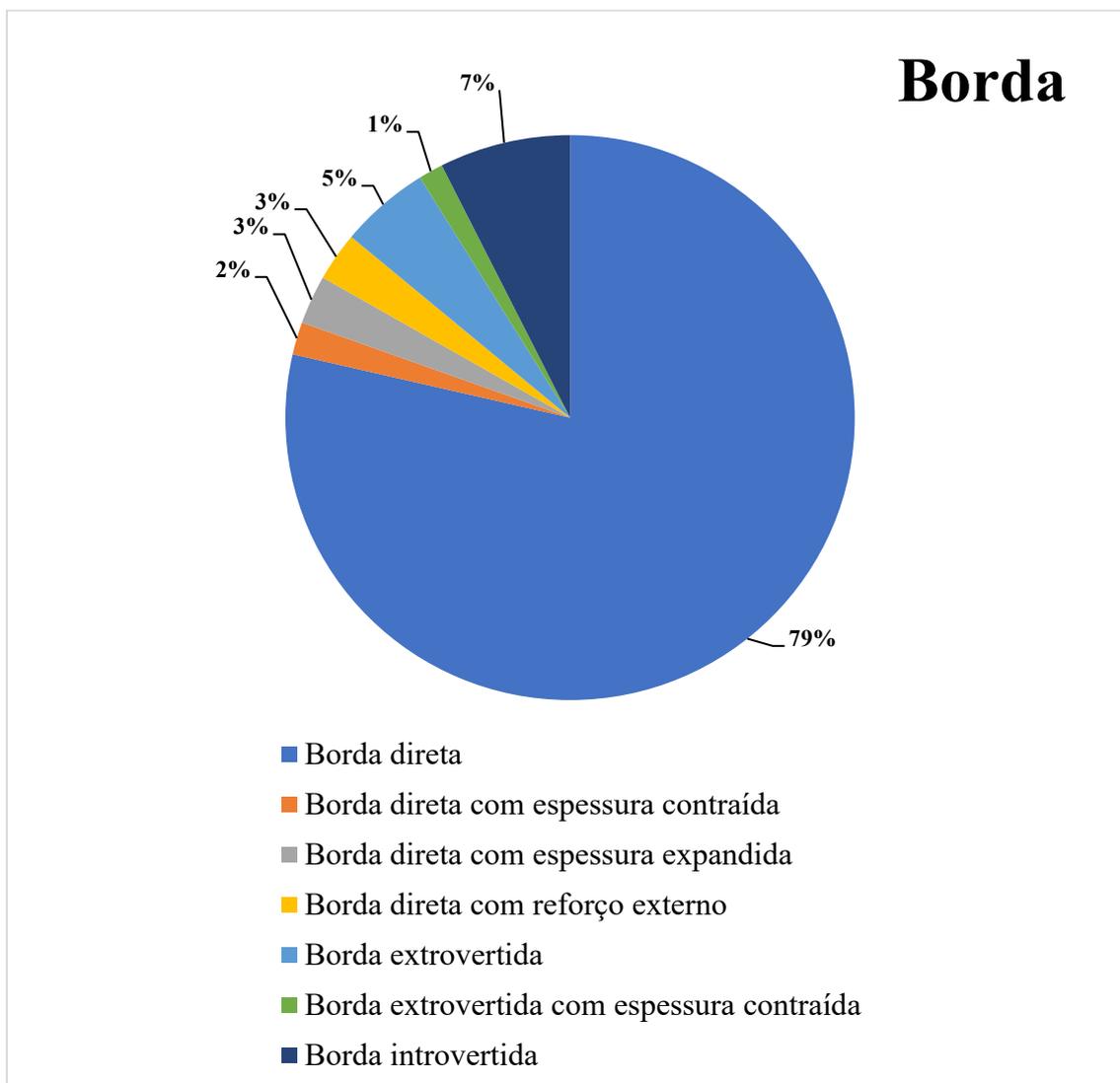


Fonte: Elaboração própria (2025)

O atributo borda foi analisado como resultado de uma combinação de outras características, nesse sentido, identificamos algumas combinações de bordas variadas. Dos 2.371 fragmentos, dentre aqueles com bordas preservadas, nota-se uma predominância de bordas diretas, contabilizando 169 peças da amostra. Em seguida, destacam-se as bordas introvertidas com 16 fragmentos, e as bordas extrovertidas com 11 fragmentos. Outros tipos de bordas aparecem em proporções menores, como a borda direta com espessura contraída (4 fragmentos), a borda direta com espessura expandida

(6 fragmentos), a borda direta com reforço externo (6 fragmentos), e a borda extrovertida com espessura contraída (3 fragmentos).

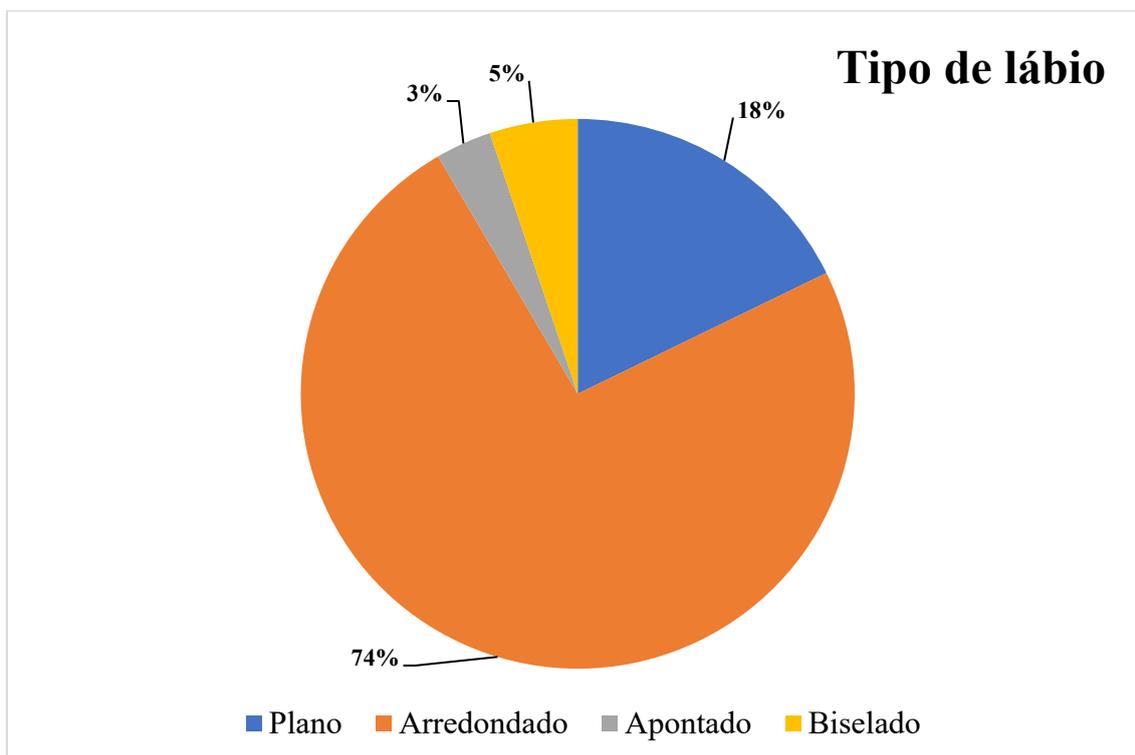
Figura 21: Gráfico referente às bordas da amostra



Fonte: Elaboração própria (2025)

Ainda no que diz respeito às bordas, foi possível identificar o atributo relacionado aos lábios das peças cerâmicas. Assim como observado na análise anterior, a maior parte dos 2.371 que tem o lábio preservado, apresentam formato arredondado (158 fragmentos), 38 possuem lábio plano, 11 exibem lábio biselado e os 7 fragmentos restantes apresentam lábio apontado.

Figura 22: Gráfico referente aos lábios da amostra

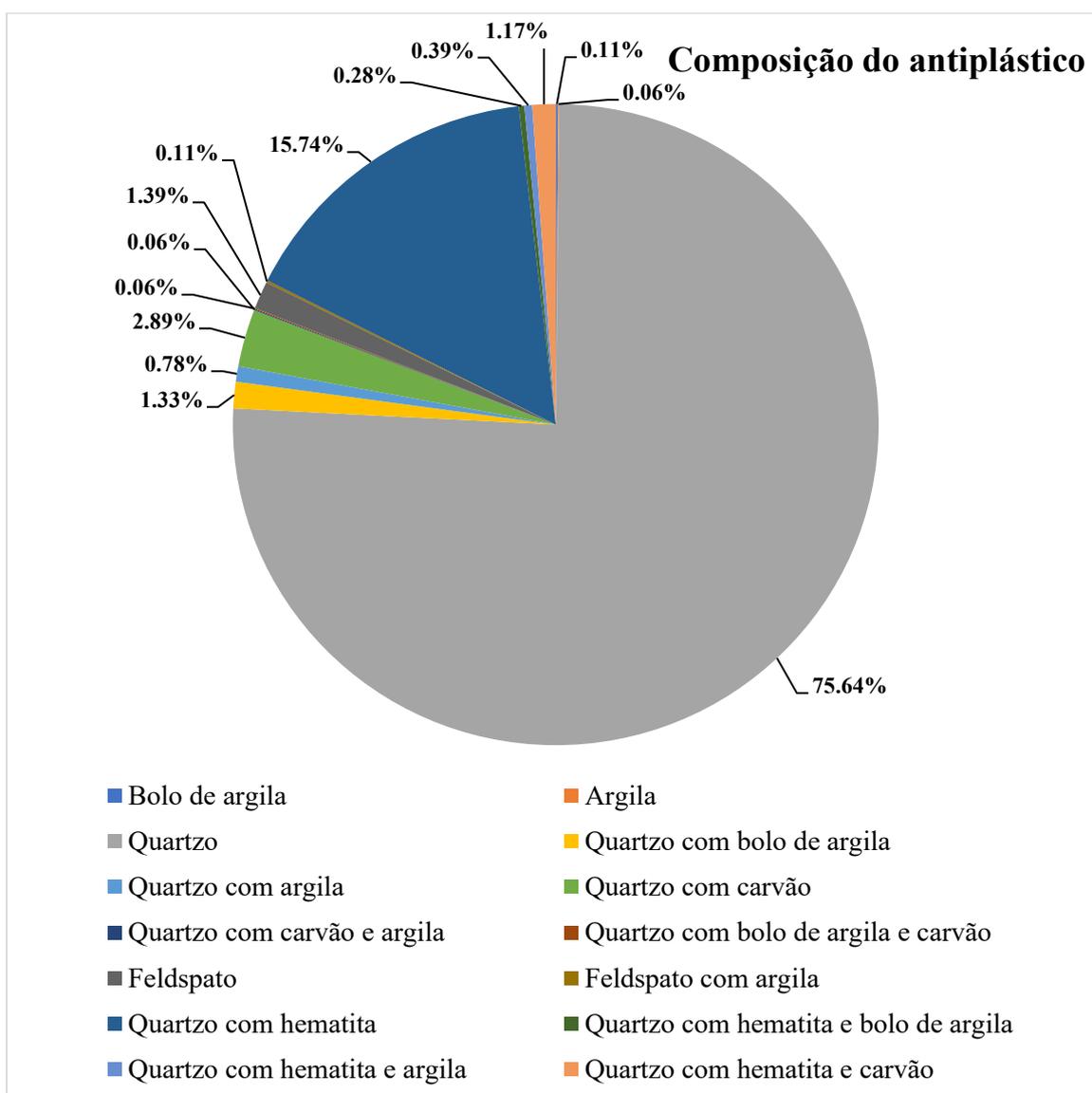


Fonte: Elaboração própria (2025)

Voltando-nos para as formas dos fragmentos, o atributo apêndice revelou-se em 4 fragmentos, sendo eles alças.

Em relação à composição da pasta cerâmica, durante a análise observamos que dos 2.371 fragmentos, a maioria apresenta quartzo como componente antiplástico, totalizando 1.360 ocorrências. As outras composições foram registradas em quantidades significativamente menores. Entre elas, destacam-se os fragmentos com quartzo combinado com hematita (283 fragmentos), quartzo com carvão (52 fragmentos), quartzo com bolo de argila (24 fragmentos), e quartzo com bolo de argila (14 fragmentos). Também foram observados fragmentos de quartzo com hematita e carvão (21 fragmentos), quartzo com hematita e bolo de argila (7 fragmentos), quartzo com hematita e bolo de argila (5 fragmentos), feldspato (25 fragmentos), feldspato com argila (2 fragmentos), quartzo com carvão e argila (1 fragmento), quartzo com bolo de argila e carvão (1 fragmento), apenas bolo de argila (2 fragmentos), e apenas argila (1 fragmento).

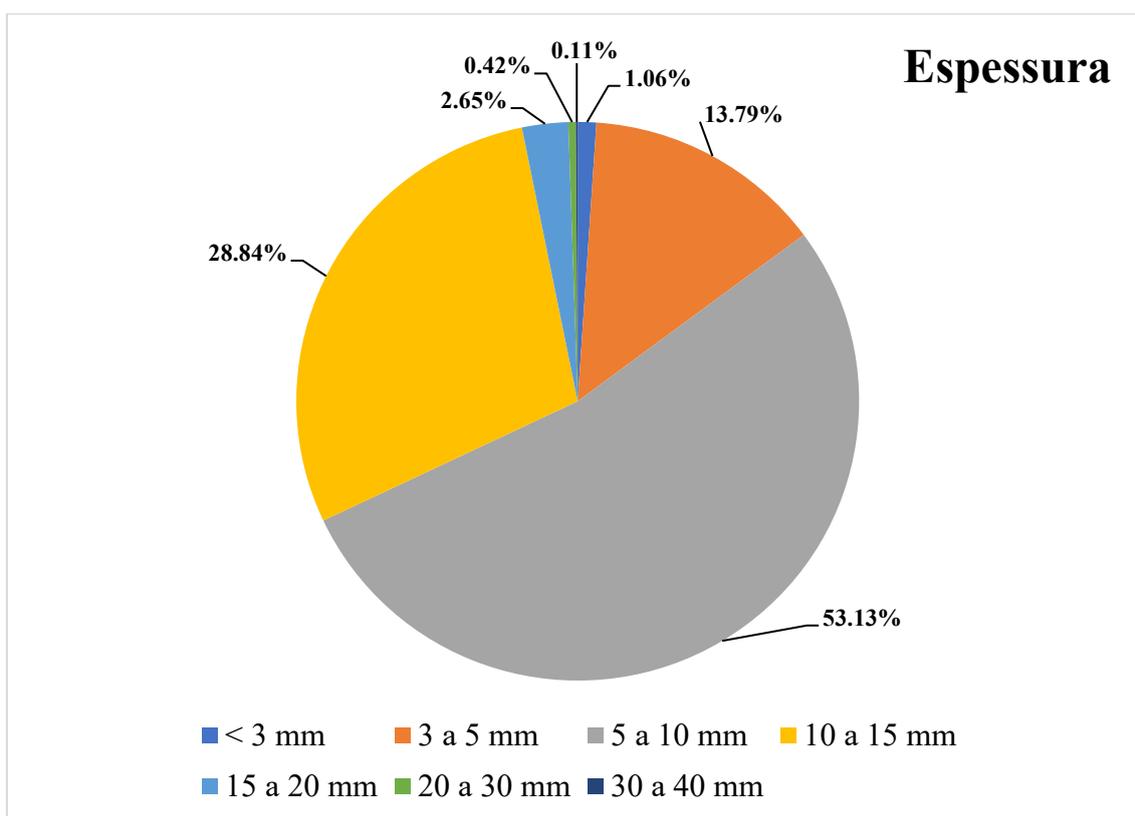
Figura 23: Gráfico referente aos antiplásticos da amostra



Fonte: Elaboração própria (2025)

A medida identificada refere-se à espessura onde, de 2.371 fragmentos, 1.002 apresentam entre 5 e 10mm de largura, outros 544 apresentam entre 10 e 15mm. Na amostra também conseguimos identificar outras variações como medidas entre 15 e 20mm (50 fragmentos), 20 e 30mm (8 fragmentos), também 30 e 40mm (2 fragmentos). Outros 20 fragmentos apresentavam largura menor do que 3 milímetros.

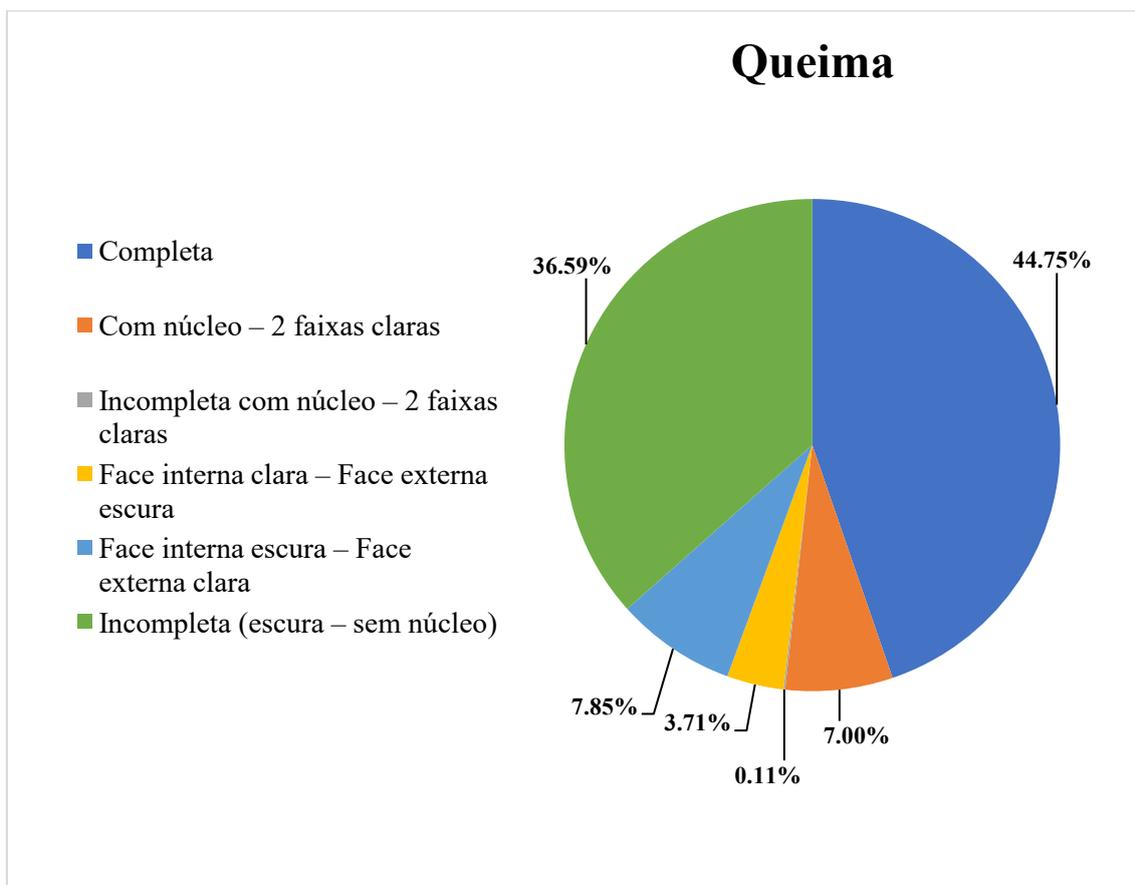
Figura 24: Gráfico referente à espessura da amostra



Fonte: Elaboração própria (2025)

Como último elemento da análise, identificamos o tipo de queima que os 2.371 fragmentos podem ter sofrido. A maior parte da amostra (690 fragmentos) foram caracterizados como possuindo uma queima incompleta, seguido por 148 cuja face interna estava mais escura em relação à externa, 70 fragmentos apresentavam a composição contrária, sendo a face interna mais clara. Outros 2 fragmentos possuem núcleo com duas faixas escuras que poderia indicar uma queima incompleta.

Figura 25: Gráfico referente à queima da amostra



Fonte: Elaboração própria (2025)

### 3.1 Fragmentos do cotidiano: Reflexão sobre a cerâmica da Lagoa de Guaraíras

De acordo com a análise realizada, conseguimos chegar a algumas conclusões em relação ao material por nós estudado. No entanto, a análise desses fragmentos nos exige uma caracterização geral do conjunto, abrangendo os aspectos tecnológicos e morfológicos dos fragmentos. O conjunto de fragmentos cerâmicos composto por 2.371 fragmentos apresenta uma predominância de corpo de vasilhas, seguidos por bordas e aparecimentos pontuais de outros elementos. Tal informação revela uma possível predominância de artefatos de uso cotidiano para preparo, armazenamento e consumo de alimentos como potes e panelas. A presença menos significativa de elementos como apêndices e tampas podem vir a corroborar a existência de um padrão com caráter funcional, voltado para atividades cotidianas de subsistência.

Os aspectos tecnológicos que englobam a produção, apontamos para a predominância do tipo acordelado de cerâmica, observado principalmente em grande

parte dos fragmentos que apresentam também o alisamento. A presença massiva desse tipo de produção em conjunto com uma quantidade menos expressiva de materiais modelados pode apontar para uma manutenção de práticas tradicionais do saber-fazer cerâmico, uma vez que a técnica está geralmente associada a grupos indígenas (Morales, 2001). Como mencionado anteriormente, uma grande porção do conjunto apresenta o alisamento presente nas faces interna e externa, como observado nas Figura 26 e Figura 27 (contém presença de pintura) podendo representar um padrão de preocupação com estética e/ou funcionalidade, relacionados principalmente à impermeabilização de recipientes.

Figura 26: Imagem de fragmento com alisamento na face externa



Fotografia: Iasmim Alves (2025)

Figura 27: Fragmento com alisamento na face interna e possível resquício de pintura em tinta vermelha



Fotografia: Iasmim Alves (2025)

No que se refere à decoração plástica, observamos uma limitação no conjunto, onde encontramos apenas 23 fragmentos decorados, em sua maioria com a decoração digitada, mas também com presença de incisões e ungulações (Figura 28). Nos parece que a ausência de uma maior quantidade de fragmentos decorados tridimensionalmente reforça a ideia proposta anteriormente, onde a cerâmica estaria voltada para o uso prático sem que houvesse maiores preocupações com aspectos decorativos. No entanto, é possível levantar a possibilidade de uma relação entre esses exemplares decorados e a presença de diferentes grupos e/ou cronologias. Além disso, também podemos imaginar que é possível que os artefatos tivessem finalidades diferentes para um mesmo grupo.

Figura 28: Fragmento com decoração unglada na face externa



Fotografia: Iasmim Alves (2025)

Em relação ao polimento e à aplicação de banho, a maioria dos fragmentos não apresenta esses tratamentos. No entanto, a presença desses elementos em ambas as faces de alguns recipientes sugere uma elaboração mais cuidadosa, possivelmente associada a usos específicos ou a preferências técnicas e culturais distintas, como a hipótese da presença de outro grupo ceramista. Os sinais e marcas de uso presentes no material também são importantes elementos para determinar as possíveis funções dos artefatos presentes na coleção. As marcas de queima (Figura 29), principalmente, estariam associadas à exposição ao fogo, sobretudo nas atividades de cozimento de alimentos. As outras marcas em questão, como os furos (Figura 30), o atrito (Figura 34) e a raspagem estariam relacionadas com o uso cotidiano dos artefatos.

Figura 29: Fragmento com marca de queima na face interna



Fotografia: Hozana Souza (2024)

Figura 30: Fragmento com marca de furo



Fotografia: Hozana Souza (2024)

Figura 31: Fragmento com vestígios de raspagem na face externa



Fotografia: Hozana Souza (2024)

Em relação à morfologia das bordas preservadas, conseguimos identificar uma variação significativa de tipos, predominando as bordas diretas com inclinação vertical e espessura normal. A presença desses elementos está também combinada com lábios que aparecem como arredondados (Figura 32), planos (Figura 33) e biselados principalmente. Em uma convergência de informações, conseguimos analisar a hipótese já levantada anterior que se sustenta na ideia de uma produção de cerâmica com características mais simples, voltadas principalmente para a funcionalidade. Algo que chamamos atenção é a presença massiva de antiplásticos de origem mineral, sobretudo o quartzo (Figura 34), apresentando também hematita e o feldspato, agindo em diferentes combinações. As características específicas para a composição das pastas cerâmicas podem apontar principalmente para um padrão de produção local, onde aparecem também o carvão e bolo de argila com menos frequência, podendo estar relacionados à experimentação ou adaptação a novas técnicas.

Figura 32: Fragmento com lábio arredondado



Fotografia: Hozana Souza (2024)

Figura 33: Fragmento com lábio plano



Fotografia: Hozana Souza (2024)

Figura 34: Fragmento com antiplástico composto por quartzo visível



Fotografia: Hozana Souza (2024)

As espessuras apresentam resultados variados, mas estão concentrados principalmente entre 5 e 10 milímetros, podendo indicar que são cerâmicas não muito grandes, com bojos não muito grossos. No entanto, chamamos atenção para as diferenças de espessura entre bojos, como apontado nas Figura 35 e Figura 36, que podem indicar duas filiações culturais diferentes, apontando por exemplo para a presença de cerâmica Tupiguarani. Por fim, a análise da queima indicou uma predominância da queima incompleta (Figura 37 e Figura 38) desses materiais, podendo indicar que o preparo não era feito em fornos totalmente fechados, embora tenhamos presença de outras queimas expressas nas peças onde a face interna apresenta uma cor escura (Figura 39), face externa com cor escura (Figura 40) ou um núcleo com duas faces claras (Figura 41 e Figura 42).

Figura 35: Comparativo entre bojo de duas peças da amostra



Foto: Iasmin Alves (2025) com edição própria.

Figura 36: Segundo comparativo entre bojo de duas peças da amostra



Foto: Iasmin Alves (2025) com edição própria.

Figura 37: Fragmento com queima incompleta



Foto: Iasmin Alves (2025).

Figura 38: Segundo fragmento de possível borda Tupiguarani com queima incompleta



Foto: Iasmin Alves (2025).

Figura 39: Fragmento com face interna de cor escura



Foto: Iasmin Alves (2025)

Figura 40: Fragmento com face externa de cor escura representando queima incompleta



Foto: Iasmin Alves (2025).

Figura 41: Fragmento com núcleo escuro na queima



Foto: Iasmin Alves (2025).

Figura 42: Segundo fragmento com núcleo escuro na queima



Foto: Iasmin Alves (2025).

Ao elaborarmos um perfil técnico que nos permite caracterizar os eventos formais da produção das cerâmicas Papeba. Identificamos o predomínio do acordelamento, o que indicaria uma tradição de produção manual já bem estabelecida. A pequena ocorrência de fragmentos modelados poderia apontar para variações técnicas. Entretanto, pode indicar

o uso desse modo de produção em vasilhas de tamanho pequeno e outros tipos de objetos como fuso ou cachimbos. O alisamento predominante muitas vezes em ambas as faces poderia indicar uma maior dedicação ao acabamento da peça, pensando em sua funcionalidade. Por sua vez, a baixa frequência de polimento e outras decorações plásticas reforçam o caráter utilitário dessas peças.

Em relação à composição da pasta, o uso de antiplásticos como o quartzo com pouca adição de outros elementos sugere uma seleção de matérias-primas locais, permitindo uma padronização técnica. A presença de fuligem está diretamente relacionada ao ato de cozinhar alimentos e as marcas de atrito e raspagem podem ser associadas ao manuseio contínuo e possível reaproveitamento de artefatos. A pouca variação nas formas das bordas reforça a ideia de um padrão técnico.

É possível observar também as possibilidades de semelhança do conjunto da Lagoa de Guaraíras com a cerâmica Aratu.

A cerâmica da fase Aratu apresenta na pasta grafite, areia grossa e fina; técnica de manufatura acordelada e as formas globulares, hermisféricas, piriformes (com aproximadamente 28 cm de altura e 29 cm de diâmetro). As tigelas são semelhantes a pratos e algumas apresentam-se com bordas onduladas, formando, às vezes, bicões espaçados, equidistantes ou não, reforçados internamente. A superfície geralmente é bem alisada e frequentemente engobada com grafite. Nesta cerâmica a decoração corrugada e roletada possui uma percentagem pequena, não havendo pintura. As bordas são dos tipos direta e reforçadas externamente (mais raras). Os lábios são arredondados, biselados ou apontados. Existem também exemplos de uma cerâmica de paredes finas, superfície bem alisada, cor vermelho tijolo ou café e cachimbos tubulares (Oliveira, 2000, p. 65).

Como podemos observar, as semelhanças estão nas formas de manufatura, no alisamento da superfície e na presença de banho, sobretudo o de cor vermelha e na presença de lábios arredondados e biselados. Entretanto, chamamos atenção para as diferenças também presentes. Geralmente os sítios vinculados à Tradição Aratu apresentam urnas funerárias em seus contextos e presença do grafite, o que não é o caso da amostra da Lagoa de Guaraíras.

Constatamos que, embora existam algumas semelhanças entre a cerâmica da Lagoa de Guaraíras e a Tradição Aratu, algumas diferenças importantes (Tabela 1) permitem discutir uma identidade técnica distinta.

Tabela 1: Diferenças entre a cerâmica Papeba e Aratu

Característica	Cerâmica Lagoa de Guaraíras	Cerâmica Aratu (Bahia)
Técnica de manufatura	Predominantemente acordelada	Acordelada e modelada
Decoração	Rara (presença de inciso e digitado)	Presença do corrugado, roletado e uso do grafite
Presença de urnas funerárias	Ausentes	Frequentes
Anti-plásticos	Quartzo, hematita e feldspato	Grafite, areia grossa/fina
Espessura das paredes	Varia entre finas e grossas	Varia entre finas e grossas

Elaboração: Diógenes Saldanha (2025)

As informações que obtivemos através das análises nos indicam que o contexto arqueológico da Lagoa de Guaraíras é marcado por uma predominância de artefatos utilitários com técnicas simples e acabamentos voltados para a funcionalidade que se assemelham significativamente com as amostras das pesquisas realizadas por Sousa (2011) e Viana (2018). Os elementos que analisamos convergem predominantemente com as características da cerâmica Papeba apontadas também por Oliveira (2000), observamos uma semelhança em relação as técnicas de manufaturas acordelada e modelada, com queima incompleta, a presença de lábios redondos e biselados, além das formas esféricas como apontado nas Figura 46 e Figura 47. Além disso, também coincidem a presença de banho vermelho.

Os dados sugerem que os ceramistas da Lagoa de Guaraíras seguiram um padrão técnico contínuo, com escolhas conscientes voltadas para matérias-primas e métodos de produção, mas que se diferencia da Tradição Aratu. A ausência de elementos diagnósticos (como urnas funerárias e decoração corrugada ou com grafite) e a predominância de técnicas voltadas para objetos utilitários apontam para uma identidade técnica particular, possivelmente associada à fase Papeba no entanto, também chamamos atenção para a possível presença de cerâmica Tupiguarani, como é apontado na Figura 38.

Figura 43: Face externa de fragmento de possível panela com presença de brunido



Fotografia: Iasmim Alves (2025)

Figura 44: Face interna de fragmento de possível panela



Fotografia: Iasmim Alves (2025)

De maneira geral, as análises realizadas nos ofereceram importantes informações sobre a amostra cerâmica, onde constatamos a massiva presença de artefatos utilitários com técnicas simples de manufatura e tratamentos. Acreditamos que nosso material esteja relacionado à fase Papeba definida por Nasser, considerando também as diferenças significativas com a Tradição Aratu, como a ausência de elementos diagnósticos como presença de urnas funerárias, geralmente presentes em sítios ligados a essa tecnologia, o

que reforça a ligação com a fase Papeba. Também ressaltamos a possível presença de cerâmica Tupiguarani em virtude da presença de bojos de grandes espessuras e bordas reforçadas.

Chamamos atenção para as diferenças tecnológicas dentro da nossa coleção. Acreditamos que, embora muito parecida com as coleções de Sousa (2011) e Viana (2018), ainda apresenta suas diferenças. Essas distinções também estão presentes no próprio material, como o aparecimento da técnica modelada, bem como a variação de espessura do bojo. Nossa hipótese inicial estaria apontando para a possível existência de dois grupos diferentes em um mesmo sítio, um deles sendo Tupiguarani e um outro grupo produtor das cerâmicas da fase Papeba.

Para desenvolver mais profundamente nossa última sugestão, são necessários mais estudos, sobretudo comparativos; arqueométricos e etnográficos para sanar as dúvidas levantadas através dessa pesquisa. Nosso trabalho ainda em seus estágios iniciais carece de novas visitas ao local e um maior foco na comparação entre diferentes tecnologias de outros sítios arqueológicos para que possamos chegar a uma associação definitiva desse material. O estudo por nós empreendido apresenta limites, mas destacamos sua contribuição no levantamento de questões e possibilidades. Ressaltamos que futuras escavações, bem como análises comparativas com contextos mais amplos envolvendo as cerâmicas Papeba do Ceará, a cerâmica Tupiguarani e a cerâmica Aratu no contexto baiano e novos olhares para o material poderão lançar luz a essas incertezas.

## **Considerações finais**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a tecnologia de produção da cerâmica do sítio arqueológico Lagoa de Guaraíras, localizado no Rio Grande do Norte, com o propósito de investigar sua possível relação com a tradição Aratu ou com uma tecnologia ainda não filiada a grupos no contexto arqueológico regional. Para tanto, foram formuladas duas hipóteses principais: a primeira sugere que a cerâmica pode estar associada a grupos culturais ainda não classificados pela arqueologia, considerando que o mapeamento cultural das populações ceramistas na região permanece incompleto; a segunda hipótese propõe que a cerâmica apresentaria marcadores tecno-tipológicos característicos da tradição Aratu.

Os objetivos da pesquisa centraram-se em torno da observação e análise dos marcadores tecno-tipológicos e a descrição detalhada dos aspectos morfológicos da cerâmica, visando compreender seu contexto cultural e possíveis conexões com grupos indígenas que ocuparam a região. Devido à ausência de datações absolutas, não é possível afirmar que o nosso material é pré-histórico, mas os contextos arqueológicos regionais sugerem ocupações relacionadas a populações indígenas que habitaram o litoral e o interior do Rio Grande do Norte.

A nossa primeira hipótese caracteriza a cerâmica como oriunda de povos ainda não classificados, sendo ela parcialmente corroborada, mas não confirmada de forma conclusiva. A forte semelhança com a fase Papeba indica que o material não é inteiramente "não classificado", embora a possível presença de elementos Tupiguarani sugira influências de outros grupos. A segunda hipótese, que associa a cerâmica à tradição Aratu, foi refutada, porque mesmo mediante presença de algumas semelhanças, a ausência de elementos diagnósticos claros da tradição Aratu reforça uma identidade técnica distinta, mais próxima da fase Papeba (identificada por Nássaro A. de Souza Nasser na lagoa de Guaraíras em 1969), e da produção cerâmica Tupiguarani.

Como abordado anteriormente, conseguimos caracterizar satisfatoriamente a coleção disponível, onde identificamos que as cerâmicas são principalmente fabricadas de forma mais simples, possivelmente como artefatos utilitários, embora alguns traços demonstrem maior elaboração em alguns fragmentos que podem pertencer a outros grupos, como os grupos produtores da cerâmica Tupiguarani (ver Figura 38). Apesar dos resultados não serem conclusivos, a análise realizada no material cerâmico da Lagoa de

Guaraíras permitiu um aprofundamento nas dinâmicas de ocupação do Rio Grande do Norte. Conseguimos, através da coleta de dados, mapear aproximações com diferentes fases e tradições, dando um passo inicial para a possível definição de um vínculo cultural.

O que podemos identificar foi que existe uma inegável complexidade na cerâmica arqueológica do Rio Grande do Norte enquanto registro cultural. Embora constatem um conjunto mais voltado para objetos utilitários, com características simplificadas, as escolhas não podem ser interpretadas apenas como simples objetos úteis, elas estão completas com saberes e adaptações que são transmitidos ao longo do tempo e fazem parte de modos de vida e de identidades em contínua modificação.

A aproximação com a tradição Papeba, já estipulada também por Násser (1969) não exclui a possibilidade de influências de outras tradições, como sugerido anteriormente, que poderiam ter sido refletidas nas diferenças encontradas no próprio material. As semelhanças identificadas (onde fica o conceito de tendência e fato) com a tradição Aratu, embora menos expressivas, servem como uma perspectiva que demonstra que a dinâmica de grupos indígenas era complexa e envolvia interação, ideias, indivíduos e identidades. A ausência dos anteriormente referidos elementos diagnósticos reforça a ideia de que o conjunto da Lagoa de Guaraíras tem suas próprias características particulares associadas à fase Papeba. O conjunto cerâmico serve como reflexo de vivências, técnicas e propósitos.

Nesse sentido, enfrentamos limitações em relação ao tempo restrito, necessidade de comparações mais amplas e fragmentação do material. Contudo, essas limitações apenas reforçam a importância de maiores investigações que possam aprofundar e expandir as perspectivas delineadas por essa pesquisa. Reconhecemos, portanto, que há questões sem resposta e que isso reflete diretamente a dinâmica da pesquisa arqueológica. O viés científico exige justamente o trabalho com vestígios que implica diretamente no aparecimento de lacunas e compreensão do que pode ser afirmado com uma amostra e informações limitadas. É necessário que essa pesquisa seja continuada, com comparação e olhar atento ao sensível na busca de uma memória profunda das populações originárias.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; SPENCER, Walner Barros. Projeto arqueológico: "O homem das dunas" (RN). *Clio Arqueológica*, [s. l.], v. 10, p. 175-188, 1994.

ALMEIDA, Fernando O. Arqueologia dos tupi-guarani no Baixo Amazonas. **Barreto C, Lima HP, Betancourt CJ. Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese. Belém: Iphan: Ministério da Cultura**, p. 171-182, 2016.

ALVES, Cláudia; LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. *Clio*, Recife, v. 1, n. 7, pp. 11-60, 1991.

ALVES, M. L. **Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri** (Dissertação de mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

ANDRADE, Luciana Kelly de. Os tratados de paz entre indígenas e portugueses no processo de colonização do Rio Grande. Monografia de graduação. Departamento de História da UFRN. Natal, 2007. 70p.

AZEVEDO, Paula de Aguiar Silva. **Do barro às panelas de cozer: variabilidade das cerâmicas artesanais na senzala da Fazenda do Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes - RJ.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaimes (org.). **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese.** Belém: IPHAN, 2016.

BINFORD, L. An Alyawara day: making men's knives and beyond. *American Antiquity*, v. 51, n. 3, p.547-562, 1986.

BINFORD, L. Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

BINFORD, L. Styles of style. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 8, p. 51-67, 1989.

BORGES, Fabio Mafra. Lugares persistentes, práticas funerárias e tecnologia ceramista em caçadores-coletores pré-históricos sul-americanos: Uma Proposta de Interpretação para o Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 35, n. 3, p. 60-116, 2020. DOI <https://doi.org/10.20891/cliio.V35N3p60-116>.

BORGES, Fábio Mafra; MARTIN, Gabriela; NOGUEIRA, Mônica. intervenções arqueológicas em sítios a céu aberto na área arqueológica do seridó: Os sítios Meggers I e Meggers III – Parelhas – RN, BRASIL. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 30, n. 1, p. 10-37, 2015. DOI <https://doi.org/10.20891/cliio.v30i1p10-37>.

CAMPELO, Adriano Campelo; SALDANHA, Diógenes Santos; MAFRA, Fabio; MARTIN, Gabriela; DANTAS, Henrique Roque Dantas; SILVA, Oadson Vagner; ALMEIDA, Marcellus de Almeida; COSTA, Mizael Manoel Santos da Costa; NOGUEIRA, Mônica Nogueira. Escavação na área arqueológica do Seridó: O Sítio Furna do Umbuzeiro, Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte, Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 34, n. 1, p. 38-65, 2019. DOI <https://doi.org/10.20891/cliio.V34N1p38-65>.

CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. O uso do conceito de identidade na Arqueologia. **Clio Arqueológica**. v. 23, n. 1, 2008.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; ALVEAL, Carmem (Orgs.). Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte. Natal: Flor do Sal, 2020. 130p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29373>

CHMYZ, Igor. (1976) Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, 1(1):119-147.

CORRÊA, Ângelo Alves. **Pindorama de mboïa e îakaré**: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COSTA, Mizaël Manoel Santos. Gravuras rupestres: uma análise das manifestações gráficas do sítio Córrego do Peixe e Lajedo do Getúlio, Jucurutu-RN, Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

CRUZ, Maria da Conceição; CORREIA, Virgílio Hipólito. **Cerâmicas utilitárias**. Instituto dos Museus e da conservação, 2007.

DIAS, Roberto Barros. História da expulsão dos jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759: a disputa política e os domínios da educação. 2017.

FAGUNDES, Marcelo. O conceito de estilo e sua aplicação em pesquisas arqueológicas. In: DINIZ, José Alexandre Filizola (ed). **Canindé**, Xingó, nº4, dez 2004.

FONTES, Mauro Alexandre Farias. A cerâmica pré-histórica da área arqueológica do Seridó/RN. 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

JONES, S. **The Archaeology of ethnicity**: constructing identities in the past and present. Londres: Routledge, 1997. 180 pp.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posanato Arte e Cultura, 1989.

LEMONIER, Pierre. **Mundane Objects**: Materiality and Non-verbal Communication. Estados unidos: LEFT COAST PRESS, 2012.

LEMONIER, Pierre. **Technological choices**: transformation in material cultures since the neolithic. New York: Routledge, 2006.

LEROI-GOURHAN, André. **Evoluções e técnicas**: o homem e a matéria. Tradução de Fernanda Pinto Basto. v. 1. ed. 2. Lisboa: Edições 70, 1971.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**: memórias e ritmos. Tradução de Emanuel Godinho. v. 2. Lisboa: Edições 70, 1965.

LIMA, Ana Rosa Silva. **Os Traços no Barro e o Barro nos Traços**: a Variabilidade Artefactual de Cerâmicas e Cachimbos Escavados do Quintal da Casa de Chica da Silva, em Diamantina – MG. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2022.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Fundação Guimarães Duque, 2003.

MACEDO, Helder A. Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 8, n. 14, p. 37-76, 2007.

maMACEDO, Muirakytan K. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Sebo Vermelho, 2005.

MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 5. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

MEDEIROS FILHO, Olavo. Os tarairiús, extintos tapuias do Nordeste. **Revista trimensal do Instituto histórico, geográfico e etnográfico do Brasil**, n. 358-361, p. 57, 1988.

MILLER, Tom O. Análise das variáveis de uma amostra de cerâmica papeba. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 26, n. 2, p. 319-348, 2012

MILLER, Tom Oliver. **Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanços e perspectivas**. In: VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca (org.). Natal, RN: EDUFRN, 2021.

MIRANDA, Anne Noemi França. O Estudo da Tecnologia Lítica do Sítio Arqueológico Pendências II, Vale do Açu, Rio Grande do Norte/Brasil. 2023. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MONTEIRO, M. de L.; LUFT NETO, W. M.; SANTOS DONDE, V. dos. Tecnologia lítica e abordagem tecnofuncional: proposta teórico-metodológica de análise dos sítios Boqueirão e Complexo Jerusalém I. **Fundamentos**, v. 11, n. 2, p. 63-76, 2023.

MORAES, Camila Azevedo de. **Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, A. L. da S. O patrimônio da Companhia de Jesus na capitania do Rio Grande do Norte: bens como sustento da fé (1600-1759). **Revista Galo**, n. 3, p. 3–22, 18 jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.53919/g3d1>>. Acesso em: 25 fev. de 2025.

MORALES, Walter Fagundes. A cerâmica “Neo-Brasileira” nas Terras Paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na Vila de Jundiá do século XVIII. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, S. Paulo, 77: 165-187, 2001

NASCIMENTO, Ana; LUNA, Suely. A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DOS SÍTIOS DUNARES NO. **Clio**. Série arqueológica, n. 11-12, p. 17, 1996.

NASSER, Nássaro. Nova contribuição à arqueologia do Rio Grande do Norte. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto ano**, v. 1070, p. 155-164, 1969.

NOGUEIRA, Mônica Almeida Araújo. A cerâmica tupinambá na serra de Santana RN: O sítio arqueológico aldeia da serra de Macaguá I. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco

OLIVEIRA, Cláudia Alves de. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no sudoeste do Piauí – Brasil**. 2000. 301 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2000.

PANACHUK, L; CRUZ, D. **Documento de Trabalho Scientia**. Belém, 2010.

PASSOS, Anne Caroline Barbosa dos. Tecnologia lítica do sítio Cuó-RN: um olhar sobre as indústrias no contexto cultural. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

REBELLATO, Lilian. **Interpretando a Variabilidade Cerâmica e as Assinaturas Químicas e Físicas do Solo no Sítio Arqueológico Hatahara - AM**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2007.

REEDY, C. L.; REEDY, T. J. Relating visual and technological styles in Tibetan sculpture analysis. **World Archaeology**, v. 25, n. 3, p. 304-320, 1994.

RICE, P. M. (1987). **Pottery Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press. Chicago and London.

ROCHA, Luiz Carlos Medeiros. Uma perspectiva sobre a indústria lítica do sítio Gado Perdido (Rio Grande do Norte, Brasil) a partir da abordagem tecnológica. 2023. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SACKETT, J. R. Style and ethnicity in archaeology: the case of isochretism. In: CONKEY; M.; HASTORF, C. (Eds.). **The uses of style in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 32-43.

SACKETT, J. R. Style and ethnicity in archaeology: the case of isochretism. In: CONKEY; M.; HASTORF, C. (Eds.). **The uses of style in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 32-43.

SACKETT, J. R. Style, function, and assemblage variability: a reply to Binford. **American Antiquity**, v. 51, n. 3, p. 628-634, 1986.

SACKETT, J. R. The meaning of style in archaeology: a general model. **American Antiquity**, 42, p. 369-380, 1977.

SANTOS JUNIOR, V. **A pré-história do Rio Grande do Norte**. 1. ed. Natal: ACE Editora, 2020.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Grupo de Pesquisa História da Região Oeste do Rio Grande do Norte, 2008.

SANTOS, Leandro Martan Bezerra. A Coleção Nássaro Nasser: Arqueologia e Patrimônio Cultural no Museu Câmara Cascudo. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. The explanation of artifact variability. **American Antiquity**, v. 62, n. 1, 1997.

SCHUSTER, Adriana Jussara. **Variabilidade Cerâmica do Sítio Cipó** – AL, XINGÓ. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva; SOUZA, Hozana Danize Lopes de Souza; BATISTA, Kayann Gomes. Arqueologia histórica e sertaneja no Seridó potiguar: O Sítio Culumins, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 35, n. 3, p. 234-285, 2020. DOI <https://doi.org/10.20891/clio.V35N3.p234-285>.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares. Dissertação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Fabiola A. et al. A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. *Revista de Arqueologia*, v. 17, n. 1, p. 41-61, 2004.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da. **Os contextos arqueológicos e a variabilidade artefactual da ocupação Jatuarana no alto rio Madeira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2015.

SILVA, Fabíola Andrea da. O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém/PA, v. 2, n. 1, p. 91-103, jan-abr. 2007.

SILVA, Fabíola Andréa. **As tecnologias e seus significados**: um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Luciano de Souza et al. Coleção Nássaro Nasser: a cerâmica decorada no acervo arqueológico do Museu Câmara Cascudo, UFRN. 2019.

SILVA, Roberto Airon. Uma arqueologia das Casas Fortes: organização militar, território e guerra na Capitania do Rio Grande - Século XVII. Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne. 2010. 347 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Sergio Francisco S. Monteiro da. Arqueologia e etnografia das práticas funerárias: informações sobre o tratamento do corpo em contextos rituais e de morte. *Canindé*, n. 11, p. 111-160, junho/2008.

SILVA, Sergio Francisco S. Monteiro da. Arqueologia e etnografia das práticas funerárias: informações sobre o tratamento do corpo em contextos rituais e de morte. *Canindé*, n. 11, p. 111-160, junho/2008.

SILVA-MÉNDES, Gérson Levi da. Arqueologia dos grupos caçadores-coletores do semiárido potiguar: Dados tecnológicos do Baixo Assú-Piranhas (RN). *Canindé*, n. 11, p. 175-220, junho/2008.

SOUSA, Luci Danielli Avelino de. Os grupos pré-históricos ceramistas da praia de Sabiaguaba, Fortaleza/CE-Brasil. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

STARK, Miriam T. Technical Choices and Social Boundaries in Material Culture Patterning: An Introduction. In: *The Archaeology of Social Boundaries*. **American Antiquity**, v. 64, n. 3, 1999.

VIANA, Verônica Pontes. De Ocupação em Ocupação: Uma Leitura da Dinâmica Ocupacional do Sítio Arqueológico Jericoacoara I, Jijoca de Jericoacoara, CE. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

VIDAL, Irma Asón. Projeto arqueológico do Seridó: Escavação no sítio Pedra do Chinelo, Parelhas, Rio Grande Do Norte. Primeiros resultados. *Clio Arqueológica*, Recife, n. 15, p. 157-169, 2002.

WIESSNER, P. Is there a unit to style? In: CONKEY, M.; HASTORF, C. (Eds.). **The uses of style in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 105-112.

WIESSNER, P. Style and social information in Kalahari San Projectile Points. **American Antiquity**, v. 48, n. 2, p. 253-276, 1983.